

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO-UNIGRANRIO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESCOLA DE CIÊNCIAS, EDUCAÇÃO, ARTES, LETRAS E HUMANIDADES
Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes-PPGHCA
Mestrado Acadêmico em Humanidades, Culturas e Artes

JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA

**MUDANÇAS NA FUNÇÃO E NO CAMPO DE ATUAÇÃO:
VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS EM
DUQUE DE CAXIAS**

Duque de Caxias

2021

JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA

**MUDANÇAS NA FUNÇÃO E NO CAMPO DE ATUAÇÃO:
VIVÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS DOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS EM
DUQUE DE CAXIAS**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da Universidade do Grande Rio-UNIGRANRIO, como requisito à obtenção do título de Mestre em Humanidades, Culturas e Artes.

Área de Concentração: Discurso, Cultura e Formação Humana

.
Orientadora: Dra. Jurema Rosa Lopes Soares.

Duque de Caxias

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

C837m Costa, Jorgete Ramos Massa da.
Mudanças na função e no campo de atuação: vivências e experiências dos orientadores educacionais em Duque de Caxias / Jorgete Ramos Massa da Costa. – Duque de Caxias, 2021.
121 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Humanidades, Culturas e Artes) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Educação, Ciências, Letras, Artes e Humanidades, 2021.
“Orientadora: Prof.^a Dra. Jurema Rosa Lopes Soares”.
Referências: f. 91-97.

1. Educação. 2. Pedagogia. 3. Orientadores educacionais. 4. Políticas públicas. 5. Duque de Caxias (RJ) – Servidores públicos. I. Soares, Jurema Rosa Lopes. II. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”. III. Título.

CDD – 370

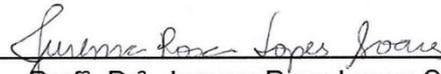
JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA

**MUDANÇAS NA FUNÇÃO E NO CAMPO DE ATUAÇÃO: VIVÊNCIAS E
EXPERIÊNCIAS DOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS EM DUQUE DE
CAXIAS**

Dissertação apresentada à Universidade
do Grande Rio “Prof. José de Souza
Herdy”, como parte dos requisitos parciais
para a obtenção do título de Mestre em
Humanidades, Culturas e Artes.

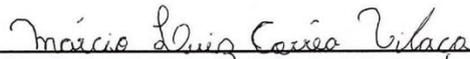
Exemplar apresentado para avaliação da banca examinadora em 25/08/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Jurema Rosa Lopes Soares

Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO



Prof. Dr. Márcio Luiz Corrêa Vilaça

Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO



Prof. Dr. Idemburgo Pereira Frazão Félix

Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Culturas e Artes da
UNIGRANRIO



Prof.^a Dr.^a Maria Cristina Corais
ISERJ

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, autor e consumidor da minha fé! A Ele toda honra e glória sejam dadas.

Ao meu querido e saudoso pai Antenor Massa e minha mãe Maria José Massa por todo amor incondicional oferecido a mim.

Aos meus filhos, Lucas e Arthur herança de Deus na minha vida!

Às minhas irmãs, Andreia e Márcia pela união e admiração.

Ao marido Jorge Monção, com quem divido experiências da Orientação Educacional.

Aos familiares e amigos que intercedem e se alegram com minhas conquistas.

Aos profissionais que somam esforços em busca de uma educação de qualidade. E alunos, pais e responsáveis que passaram por mim e deixaram marcas no caminho.

À amiga e Orientadora Educacional Zenalda Pereira Frauches, fonte de inspiração na minha trajetória enquanto Orientadora Educacional. A sua prática e experiência deixou um grande legado para o nosso município.

AGRADECIMENTOS

“Grandes coisas fez o Senhor por nós, por isso estamos alegres” (Salmos 126:3).

Sou imensamente grata a Deus por todo o caminho percorrido com a sua presença e bênção!

Grata a minha amada mãe dona Zezé que intercede sempre por mim e toda minha querida família.

Gratidão especial a minha querida orientadora, professora Dra. Jurema Rosa Lopes Soares, que de uma maneira competente e generosa, conduziu-me em todo o processo deste trabalho.

Igualmente agradeço a todos os colegas da turma de mestrado de 2019 e a todos os professores do PPGHCA da UNIGRANRIO por todas as trocas e aprendizados.

Aos professores da banca examinadora de qualificação. Prof. Dr. Idemburgo Pereira Frazão Felix, Prof. Dr. Marcio Luiz Vilaça e Professora Dra. Maria Cristina Corais, pelas contribuições que me permitiram um novo olhar e enriquecimento à pesquisa.

À todas amigas, diretoras, professoras, orientadoras educacionais e pedagógicas que a profissão me deu. Meu agradecimento especial às Orientadoras Educacionais que aceitaram participar desta pesquisa registrando nossa trajetória.

Às queridas amigas Rosemeri de Souza Zupi e Ana Cristina Costa Ramos por todo incentivo e contribuição. Não poderia deixar de agradecer a amiga de turma Fabiana Assis da Cruz por toda disposição de ajuda e parceria.

RESUMO

Esta pesquisa objetiva analisar as mudanças na função e no campo de atuação da Orientação Educacional, no município de Duque de Caxias. Sustentamo-nos na trajetória profissional dos Orientadores Educacionais lotados na SME (Secretaria Municipal de Educação) até 1990 e os convocados no primeiro concurso público da rede municipal de Duque de Caxias em 1992, trazendo a seguinte questão: quais as mudanças na função e no campo de atuação do Orientador Educacional em Duque de Caxias? Este estudo dialoga especificamente com as ideias de Elias (1994), que aponta as mudanças na sociedade e o modo como os indivíduos se relacionam e Grispun (2006), que aborda a trajetória da Orientação Educacional e a sua dimensão político pedagógica. A metodologia escolhida é a narrativa autobiográfica e os dados foram coletados através de entrevistas com roteiro semiestruturado. Foram entrevistados 6 (seis) Orientadores Educacionais, aprovados em 1992, no primeiro concurso público para a função, foco deste projeto na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, lotados nos Distritos do Município. Os resultados mostram que a realização do 1.º concurso público para especialistas foi relevante para o reconhecimento e autonomia do grupo no sentido de buscar novos caminhos que direcionassem a função e os campos de atuação da Orientação Educacional. Concluimos, que os desafios da contemporaneidade levarão a Orientação Educacional a estar sempre repensando as perspectivas de sua função e no processo de mudanças, diferentes e novos campos de atuação poderão surgir.

Palavras-chave: mudanças. Função. Orientadores Educacionais. Duque de Caxias.

Abstract

This research aims to analyze the changes in the role and field of action of Educational Guidance in the city of Duque de Caxias. We support ourselves in the professional trajectory of the Educational Advisors assigned to the SME (Municipal Department of Education) until 1990 and those summoned in the first public examination of the municipal network of Duque de Caxias in 1992, bringing the following question: what are the changes in the function and in the field of action of the Educational Advisor in Duque de Caxias? This study specifically dialogues with the ideas of Elias (1994), who points out changes in society and the way individuals relate to each other, and Grispun (2006), who addresses the trajectory of Educational Guidance and its pedagogical political dimension. The chosen methodology is the autobiographical narrative and the data were collected through interviews with a semi-structured script. Six (6) Educational Advisors were interviewed, approved in 1992, in the first public examination for the function, focus of this project in the Municipal Education Network of Duque de Caxias, crowded in the Districts of the Municipality. The results show that the holding of the 1st public examination for specialists was relevant for the recognition and autonomy of the group in the sense of seeking new ways to direct the role and fields of action of Educational Guidance. We conclude that the challenges of contemporaneity will lead Educational Guidance to be always rethinking the perspectives of its function and in the process of changes, different and new fields of action may arise.

Keywords: changes. Function. Educational Advisors. Duque de Caxias

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Município de Duque de Caxias.....	25
Figura 2: Mapa da existência do Orientador Educacional no Brasil.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Perfil dos Participantes da Pesquisa.....	26
Quadro 2: Lotacionograma	50
Quadro 3: Quantitativo de Orientadores Educacionais e Pedagógicos em Duque de Caxias.....	76

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANS	Agência Nacional de Saúde
APEPMDC	Associação dos Profissionais da Educação da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias
ASFOE	Associação Sul Fluminense de Educação
CAEE	Centro de Atendimento Educacional Especializado
CCAIC	Creche e Centro de Atendimento à Infância Caxiense
CEDUC	Centro Educacional de Duque de Caxias
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPE	Centro Estadual dos Profissionais da Educação
CESGRANRIO	Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação
COC	Conselho de Classe
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
COVID	Coronavirus Disease
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
CSOE	Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional
DOE	Divisão de Orientação Educacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAP	Formação em Alfabetização Plena
FENOE	Federação Nacional dos Orientadores Educacionais
IEGRS	Instituto de Educação governador Roberto Silveira

INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Base da educação
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OE	Orientação Educacional
OE's	Orientadores Educacionais
PMDC	Prefeitura Municipal de Duque de Caxias
PPP	Projeto Político Pedagógico
PROFA	Programa de Formação de Alfabetizadores
PROSA	Programa de Saúde do Adolescente
REDUC	Refinaria de Duque de Caxias
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação
SME	Secretaria Municipal de Educação
SOE	Serviço de Orientação Educacional
TDAH	Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNIABEU	Associação Brasileira de Ensino Superior
UNIGRANRIO	Universidade do Grande Rio

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
2 MÉTODO BIOGRÁFICO E NARRATIVAS DOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS EM DUQUE DE CAXIAS.....	16
2.1 Considerações iniciais do método biográfico	16
2.2 Como me tornei Orientadora Educacional	19
2.3 Participantes da Pesquisa	25
2.4 Procedimentos	28
3 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL EM DUQUE DE CAXIAS.....	31
3.1 Tensões nas Interações da Orientação Educacional e Pedagógica em Duque de Caxias.....	32
3.2 Configuração da Orientação Educacional: uma reflexão sobre os rumos da função.....	37
3.3 A função da Orientação Educacional como cargo público	45
3.4 Estratégias de Formação dos Orientadores Educacionais.....	53
4 NOVOS PERCURSOS-NOVOS DESAFIOS.....	63
4.1 O Orientador Educacional e o contexto escolar.....	63
4.2 Ação e Atuação da Orientação Educacional.....	67
4.3 Expectativas de Atuação do Orientador Educacional.....	75
4.4 Nova configuração-Nova Escola-Novos Tempos.....	82
5 CONCLUSÃO	88
REFERÊNCIAS.....	91
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	98
APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista.....	99
ANEXO A – Parecer - Autorização para a Pesquisa	100
ANEXO B – Autorização da Secretaria Municipal de Educação.....	101
ANEXO C – Pauta do 1º Encontro de Orientadores Educacionais (1993)....	102

ANEXO D – Questionário do PROSA.....	104
ANEXO E – Cronograma dos Encontros de 1993	106
ANEXO F – Conclusões dos Grupos de Trabalho - Reunião de 25/05/93	107
ANEXO G – Agenda da Reunião dos Orientadores e Diretores-03/1994.....	109
ANEXO H – Retrospectiva da Equipe de Orientação Educacional	110
ANEXO I – Depoimento de Zenalda Pereira Frauches.....	118

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa com o título *Mudanças na função e no campo de atuação: vivências e experiências dos Orientadores Educacionais em Duque de Caxias*, objetivou analisar as mudanças vivenciadas na função e no campo de atuação do Orientador Educacional no município referido através das narrativas autobiográficas dos agentes envolvidos, a partir de 1992, ano do 1.º concurso público de especialistas desta rede municipal de ensino.

Como desdobramento do objetivo geral, tivemos os seguintes objetivos específicos: a) identificar as mudanças ocorridas com a implantação da Orientação Educacional no município de Duque de Caxias, como cargo público; b) investigar as políticas públicas e educacionais que influenciaram as mudanças na função e no campo de atuação do Orientador Educacional em Duque de Caxias e c) relacionar as atividades desenvolvidas que caracterizaram tais modificações na função e no campo de atuação dos Orientadores Educacionais nesta cidade.

De que forma aconteceu a construção da atuação da função do Orientador Educacional, sendo implantada, por concurso público na rede, a partir de 1992. Após esse concurso, foram realizados outros três. Vale destacar que no período de 2005 a 2015, esta rede não foi contemplada com concurso público para especialistas.

O interesse pela temática deveu-se em primeiro lugar, a minha participação no grupo dos primeiros Orientadores Educacionais aprovados no concurso público de 1992. Pontuei ser este estudo importante para o município, na medida que o registro dessa construção histórica através das narrativas autobiográficas, servirão como fonte de informação para os novos grupos de profissionais da educação que chegarem à rede de ensino de Duque de Caxias.

O processo de construção histórica sobre as mudanças no exercício da função dos Orientadores Educacionais nesta pesquisa se apresentou como relevante, visto que durante o governo do prefeito Alexandre Cardoso, entre 2013 e 2016, a equipe de Orientação Educacional, até o referido período, independente de uma coordenação, passou a integrar a equipe de Supervisão Educacional na Secretaria Municipal de Educação – CSOE (Coordenadoria de Supervisão e

Orientação Educacional). Julguei que a inserção das equipes interferiu na especificidade da atuação do Orientador Educacional junto às unidades escolares da rede, pois as reuniões para tratar de assuntos específicos da Orientação Educacional não mais aconteceram e as visitas da CSOE para acompanhamento das escolas, evidenciaram questões burocráticas, aspectos físicos e de funcionamento dessas instituições de ensino. Porém, com base no contexto atual, não desconsideramos as mudanças ocorridas no curso de Pedagogia, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia e Licenciatura (RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006).

Portanto, no contexto das vivências e experiências dos participantes, a presente pesquisa trouxe a análise da seguinte questão: **quais as mudanças na função e no campo de atuação dos Orientadores Educacionais em Duque de Caxias?**

Entre muitos autores, para desenvolver a presente investigação, Elias (1994) nos ajudou a compreender a forma como os indivíduos se relacionam e suas cadeias de interdependência num movimento dinâmico e intencional, e Grispun (2006) trouxe para nossa discussão a ação abrangente da Orientação Educacional comprometida com a dimensão pedagógica. Em relação à trajetória profissional, nos apoiamos na narrativa dos Orientadores Educacionais lotados na SME (Secretaria Municipal de Educação) até 1990 e os convocados no primeiro concurso público da rede municipal de Duque de Caxias em 1992. A metodologia adotada foi a narrativa autobiográfica e os dados foram coletados através de entrevistas com roteiro semiestruturado. Foram entrevistadas seis Orientadoras Educacionais, aprovadas no primeiro concurso público para a função, foco deste projeto, na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, lotadas nos Distritos do Município. O trabalho foi elaborado a partir do entendimento de como foi a trajetória profissional de cada um no cargo instituído e quais os caminhos percorridos dentro dessa construção.

O estudo tem um caráter interdisciplinar, porque promove e estabelece relação com outras áreas de conhecimento, como a sociologia, filosofia, pedagogia, objetivando a compreensão de forma ampla e significativa do fenômeno em questão. Está inserido na linha de pesquisa REPRESENTAÇÃO DA HISTORICIDADE, MEMÓRIA E DISCURSO.

A presente pesquisa foi submetida ao CEP com o n.º do processo CAEE 30508120.6.0000.8137, avaliada e aprovada através do parecer n.º 4.215.962.

Os registros desta pesquisa serão encaminhados e arquivados no Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire – Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias para se tornar um registro público e acessível a todos os profissionais interessados, além de ser condição estabelecida pela SME para sua autorização nas escolas municipais de Duque de Caxias.

O presente estudo foi organizado em quatro seções. Na primeira fiz a introdução onde apresentei a questão temática, sua justificativa, objetivos e alguns dos teóricos que apoiaram o desenvolvimento da pesquisa. Na segunda seção abordei algumas considerações sobre o método autobiográfico utilizado na metodologia escolhida para a pesquisa e apresentei as narrativas da pesquisadora quanto a sua trajetória na Orientação Educacional, os participantes e os procedimentos da pesquisa.

A terceira seção, apresenta as narrativas dos Orientadores Educacionais quanto alguns aspectos da Orientação Educacional em Duque de Caxias, como, por exemplo, suas interações, a configuração com a chegada dos novos concursados, as mudanças com a instituição do cargo público de Orientador Educacional e as estratégias para sua formação.

Na quarta seção expus as ações e o campo de atuação da Orientação Educacional na atualidade e as expectativas de atuação do Orientador Educacional comprometido com os novos tempos e uma renovação nesta área de trabalho.

Na conclusão reafirmei a importância da pesquisa, pontuando algumas sugestões para reflexão do grupo em relação à função da Orientação Educacional. Deixei inclusive o espaço do estudo aberto para continuidade da pesquisa da trajetória da Orientação Educacional em Duque de Caxias.

2 MÉTODO AUTOBIOGRÁFICO E NARRATIVAS DOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS EM DUQUE DE CAXIAS

A abordagem metodológica definida para a pesquisa, que visou analisar as mudanças na função e no campo de atuação da Orientação Educacional em Duque de Caxias, baseada nas vivências e experiências do grupo, foi a autobiográfica.

Sobre as vivências e experiências nos remetemos a Elias (1990), que aborda sobre as interações e necessidade recíprocas dos indivíduos, sendo determinantes quanto aos conhecimentos, aprendizagens e culturas adquiridas.

Ao considerar que as narrativas autobiográficas nos processos de formação e profissionalização têm crescido no Brasil, na tentativa de reflexão sobre suas experiências vivenciadas no decorrer de sua ação enquanto investigação qualitativa, a metodologia foi proporcionar um diálogo entre o pesquisador e o tema da pesquisa. Neste sentido, analisei a construção histórica dos Orientadores Educacionais e suas aprendizagens ao longo deste período de implantação da função nas escolas.

Nesta seção discutimos sobre algumas considerações a respeito do método autobiográfico, apresentamos as narrativas da pesquisadora quanto a sua trajetória na função de Orientadora Educacional, os participantes da pesquisa e relatamos os procedimentos utilizados em questão.

2.1 Considerações Iniciais do método biográfico

Segundo Bueno (1996), em seu artigo sobre autobiografia e formação de professores, a insatisfação com os métodos tradicionais de investigação e pesquisa que não consideravam a questão da subjetividade trouxe a necessidade de se criar novos métodos, novas possibilidades de investigação científica.

A autora, acrescentando a antropologia com o trabalho pioneiro de Malinowski, iniciado na segunda década do século XX, propôs um novo jeito de estudar o significado das ações e manifestações das interações humanas, partindo

do ponto de vista dos nativos, a etnografia. Desta forma, no período positivista e contestando o reducionismo da racionalidade metodológica, surge o método autobiográfico como uma nova possibilidade de investigação e pesquisa científica.

O método autobiográfico segundo Bueno (1996) foi bastante utilizado pelos sociólogos da escola de Chicago entre os anos de 1920 e 1930, porém seu declínio foi observado posteriormente por conta das pesquisas empíricas da sociologia americana e só por volta de 1980 ressurgiu sua utilização.

A autora, baseada nas ideias de Ferrarotti (1988), aponta que a subjetividade das narrativas autobiográficas acontece quando o pesquisador lê a realidade de um ponto de vista de um indivíduo formado historicamente. Através dos materiais utilizados, sejam eles escritos ou orais, sujeito e objeto se reencontram e acontece a interação entre o observador e o observado. O autor ainda acrescenta que dentre os modelos de materiais utilizados no método autobiográfico encontramos os seguintes: a) biográficos primários: narrativas, relatos autobiográficos (entrevistas pessoais realizadas pelo pesquisador) e b) biográficos secundários: correspondência, fotos, documentos oficiais, diários, etc.

Nas pesquisas no campo da educação, para a autora, o método autobiográfico abre espaço para memorar trajetórias, repensando, renovando, construindo e reconstruindo caminhos individuais e coletivos de formas de educação e ensino. Nas narrativas de nossa vida, manifestamos os principais discursos: descritivo, quando detalhamos os acontecimentos, objetos, pessoas, animais ou coisas, objetivando transmitir as impressões, qualidades, sensações ou características observadas sobre o que está sendo detalhado. Explicativo, quando esclarecemos, informamos ou ilustramos algo, afim de levarmos a compreensão do que estamos narrando. Argumentativo, quando defendemos uma ideia ou opinião com o intuito de convencimento e avaliativo, quando determinamos um valor ao analisarmos aspectos, acontecimentos ou pessoas, repensando situações e estabelecendo novos objetivos.

Bueno (1996) também aponta que as fragilidades e potencialidades do método autobiográfico se devem ao fato de, segundo Nóvoa (1992), “o mesmo conjugar diversos olhares disciplinares, de construir uma compreensão multifacetada e de produzir um conhecimento que se situa na encruzilhada de vários saberes” (NÓVOA, 1992, p. 20).

A legitimidade das narrativas biográficas é defendida por Ferrarotti (2010) como instrumento da necessidade de uma renovação metodológica nos processos de pesquisa. Pesquisas a partir das narrativas autobiográficas estão sendo amplamente utilizadas nos estudos das ciências sociais, pois, contribuem para o estudo da forma como os seres humanos experimentam o mundo.

O uso desta metodologia segundo Reis (2012), têm em si um potencial investigativo e formativo. Explicita que a construção das narrativas e sua leitura, análise e discussão, em contextos de formação inicial e continuada, possibilita o desenvolvimento pessoal e profissional, pois, ao contarem alguns acontecimentos pertinentes à sua profissão, fazem mais do que registrar um acontecimento: mudam as formas de pensar e atuar, sentem-se motivados a inovar suas práticas e manter postura crítica e reflexiva sobre seu desempenho.

De acordo com Preskill e Jacobvitz (2001), as narrativas usadas de modo responsável desencadeiam importantes discussões educacionais e incentivam o professor a refletir sobre sua prática de ensino. Em seu processo de formação, algumas categorias de narrativas podem ser assim, consideradas: a) narrativas de crítica social: refletir sobre o papel dos educadores na sociedade de modo geral, b) de aprendizagem: professores necessitam dos conhecimentos a respeito da profissão para poderem se tornar bons profissionais e trocar suas práticas, c) de práticas reflexivas: serão capazes de continuar refletindo, questionando e transformando suas atividades educativas, d) sobre trajetórias: oportunidade de refletir sobre suas carreiras profissionais, e) de esperança: mostram que a educação pode transformar a vida das pessoas através de seu trabalho, f) de liberdade: capacidade de promover mudanças e alcançar objetivos audaciosos.

As narrativas autobiográficas na visão de Freitas e Galvão (2007) possibilitam perceber como se dá o processo de construção profissional dos sujeitos da pesquisa ou até mesmo dos pesquisadores.

Trabalhar com narrativas autobiográficas no dizer de Josso (2010) implica a forte participação do indivíduo que, comprometido com a reflexão e o seu interesse, define e compreende seu processo de formação.

Concluimos, segundo Bueno (1996), que a característica da subjetividade própria do método autobiográfico, faz com que cada professor tenha seu modo próprio de perceber e conceber a relação teoria e prática na ação educativa.

2.2 Como me tornei Orientadora Educacional

A minha história como Orientadora Educacional nasce na minha infância em 1974, momento em que o país passava pela ditadura militar e a Orientação Educacional já havia sido instituída obrigatória em todas as instituições de ensino através da LDB 5692/71 e suas atribuições foram estabelecidas pela lei 72.046/73. Neste ano, meus pais Antenor Torres Massa e Maria José Ramos Massa, moradores do bairro Vinte e Cinco de Agosto em Duque de Caxias, acreditaram na importância que a escola tinha na vida de uma criança, e como morávamos na rua do Instituto de Educação Governador Roberto Silveira (IEGRS), tiveram o interesse de me matricular nesta escola.

Foi então, após inúmeros pedidos feitos pela minha mãe à diretora da época, professora Norma Lúcia, e ficarem por toda uma madrugada na fila revezando com minha avó Ilda Torres Massa para ter o meu nome na lista de candidatos ao sorteio, seguida de uma desistência, a minha tão sonhada vaga foi conquistada no Jardim de Infância Casinha Feliz no IEGRS.

A escola era linda, tudo era maravilhoso! No pátio muitos brinquedos, tabuleiro de areia no parquinho com balanços, escorregadores e uma linda casinha feita de alvenaria e mini móveis de madeira. O momento de brincar era a melhor hora com certeza! Minha professora era chamada carinhosamente de tia Daise. A turma que ingressei já estava sendo introduzida na alfabetização e minha cartilha foi a Casinha Feliz. Tive dificuldades em juntar as letras, que logo foram superadas com a ajuda da tia Margarida, que pela manhã reunia alguns alunos em sua casa para aulas de reforço. Depois que aprendi a ler e escrever não parei mais, aliás aprendo até hoje!

A minha infância foi bastante feliz, brincávamos muito na rua de pique esconde, teatro e bola. Na época de festas juninas e copa do mundo ornamentávamos toda nossa rua e ainda assávamos batata-doce na fogueira montada por toda a criançada. Eu, minhas irmãs Andreia e Marcinha, minhas primas e outros colegas, ficávamos por horas conversando e brincando até anoitecer.

Nesta época a minha brincadeira preferida era brincar de escola. Nossa colega Luciene, a Lulu, uns quatro anos mais velha que nós, era nossa professora. Todas as tardes eu ia para sua casa, que ficava em frente à minha e lá ela me ensinava todos os deveres de casa e muitos outros. Desta maneira, quando chegava à sala de aula da escola, já sabia ou aprendia com mais facilidade. Como desejava ser a professora e escrever naquele quadro, usando o giz e o apagador que a Lulu usava! Foi ali que decidi que quando crescesse seria professora. Quantas saudades tenho deste tempo maravilhoso da minha infância!

Assim, ao final da oitava série em 1983, escolhi o Curso de Formação de Professores, o antigo segundo grau Normal. Neste período, o país ainda vivia o regime militar e nesta década, segundo Grispun (2001), a Orientação Educacional sofria críticas por reproduzir um sistema excludente com sua ação psicológica voltada para Orientação Profissional ou Vocacional, visando o ajuste ao mercado de trabalho. Nesta transição para o Curso de Formação de Professoras, o SOE (Serviço de Orientação educacional) da escola não promoveu nenhuma atividade que eu tenha participado.

Desde o primeiro ano tive a certeza que queria dar aulas, ser uma professora e durante todo o curso me esforcei para ser uma boa aluna. Ali tive as primeiras impressões da carreira do magistério, das didáticas dos ensinos, técnicas de alfabetização, planejamentos, estágios, aulas e outros. Foi neste período também que percebi a existência do SOE, cujas atividades eram de atendimento às turmas indisciplinadas e que a minha turma foi atendida uma vez.

Conclui o curso Normal em 1986 e a festa de formatura aconteceu na Casa do Marinheiro, na Avenida Brasil. Nesta época fui membro da Primeira Igreja Batista Universitária do Brasil e o pastor era o prof. José de Souza Herdy, fundador da atual Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO) e minha mãe fez o pedido à sua esposa, dona Nilza de Souza Herdy, para eu poder lecionar na instituição. E foi assim que no ano de 1987, aos 17 anos tive minha primeira experiência como professora com uma turma de alfabetização, no ano seguinte com outra de educação infantil e nos últimos anos, de 2008 a 2009, como Orientadora Educacional. Lá permaneci por vinte e dois anos.

No prédio do Instituto Roberto Silveira funcionava a noite um polo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com a faculdade de Pedagogia.

Lá tive as informações quanto à inscrição no vestibular, realizado na época pelo CESGRANRIO (Centro de Seleção de Candidatos ao Ensino Superior do Grande Rio), IEGRS. No ano seguinte, em 1987, já estava matriculada no primeiro ano do curso de Pedagogia. Ao final de 1988 fomos informados quanto à escolha que deveríamos fazer para o terceiro ano. Supervisão Escolar, que deveria trabalhar com os professores em seus planejamentos e aulas, Administração Escolar, para fazer parte da direção e cuidar de toda documentação referente a escola ou Orientação Educacional para trabalhar com os alunos, pais e responsáveis sobre os problemas dos estudantes. Confesso que optei pela Orientação Educacional por acreditar ser a que mais se adequava ao meu perfil de gostar de interagir e conversar com as pessoas, apesar de não ter ficado claro qual seria de fato a função de um Orientador Educacional.

Desde o meu primeiro estágio em Orientação Educacional, realizado em 1989 no Instituto de Educação Governador Roberto Silveira, não tinha muito a clareza sobre as atividades realizadas pelo SOE. Realizei estágio de observação nas turmas do 1.º segmento do Ensino Fundamental e logo a seguir, outro período com a Orientadora Educacional do 2.º segmento. A Orientadora Educacional realizou a eleição de representante em uma das turmas e fazia alguns atendimentos na sala do SOE aos alunos com alguma categoria de problema. Nesta época já havia sido promulgada a nova Constituição de 1988 e acontecia o movimento de Diretas Já, elegendo como presidente Fernando Collor de Melo. Nas aulas da faculdade falávamos de pedagogia tradicional, novos paradigmas, psicologia da aprendizagem e realizamos um júri simulado baseado na Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire, época que fui apresentada a esse grande mestre e desde então procuro a boniteza e a alegria no ato de ensinar e aprender.

Em 1990 concluí o curso de Pedagogia, colando grau na cerimônia de formatura no “campus” da UERJ Maracanã. A nova LDB havia iniciado em 1996 e estava em pleno processo de discussão. Eu continuava a lecionar na educação infantil no CEDUC (Centro Educacional de Duque de Caxias), hoje UNIGRANRIO, até me inscrever no primeiro concurso público para especialistas em educação em Duque de Caxias, neste caso para a Orientação Educacional. Enfrentei uma fila enorme no Centro de Esporte, hoje Vila Olímpica, para realizar a inscrição no concurso, naquela época nem imaginávamos “internet” ou inscrições “online”.

O concurso realizado em 1992 ofereceu 45 vagas e eu fui uma das aprovadas, sendo convocada em abril de 1993 para assumir o cargo. O Brasil neste ano é governado por Itamar Franco, que assumiu o cargo após o “impeachment” de Collor em 1992.

Fui lotada na Escola Municipal Santa Luzia do 4.º distrito no turno da manhã e o diretor era José Carlos Roncato Wandermurem. No período da tarde continuava trabalhando como professora da Educação Infantil na UNIGRANRIO.

Nos primeiros dias de trabalho, fiquei estarrecida com o aspecto físico da escola, achei tudo muito diferente da realidade particular. A Escola Municipal Santa Luzia era muito grande, muitas turmas, três turnos, salas mal iluminadas com muitos alunos, banheiros muito velhos e mal equipados. Não sabia por onde começar! Estava muito insegura até que pensei: só vou aprender, fazendo! Logo conheci a companheira de equipe, a orientadora pedagógica.

Foi ali que tive a dimensão das dificuldades que encontraria pelo caminho de uma escola pública, relacionamento aluno, professor e família, recursos, dificuldades de aprendizagens, carências diversas. As primeiras anotações que fiz sobre a escola foram: salas mal iluminadas, ausência de murais, turmas lotadas.

Logo em maio de 1993, todos os novos Orientadores Educacionais recém-contratados foram convidados para uma reunião na SME com a equipe de Orientação Educacional. Fomos apresentados à chefe da época e Orientadora Educacional Maria Lígia Oliveira de Andrade, que fez a apresentação dos demais elementos da equipe e recebemos orientações quanto a nossa dinâmica de trabalho na escola e todo o funcionamento da SME.

Nas minhas memórias consigo lembrar que foi no início da caminhada como Orientadora Educacional que a rede de Caxias deu início à proposta do ciclo de alfabetização e algumas reuniões eram direcionadas para a discussão desta proposta. Gradualmente fui me familiarizando com toda a dinâmica escolar, os atendimentos, o acompanhamento da frequência e avaliação dos alunos. Nas reuniões pedagógicas, grupos de estudos e conselhos de classe tentava acolher ao máximo a fala dos professores quanto as suas dificuldades metodológicas, comportamentos e aprendizagens dos alunos. Os professores ainda viam na figura do Orientador Educacional um inspetor de disciplina. Aluno fora de sala deveria ir para sala da conversa com o Orientador, por outro lado, os professores ainda

pensavam que nós orientadores éramos benevolentes demais com os alunos, sempre procurando uma desculpa para os seus maus comportamentos.

Apesar deste quadro, era perceptível o movimento de mudança no tocante às funções e campo de atuação da Orientação Educacional em Duque de Caxias. Os Orientadores Educacionais buscavam marcar seu território enquanto agente de mudanças, não mais preocupados apenas com os alunos-problema, porém com todos os problemas que diziam respeito aos estudantes. A SME também entendia essa mudança de paradigmas e os orientadores eram convidados a realizarem um trabalho integrado com todos os agentes da educação, sob vários aspectos que envolvia o cotidiano e a realidade escolar.

Precisando trabalhar mais perto do centro de Caxias, entrei no concurso de remoção e fui lotada na Creche João de Oliveira, conhecida como creche do Centenário, localizada no primeiro distrito, ao lado da E. M. Carlota Machado, onde hoje também ao lado funciona o Complexo de Assistência Social e o 1.º Conselho Tutelar. Porém, por não concordar com a forma como a gestão conduzia a unidade, logo pedi o meu desligamento. Naquele momento fui convidada a fazer parte da equipe de Orientação Educacional da SME/DOE (Divisão de Orientação Educacional), pela Orientadora Zenalda Pereira Frauches, integrante da equipe e que se tornou referência na minha trajetória profissional.

Estive lotada na SME de 1995 a 2015, durante o governo dos seguintes prefeitos: Moacyr do Carmo, José Camilo Zito, Washington Reis e Alexandre Cardoso, realizando junto a equipe encontros com pequenos grupos de Orientadores Educacionais para troca de experiências, cursos de formação, reuniões com outras secretarias, como Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social, Ministério Público, Conselho Tutelar, Seminários, ASFOE (Associação Fluminense de Orientação Educacional) e tantos outros órgãos ou atividades que fossem pertinentes à função e campo de atuação da Orientação Educacional.

Enquanto Orientação Educacional participamos da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, da construção do Regimento Interno das Escolas (1994), dos Pressupostos Teóricos da Rede (2002) e da Proposta Pedagógica da Rede (2004). Fiz inúmeras visitas sistemáticas às escolas,

enquanto implementadora com o objetivo de assessorar o trabalho dos Orientadores Educacionais.

No ano de 2013, durante o governo do prefeito Alexandre Cardoso, a então Coordenadoria de Orientação Educacional é extinta na sua forma independente e passou a integrar a Coordenadoria de Supervisão Educacional, sendo criada a CSOE (Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional). A justificativa apresentada foi quanto às mudanças ocorridas no curso de Pedagogia, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Pedagogia e Licenciatura (RESOLUÇÃO CNE/CP n.º 1, de 15 de maio de 2006). A nova visão era de um pedagogo generalista, habilitado para Orientação Pedagógica e Educacional. Assim, a Orientação Educacional perdeu sua especificidade de trabalho junto às unidades escolares e aos Orientadores Educacionais. A partir deste momento, a maior parte do trabalho e das visitas eram direcionadas ao acompanhamento das demandas burocráticas e dos aspectos físicos e funcionais das escolas da rede, evidenciando mais uma atividade de Supervisores Educacionais, que passava a ser realizado pelos Orientadores Educacionais e Pedagógicos.

Neste percurso fiz dupla jornada em algumas escolas. Wanda Gomes Soares, Wilson de Oliveira Simões, Bairro Califórnia e Carlota Machado. Também trabalhei em outras equipes da SME, como a de Educação Infantil. Desde 2015 estou lotada como Orientadora Educacional na E. M. Castro Alves, no bairro Jardim Olimpo no 4.º distrito e ali tenho a oportunidade de realizar o trabalho que acredito em Orientação Educacional, uma orientação comprometida com a construção de uma escola pública de qualidade para todos.

Muitos percursos foram realizados no sentido da minha formação e construção da identidade enquanto Orientadora Educacional, fiz muitas amizades e aprendi muita coisa nessa caminhada profissional! Ainda sigo no processo de mudanças. Aprendi que a humildade, a generosidade, a parceria e o espírito de equipe são essenciais nesta caminhada e que “não haverá borboletas se a vida não passar por longas metamorfoses” (RUBEM ALVES, 1999).

Quantas memórias lembradas nestas narrativas! Continuo caminhando, acreditando que nunca estarei pronta enquanto educadora. Sigo rumo aos novos desafios que vão surgindo, ressignificando meus saberes, minhas práticas, minhas

posturas, em busca de novas histórias a serem contadas e recontadas. O que está escrito no meu coração, está eterno na minha memória. E neste processo percebo que a esperança tem sido para mim um hábito difícil de se deixar e sigo acreditando: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo!” (PAULO FREIRE, 1979).

2.3 Participantes da pesquisa

O universo dos sujeitos do estudo foi formado por Orientadores Educacionais, aprovados no primeiro concurso público para Especialistas em Educação, foco deste projeto, na Rede Municipal de Educação de Duque de Caxias, lotados nos Distritos do Município.

O município de Duque de Caxias está dividido por quatro distritos, com características geográficas e populacionais distintas: 1.º distrito – Centro, 2.º – Campos Elíseos, 3.º – Imbariê e 4.º – Xerém. Os 1.º e 2.º distritos possuem características urbanas e os 3.º e 4.º, características rurais. O mapa abaixo serve para melhor compreensão e visualização da divisão do município.

Figura 1: Mapa do Município de Duque de Caxias.



Fonte: CIDE; 2002, IBGE; 2000, PDBG; 2000 - Plano Diretor; 2006. Produzido por Lab-Gis-PUC-Rio; 2009.

Os participantes foram todos do sexo feminino, pois no primeiro concurso só foi aprovado um Orientador Educacional do sexo masculino, que por apresentar vínculo familiar muito próximo da pesquisadora, não foi selecionado. Os sujeitos entrevistados foram identificados da seguinte forma: entrevistada A, B e assim sucessivamente até a entrevistada F.

Ter participado do primeiro concurso de Professores Especialistas/Orientadores Educacionais foi o principal critério para a seleção dos sujeitos e estar na ativa, assim o universo destes foi constituído de: 1 Orientadora Educacional lotada na SME, 1 no Conselho Tutelar, 2 Orientadoras Educacionais lotadas no 1º distrito, 1 no 3.º e 1 lotada no 4.º. No quadro abaixo apresentamos o perfil dos participantes da pesquisa.

Quadro 1. PERFIL DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.

ENTREVISTADAS	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	MORADIA	FORMAÇÃO ACADÊMICA	INSTITUIÇÃO/ CONCLUSÃO
A	65 anos	Feminino	Casada	D. de Caxias	Pedagogia	UFMG (1989)
B	53 anos	Feminino	Viúva	Nilópolis	Pedagogia	ABEU (1988)
C	57 anos	Feminino	Casada	D. de Caxias	Pedagogia Letras Direito	UERJ- FEBF(1985) UERJ- Maracanã(1994) UFRJ (2000)
D	53 anos	Feminino	Solteira	D. de Caxias	Pedagogia Mestrado em Educação	UERJ- FEBF(1990) UFF (2000)
E	62 anos	Feminino	Casada	D. de Caxias	Letras Pedagogia	UNIGRANRIO
F	65 anos	Feminino	Casada	Rio de Janeiro	Pedagogia	SOMLEY(1981)

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Tomando por base as ideias de Elias (1999), quando aborda sobre as configurações sociais, ou seja, a maneira como os indivíduos se relacionam através

das interdependências recíprocas, dos conhecimentos, costumes e culturas, adquiridos nessa relação de troca, podemos relacionar as vivências e experiências adquiridas pelo grupo de Orientadores Educacionais em suas interações. Cada indivíduo é um ser único, portanto, cada entrevistada manifestou um comportamento e interpretações particulares no decorrer da entrevista sobre as vivências e experiências individuais e coletivas.

Concordo com Halbwachs (1990) que as entrevistadas em suas narrativas consideram a memória individual, que não está isolada ou fechada, mas é também uma memória construída em grupo, coletiva.

A primeira entrevistada (A) mostrou-se bastante emocionada em lembrar e narrar acontecimentos vividos na trajetória da Orientação Educacional em Duque de Caxias. Ela estava passando por um momento delicado de sua saúde, o que contribuiu mais ainda para que a mesma tivesse uma certa dificuldade, nervosismo para responder às perguntas. A impressão que tive era de que a entrevistada manifestava uma grande preocupação no sentido de que as suas respostas contribuíssem para a pesquisa em questão. Em simultâneo, eu a tranquilizava de que tudo que ela dissesse, além de importante no TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), haveria a garantia do sigilo de sua identidade.

A preocupação da entrevistada (A) denotou a relação de poder do entrevistador e da SME sobre o domínio da entrevista, nos remetendo a Elias (1994) que apresenta o poder como um atributo das relações sociais. As mudanças comportamentais estão relacionadas às influências de poder, enquanto regulador de condutas individuais e coletivas. A primeira entrevista foi um momento novo para ambas, entrevistadora e entrevistada, as seguintes entrevistas transcorreram com mais fluidez.

A entrevistada (B) disse não se lembrar de muitas coisas, porém, com o transcorrer da entrevista, trouxe bastante detalhes, embora tenha sido uma das mais sucintas em seus relatos.

Já a entrevistada (D) trouxe uma reflexão crítica e política sobre os governos municipais de Duque de Caxias que muito determinou a caminhada da Orientação Educacional, apontando, segundo Elias (1994), o entendimento da interdependência das funções, ou seja, das necessidades recíprocas de interação entre elas.

As entrevistadas (C) e (E) demonstraram muito entusiasmo na narrativa, pareciam estar vivenciando os fatos relatados e orgulhosas das discussões e mudanças vivenciadas pelo grupo de Orientadores Educacionais de Duque de Caxias. A entrevistada (C) esteve o tempo todo muito à vontade no local escolhido para a realização da entrevista, neste caso a escola. Neste sentido, nos remetemos a Elias (1994), que refuta existir nas sociedades mais simples que temos conhecimento, alguma forma de divisão das funções entre as pessoas. Em algum momento, cada um ocupa uma função, um trabalho específico para os outros que estão sujeitos a mudança.

A entrevistada (E) precisou desmarcar algumas vezes o dia agendado para a entrevista. O mesmo aconteceu com a entrevistada (F), que por motivos de saúde na família também desmarcou a entrevista algumas vezes e em seus relatos evidenciou com muita propriedade outros espaços de atuação da Orientação Educacional além da escola.

2.4 Procedimentos

A produção dos dados para o presente estudo se deu a partir de entrevistas na perspectiva da narrativa autobiográfica. Os Orientadores Educacionais através de contato telefônico foram convidados a fazer parte da pesquisa apresentada. Como já citado, um dos critérios para a escolha dos participantes da pesquisa era ser do 1.º concurso de Professores Especialistas (Orientadores Educacionais) de Duque de Caxias em 1992, estar na ativa e manifestar interesse em participar deste estudo. A princípio os que foram convidados, concordaram com muita satisfação em participar da pesquisa, porém com a pandemia da COVID-19, em que fomos submetidos a um cenário mundial atípico de privação do contato social, algumas intercorrências surgiram, como, por exemplo: a Orientadora Educacional do Centro de Memórias foi difícil de ser localizada e, após muitas tentativas, não demonstrou interesse em participar da pesquisa, acreditando que seu trabalho exercido naquele espaço não é de ação da Orientação Educacional. Também o convite feito para a Orientadora Educacional lotada no 2.º distrito não teve aceite. Outras duas

participantes cancelaram a entrevista algumas vezes, após termos feito o combinado do dia, hora e local, atrasando assim os prazos para a realização da pesquisa de campo.

As entrevistas foram realizadas nos seguintes locais: três delas em local público, como o Outlet Premium e Caxias Shopping, localizados na BR 040 Rodovia Washington Luís, pois, por conta da pandemia Covid-19, as entrevistadas acreditaram ser o local mais adequado e mais à vontade. As outras três aconteceram no ambiente de trabalho das participantes, como, a escola, o Conselho Tutelar e SME (Secretaria Municipal de Educação).

Vale lembrar que em todas as entrevistas foram observados os protocolos de segurança, como o uso de máscara e álcool em gel. O tempo de duração das entrevistas variou entre uma hora e meia a duas horas. Antes do início da entrevista, conversamos bastante, trocando informações de trabalho e vida pessoal, de modo a tornar o clima bem à vontade. O momento da entrevista também foi o reencontro de pessoas que se conhecem há bastante tempo.

A entrevista, segundo Delory (2012), é uma das modalidades de coleta da fala do sujeito da pesquisa no método autobiográfico, objetivando apreender a singularidade de uma fala, uma experiência numa dimensão individual carregada de crenças coletivas, discursos de época, valores, ideias e atitudes.

Ainda segundo a mesma autora, um dos cuidados que o pesquisador precisa ter no momento da entrevista é conhecer o campo e contexto da sua observação e tentar compreender as singularidades, significações e interpretações que cada entrevistado faz de si e dos outros. No momento da entrevista pode haver um ajuste ou manipulação da fala por parte do entrevistado em decorrência das expectativas do entrevistador. Desta maneira, o entrevistado passa a ser entrevistador de si mesmo e o que entrevista cria condições de compreender e trabalhar a visão própria do colaborador para a pesquisa.

Utilizamos um roteiro de entrevista e com a permissão das entrevistadas as entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra. Após a análise do material coletado, destacamos nas considerações finais os aspectos mais relevantes nas entrevistas para estruturação do tema. Foi possível a utilização de fotografias, textos, relatórios, “portfólios”, atas, memoriais e outros. Cada entrevista abordando aspectos pessoais e diferenciados, trouxe uma válida contribuição para a pesquisa.

Para a análise dos dados, as narrativas foram organizadas desta forma: 1.^a etapa de realização das transcrições das entrevistas, 2.^a: leitura atenta e minuciosa delas, 3.^a: estabelecimento de relações iniciais com os temas dos blocos previamente estabelecidos, 4.^a: escolha e limitação dos trechos das narrativas que se destacaram quanto ao tema de cada bloco, 5.^a: agrupamento dos seus trechos a partir dos objetivos do estudo, 6.^a: interpretações de cada narrativa, estabelecendo relação com os referenciais teóricos.

Esta pesquisa, após a defesa, será apresentada aos Orientadores Educacionais desta rede através de um convite para um encontro, com hora e local agendados. Os registros desta pesquisa serão publicados e ficarão arquivados no Centro de Pesquisa e Formação Continuada Paulo Freire – Secretaria Municipal de Educação de Duque de Caxias.

3 A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL EM DUQUE DE CAXIAS

No início do século XX, entendendo ser importante para o sucesso do processo educativo, um aspecto passou a ser considerado: a vida social do educando. Segundo Porto (2009), com a revolução industrial, surge nos Estados Unidos na primeira década do século XX a Orientação Educacional, por meio da Orientação Profissional, incluída nas escolas pelo educador Frank Parsons, no sentido de orientar os alunos na escolha da profissão.

Consequentemente, o meio sociocultural em que se desenvolve o educando, as relações existentes da apropriação dos espaços, bem como as suas contradições, como, por exemplo, o crescimento do processo de industrialização e a exigência da especialização de mão-de-obra se fazem perceber, pela escola, como uma dimensão importante e necessária ao processo educativo (PORTO, 2009, p. 48).

Era necessário compreender melhor o aluno, assistindo-o em suas dificuldades e potencialidades, visando seu preparo e integração social, neste caso sua inserção ao mercado de trabalho.

As primeiras experiências da Orientação Educacional no Brasil segundo Grispun (2001) foram influenciadas pelo modelo americano e francês de aconselhamento. Em 1924, o engenheiro suíço Roberto Mange criou o Serviço de Seleção e Orientação Profissional para os alunos do curso de mecânica no Liceu de Artes e Ofícios em São Paulo.

De acordo com Porto (2009), Lourenço Filho, então diretor do departamento de Educação do Estado de São Paulo, criou em 1931 o Serviço de Orientação Profissional e Educacional.

Nesta seção, apresentamos a criação da Orientação Educacional nas escolas do município de Duque de Caxias até a realização do 1.º concurso para Especialistas em Educação, apontando aspectos relevantes da Orientação Educacional enquanto cargo público e quais os caminhos direcionados pelo grupo de Orientadores e SME no sentido de sua formação. A seção foi organizada pensando as tensões entre Orientador Educacional e Orientador Pedagógico.

Desta forma, discutimos a tendência de eliminação da função de Orientador Educacional e as relações de poder manifestadas nas interações dos Orientadores.

3.1 Tensões nas Interações da Orientação Educacional e Pedagógica em Duque de Caxias

Conforme as ideias de Elias (1994), o movimento de mudanças e trocas sociais ocorre nas interações, nas ações entre os indivíduos, diretamente ligados pelas cadeias de interdependência que se modificam. Esse movimento de interações não pode ser controlado, isso porque as relações entre os indivíduos podem ser tranquilas ou não, apresentando componentes de tensão, conflito e explosões. “A vida dos seres humanos em comunidade certamente não é harmoniosa” (ELIAS, 1994, p. 21).

Entendo *tensões*, segundo o mesmo autor, como situação de contradição e desigualdade de sentimentos e desejos, promovendo acontecimentos fortes ou expressivos, que podem resultar em crise, rompimento e mudança.

Entre os anos de 1975 a 1978, durante o governo do prefeito Renato Moreira da Fonseca, segundo relatos de Matos (2018), o Departamento de Educação da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias foi transformado em Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Essa secretaria foi chefiada pelo professor Stélio da Silva Lacerda, período em que foi criado o Serviço de Orientação Educacional, tendo como chefe a professora Elisa Combat, cujo objetivo era oferecer suporte pedagógico e educacional à Inspeção Escolar.

Nesta época não havia a realização de concurso público para Orientação Educacional e a equipe era formada por indicação política de alguns professores para realizar o trabalho ao nível de escola e na equipe interna da Secretaria Municipal de Educação. Cabe lembrar que o Brasil naquele momento estava vivendo o período da ditadura militar e Duque de Caxias, por conta dos interesses econômicos de sua Refinaria (REDUC), foi considerada área de Segurança Nacional, assim, o prefeito na época era indicado pelo governo federal.

O caráter controlador experimentado em nosso país foi revelado na narrativa da entrevistada “D”, feito pelas indicações políticas que não possibilitavam o acesso democrático aos cargos e vagas públicas. Naquele momento, a Orientação Educacional em Duque de Caxias, tornava-se obrigatória nas escolas, incluindo o aconselhamento vocacional, refletindo assim, segundo Grispun (1996), o Período Disciplinador (1971-1980).

[...]antes da Constituição Federal de 1988 podia haver nos sistemas o exercício da função de OE e OP sem concurso público. O Professor Docente II, antiga primeira à quarta série, quando concluiu a graduação, pleiteava exercício no cargo e ocupava por indicação (ENTREVISTADA D).

Neste caso, a graduação deveria ser em Pedagogia, para que o Professor Docente II (professor do 1.º segmento), que também exercia a função por indicação política pudesse exercer a função de Orientação Educacional ou Orientação Pedagógica. Com suas atribuições voltadas para a Psicologia, a Orientação Educacional iniciou um movimento de leitura de uma escola como reprodutora do sistema. Começou-se a perguntar o que faz e pra que serve a escola?

Surgiu então as tensões nas interações entre o grupo de Orientadores Educacionais e Pedagógicos, insatisfeitos com a situação do controle e indicação política e que desejavam um espaço de oportunidade e poder.

Ficou claro na narrativa da mesma entrevistada a constatação das tensões evidenciadas na participação ativa dos professores e Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (SEPE), entrando em consonância com as ideias de Elias (1994), de impulso para que a mudança acontecesse, neste caso a realização do concurso público.

Daí a luta do SEPE por concurso, para que o cargo fosse público, com direito amplo para todos. Com a aprovação da Constituição Federal então em 1988, o sindicato pressionou a Prefeitura de Caxias para elaboração do plano de carreira que contemplasse todas as funções com estímulo salarial, que valorizasse a ampliação da formação e também valorização do tempo de carreira na rede, que seria uma forma de evitar que Caxias fosse uma rede de passagem como algumas redes são identificadas (ENTREVISTADA D).

A prefeitura de Duque de Caxias neste sentido cedeu às pressões do SEPE, valorizando a importância da figura e função Orientador Educacional no quadro de funcionários das escolas. Em seu histórico de luta pelos professores, o SEPE data desde 1977, quando foi criada a Sociedade Estadual dos Professores, que em 1979 fundiu-se com a União dos Professores do RJ e com a Associação dos Professores do Estado do Rio de Janeiro. Em 1987, já CEPE (Centro Estadual dos Profissionais da Educação), incluiu os demais profissionais, os funcionários administrativos. No ano de 1988 passa a ser chamado de SEPE.

Desde 1979 foi criado o Núcleo do SEPE/Duque de Caxias para organizar as lutas dos professores e posteriormente em 1987, dos funcionários administrativos. Em 1990, com a extinção da APEPMDC (Associação de Profissionais da Educação da Prefeitura Municipal de Duque de Caxias), o SEPE passou legalmente a representar também a Rede Pública Municipal de Duque de Caxias.

O plano de carreira do município de Duque de Caxias, desde a sua criação em 1990, foi apontado como referência nacional em várias reuniões da categoria dos professores, como documento legal que organiza a carreira dos profissionais da educação de forma ampla e sua relevância no movimento de tensão nas interações é apontado na narrativa abaixo.

Se no primeiro concurso nós tínhamos já a Constituição Federal nos amparando, a gente argumentava isso no plano legal: tem que ter o concurso para esses cargos, porque só por ele é possível preenchê-los. Nos demais concursos, o nosso argumento decisivo foi o plano de carreira. Nós já estávamos no plano de carreira e a prefeitura não podia negar isso (ENTREVISTADA D).

Tendo a Constituição de 1988 garantido o direito de sindicalização a todos os funcionários públicos, o SEPE passou a discutir como pauta de uma de suas lutas a realização do concurso público, para que todos sem distinção tivessem o acesso às vagas, tendo ampla participação para a realização do mesmo.

A Prefeitura Municipal de Duque de Caxias realizou o primeiro concurso público para Professores Especialistas – Orientadores Educacionais e Orientadores Pedagógicos no ano de 1992. Após sua realização, a entrevistada

“D” evidenciou em sua narrativa outras tensões quanto a convocação equilibrada entre eles.

É importante também destacar que houve muita pressão do SEPE para garantir vagas para OP e OE nesse que foi o primeiro concurso. Nós tínhamos setores da categoria que se posicionaram de forma contrária e alguns outros setores que reivindicavam mais OP's do que OE's. O número era bastante reduzido na rede desses profissionais, mas existia um setor da categoria que argumentava sempre que os Orientadores Educacionais não eram importantes na rede, reconheciam sim, a importância dos Orientadores Pedagógicos. Então foi uma guerra para a gente conseguir garantir as vagas para OP e OE, luta essa que prosseguiu nos concursos seguintes. Posterior a isso, havia a necessidade de se pressionar para haver a chamada dos OE's (ENTREVISTADA D).

A valorização quanto ao trabalho dos Orientadores Pedagógicos em detrimento ao dos Orientadores Educacionais, pode ser justificada de acordo Spricigo (2012), fundamentado nas ideias de Pinto (2006), do fato de nas décadas de 70 e 80 haver uma forte crítica aos Pedagogos com formação em diferentes habilitações (especialistas em Educação), numa visão e atuação fragmentada. Orientador Educacional trabalha com alunos, Orientador Pedagógico trabalha com professores e Diretor cuida da parte administrativa.

Neste sentido, a atuação do trabalho do Orientador Educacional estava voltada para o contexto tecnicista com o objetivo de atender o mercado empresarial e industrial.

Os termos “pressão”, “guerra” e “luta” exprimiram o embate no município de Duque de Caxias das tensões entre os Professores Especialistas. Esse embate, no dizer de Elias (1999), é a situação básica entre profissionais que entram ou se encontram em relação uns com os outros e geram impulsos por mudanças na sociedade.

Neste movimento de tensões desde 1988, a Orientação Educacional, segundo Grispen (2001), esteve ligada a movimentos de lutas e direitos da categoria, quando a FENOE (Federação Nacional dos Orientadores Educacionais) se filiou a CUT (Central Única dos Trabalhadores) e posteriormente a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação)

A função de Orientador Educacional até a data daquele concurso em Duque de Caxias, conforme já mencionado, era exercida por uma seleção interna de

acesso, os professores do Ensino Fundamental formados em Pedagogia poderiam atuar como Orientadores por indicação da direção e SME.

A partir de 1993 chegaram 30 (trinta) novos Orientadores Educacionais para se juntar a alguns já existentes na SME, nas escolas e implantar um trabalho nas unidades escolares do município. A preocupação era nortear objetivamente o trabalho deste novo Orientador Educacional junto às suas funções e atribuições estabelecidas em regimento, e adaptá-las ao trabalho já iniciado antes do concurso de 1992. Trabalho este que na época do governo da secretária Dalva Lazarone (1990 a 1992) havia corrido o risco de extinção, onde foi sugerido que os Orientadores tornassem professores substitutos. Segundo relatos de uma antiga integrante da equipe de Orientação Educacional, esta situação foi duramente questionada pelo grupo interno da época, mostrando que a função do Orientador Educacional tinha um fazer específico, regulamentado por lei.

O Orientador Educacional é um dos membros da equipe diretiva, ao lado do diretor e Orientador Pedagógico, que tem em sua função a responsabilidade de zelar pelo desenvolvimento pessoal de cada aluno, considerando suas particularidades e potencialidades. Desta forma, sua função visa dar suporte a formação do aluno enquanto cidadão, levando-o à reflexão sobre valores morais, éticos e resolução de conflitos. Ainda, deve participar ativamente do processo de integração da família/escola/comunidade, promovendo ações que favoreçam o envolvimento dos pais no processo educativo.

A Orientação Educacional deve ajudar a organizar e realizar a proposta pedagógica da unidade escolar. Seu trabalho em parceria com os professores e outros profissionais ajuda a compreender melhor o comportamento dos alunos e agir de maneira mais adequada. Ao ouvir e dialogar, o Orientador terá melhores condições de dar orientações e propor intervenções satisfatórias.

Enquanto o trabalho dos Orientadores Educacionais é mais focado nos alunos, o do Orientador Pedagógico tem como base os professores, orientando-os quanto ao planejamento, metodologias e avaliação da aprendizagem dos alunos. A função de ambos, se complementam e devem continuar atuando de forma integrada e harmoniosa.

As tensões e lutas em torno da função do Orientador Educacional em Duque de Caxias, revelaram o que Elias (1999) especifica na rede de interações sociais

onde as relações de poder, pensamentos e conflitos sugerem mudanças que podem resultar no surgimento de novas funções, profissões, subdivisão, manutenção ou redimensionamento das mesmas.

Os primeiros Orientadores Educacionais convocados do primeiro concurso público para Professor Especialista do município de Duque de Caxias foram recebidos em 1993 pela chefe da Equipe de Orientação Educacional Maria Ligia Oliveira de Andrade, no governo do prefeito Moacyr do Carmo e tinha como Secretária de Educação a prof.^a Maria Hélia Lacerda.

3.2 Configuração da Orientação Educacional: uma reflexão sobre os rumos da função

Elias (1994) utiliza o termo *configuração* para definir a formação dos indivíduos na sua relação com os objetos simbólicos, com a transmissão da cultura e com o aprendizado de um patrimônio simbólico social. O mesmo autor ainda utiliza o exemplo das danças de salão para explicitar o termo *configuração*.

As mesmas configurações podem certamente ser dançadas por diferentes pessoas, mas, sem uma pluralidade de indivíduos reciprocamente orientados e dependentes, não há dança. Tal como todas as demais configurações sociais, a da dança é relativamente independente dos indivíduos específicos que a formam aqui e agora, mas não de indivíduos como tais. Seria absurdo dizer que as danças são construções mentais abstraídas de observações de indivíduos considerados separadamente. Da mesma maneira que as pequenas configurações da dança mudam - tornando-se ora mais lentas, ora mais rápidas - também assim, gradualmente ou com mais subtileza, acontece com as configurações maiores que chamamos de sociedades (ELIAS, 1994b, p. 250).

O conceito de função também deve ser compreendido como um conceito de relação, das interdependências manifestadas nas interações e neste sentido as tensões e conflitos são características das funções.

Ao considerarmos as mudanças ao nível municipal a partir do concurso para função de Orientador Educacional e ao nível nacional a partir da criação do ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente),

essas mudanças nos remetem a Elias (1994), que destaca as causas relacionando-as aos costumes e transformações das classes sociais.

Para o mesmo autor, “na esteira da transformação social global” (p. 72), a diminuição das diferenças de poder entre os grupos continuará sendo evidenciada. Neste processo, “a órbita funcional constantemente mutável da sociedade” (p. 72), na interação das diferenças e integração social, determinadas funções de grupos sociais serão extintas, desaparecerão, ocorrendo a perda da função e do seu poder potencial.

Assim que foi garantida a convocação dos Orientadores Educacionais, após um ano da realização do concurso, ficou claro na narrativa da entrevistada “C” a caracterização deste grupo de novos Orientadores Educacionais e da realidade encontrada nas escolas.

Nós éramos os primeiros Orientadores concursados em Duque de Caxias. Éramos o suprassumo, que estava começando na Orientação. As escolas eram horríveis, de modo geral sucateadas!
(ENTREVISTADA C)

Percebeu-se nesta parte da narrativa “suprassumo”, a importância dada pelo grupo de Orientadores Educacionais sobre sua função na rede de interações do contexto escolar. As deficiências encontradas nas escolas eram quanto à estrutura física e material.

Para a maioria das entrevistadas a configuração naquela época era de uma Orientação Educacional voltada para o controle do comportamento dos alunos. Essa era também a expectativa que os professores faziam com a chegada dos novos Orientadores Educacionais nas escolas. Podemos perceber na narrativa da entrevistada “B”, que o novo grupo precisava redimensionar seu papel fiscalizador percebido em sua origem.

Eles julgavam que o OE era o tal do mecânico de comportamento, muito difícil. Todos os problemas, disciplinares não tinham filtro, passavam tudo para o Orientador (ENTREVISTADA B).

Esta narrativa encontrou consonância com o que Spricigo (2012) aborda quanto a diferentes posturas evidenciadas na trajetória da Orientação Educacional: destaque para aspectos psicológicos, caráter corretivo e disciplinador focando o

ajuste de comportamento dos alunos indisciplinados numa visão fragmentada e reduzida da ação do Orientador Educacional, baseada em atividades isoladas de atendimento individual. O termo “mecânico de comportamento” (ENTREVISTADA B) reafirmou a contribuição da Orientação Educacional para manutenção da hegemonia dominante.

Ao narrar “todos os problemas, disciplinares”, a entrevistada “B” reforçou a expectativa e demanda que se fazia do trabalho dos Orientadores em função de sua origem, segundo Porto (2009), de estar atrelada ao “ajuste” do aluno. Caberia ao Orientador Educacional conhecer o aluno, o mundo do trabalho e ajustar o indivíduo ao emprego.

O comportamento inadequado dos alunos era considerado um problema a ser eliminado, a família era convocada para resolver o problema e o aluno recebia uma advertência para se adequar as regras da escola. Não havia uma reflexão sobre as causas da manifestação desse comportamento por parte dos alunos.

A lei 5564/68 que regulamentou o exercício da profissão de Orientador Educacional, segundo Grispun (2001) conferiu um caráter preventivo numa linha psicológica. Já a lei 5692/71 fazia referência ao caráter de “aconselhamento” vocacional para oportunizar uma profissão no mercado de trabalho. Assim, o caráter corretivo do atendimento aos alunos problemas e sua função moralizadora foi o que marcou significativamente a trajetória da Orientação Educacional.

Ainda nesta configuração, as direções escolares, muitas sem formação pedagógica e todas como cargos de indicação política, dificultavam sua compreensão sobre a importância da Orientação Educacional. Elas não entendiam a dimensão do trabalho do Orientador Educacional. O concurso público foi muito importante no fortalecimento deste processo de construção da identidade e valorização do papel do Orientador Educacional.

Na década de 90 a Orientação Educacional passava pelo período orientador, buscando redimensionar o seu papel e atuar na formação do aluno crítico e participativo. A narrativa da entrevistada abaixo nos levou a observar que Duque de Caxias acompanhou este movimento com a chegada do novo grupo, tentando diminuir as diferenças de poder entre os Orientadores Educacionais e Pedagógicos.

Nós, a nossa classe enquanto Orientador Educacional, ganhamos ali uma autonomia e aos poucos fomos quebrando aquela coisa de que o importante na escola às vezes era mais a Orientação Pedagógica, porque preenche os papéis, os relatórios e o Orientador Educacional até então ficava no fazer murais, no botar brincadeiras. E nós fomos graças a Deus tentando, buscando, fazendo análise dos quadros, até mesmo o lotacionograma não nos favorecia, porque, às vezes, tinham dois Orientadores Pedagógicos e só um Orientador Educacional, ou então, a escola com poucos alunos só precisava do Orientador Pedagógico (ENTREVISTADA D).

Elias (1999) utiliza o jogo de xadrez para exemplificar as interdependências e configurações, no sentido de que os movimentos de um grupo determinam os movimentos de outro. Desta forma, com o novo grupo, ocorreu a mudança no número de Orientadores Educacionais e também a alteração da unidade de referência, aumentando assim a complexidade das relações em relação às possibilidades de equilíbrio ou igualdade de poder entre os Orientadores.

A parte da narrativa “o importante na escola às vezes era mais a Orientação Pedagógica, porque preenche os papéis, os relatórios e o Orientador Educacional até então ficava no fazer murais, no botar brincadeiras” (ENTREVISTADA D), indicou já naquela época, segundo Elias (1999), a interdependência entre as funções no interior do espaço escolar.

Tomando por base as ideias do mesmo autor de que o conceito de função deve ser compreendido como um conceito de relação das ações que os profissionais da educação exercem uns com os outros, nos levou a avaliar o motivo de, em sua parte da narrativa dizer que “ganhamos ali uma autonomia” (ENTREVISTADA D), o desconhecimento da reciprocidade de todas as funções dadas pela interdependência entre todos na escola.

Desde 1979 o grupo de Orientadores Educacionais já estava preocupado com a questão da identidade desse profissional, quando no VI Encontro de Orientadores Educacionais trouxe a discussão do papel da Orientação Educacional num contexto social amplo que buscasse a democratização do ensino.

Em Duque de Caxias, a partir de 1993, a narrativa da entrevistada “D” denotou esse movimento de busca por uma nova identidade e referenciais para o Orientador Educacional, que segundo Grispun (2001) visava atender às necessidades dos alunos de forma ampla e integrada.

Começamos [...] a mostrar que o trabalho na escola, toda a equipe [...], o diretor, o OP e OE, nós deveríamos ter essa troca, como professor precisa ter a “internet”, a interdisciplinaridade. Nós enquanto Orientadores precisávamos dessa troca, que era uma soma. O importante era essa discussão maior, não era o atendimento individualizado com aluno, mas a troca para buscar a solução dos problemas (ENTREVISTADA D).

Neste sentido, a Orientação Educacional deixou de ser um trabalho isolado e buscou o envolvimento com os todos os responsáveis neste processo para o atendimento integral do aluno. Em suas partes da narrativa, “trabalho na escola”, “toda equipe”, “buscar soluções dos problemas”, a entrevistada “D” expressou o reconhecimento da interdependência entre todos da equipe nas questões da escola e o reconhecimento da importância do trabalho integrado.

Desde 1973, segundo Grispun (2001), a busca por um trabalho integrado com os demais membros da comunidade escolar foi identificada pelo grupo de Orientadores Educacionais em suas atividades. Em 1976, o MEC lançou o documento *Orientação Educacional e Linhas de Ação*, abordando dois planos de atuação para a Orientação Educacional, um de ação integrada com Orientadores Pedagógicos, direção e demais elementos da escola e outro, de atividade direta entre Orientadores Educacionais e alunos, ligado às dinâmicas de grupo.

Em consonância com as ideias de Elias (1994), a narrativa da entrevistada “D” demonstrou que a mudança deve ser compreendida se considerarmos os reflexos das mudanças sociais no desenvolvimento global.

[...] já não cabia mais isso mediante a tantas mudanças sociais, tudo muda, a língua, os meios de comunicação e, por que a Orientação Educacional ia ficar naquele marasmo, no isolamento para apagar incêndio? Não! Nós queríamos sim, resolver questões e estudar, buscando as parcerias devidas (ENTREVISTADA D)

Na configuração de um trabalho integrado, o Orientador Educacional não estaria mais para “apagar incêndio” (ENTREVISTADA D), tentando resolver todas as situações de conflito que surgiam no contexto escolar. Todas as situações que envolviam os alunos, passaram a ser socializadas e compartilhadas com todos para um melhor atendimento.

A Orientação Educacional comprometida com a dimensão política pedagógica deve pensar primeiramente o Orientador como um educador e a Educação como um ato político (GRISPUN, 2006).

Ainda na configuração dos anos 90, a SME tinha um acompanhamento por parte da equipe central bem mais próximo, com frequentes reuniões e um acolhimento muito maior ao profissional do que é hoje.

A entrevistada “B” demonstrou em sua narrativa a importância de cursos para entender a construção do conhecimento do aluno e a forma como o grupo encontrou suporte para caminhar na direção de um melhor embasamento teórico do processo de aprendizagem.

O grupo da SME, da equipe de Orientação Educacional da central da SME trabalhavam puxando muito pelo pedagógico, mostrando que o OE não era aquele que vinha para psicologizar. Ele era para trabalhar o pedagógico, a construção de cada aluno. E aí a gente tinha formações, tinha uma parceria com a saúde até para cursos de modo a entender essa construção do conhecimento do aluno e a gente sempre participava de projetos e implementação de projetos iniciados por essa equipe central que era muito, foi muito importante desde o início para manutenção dessa função (ENTREVISTADA B).

As discussões do VI Congresso de Orientadores Educacionais em 1976 reforçaram essa dimensão em que o aluno era a preocupação no processo educativo e buscava-se um direcionamento da Orientação Educacional numa abordagem ampla do currículo como instrumento do processo de aprendizagem.

Para Grispun (2006), todo o fazer pedagógico não é neutro e está atrelado com as relações entre sociedade e educação. A crítica enfrentada pela Orientação Educacional de manutenção do *status quo* modificou-se quando objetivou o pleno desenvolvimento do aluno inserido em seu contexto social.

A participação e implementação de projetos iniciados por esta equipe central nos deu outra dimensão da função do grupo de Orientadores Educacionais da SME, ou seja, a função como atributo das relações. Possivelmente por este motivo tínhamos cursos para entender a construção do conhecimento do aluno.

Ainda sobre o grupo da equipe de Orientação Educacional da SME, a entrevistada “A” nos levou a perceber o apoio dado ao grupo quanto a orientação e formação da função dos Orientadores Educacionais.

Nós tínhamos dúvidas em relação às escolas. Qualquer dúvida que a gente tivesse, tinha a quem recorrer. Achei muitos subsídios para realizar a nossa prática e, ao mesmo tempo, tínhamos encontros permanentes desses Orientadores que a gente trocava experiências, enriquecíamos a nossa prática, colocávamos as dúvidas que a gente tinha, sugestões, trocas realmente do fazer diário dentro das escolas. Era tudo muito novo... E assim foi um período muito bom, foi um período que a gente cresceu e avançou. Penso que a prática dos Orientadores nas escolas no município de Duque de Caxias teve um crescimento muito bom, muito bom mesmo! (ENTREVISTADA A)

Ao narrar “foi um período muito bom”, a entrevistada “A” expressou as mudanças ocorridas na vida conjunta dos Orientadores Educacionais da rede municipal de Duque de Caxias. “A gente cresceu e avançou”, demonstrou, segundo Elias (1994), a possibilidade de mudança nos seres humanos sem a necessidade de alguma tensão externa a eles.

Podemos verificar que o assessoramento da Equipe de Orientação Educacional contribuiu para o movimento do grupo de Orientadores na busca por novos caminhos para atuar de maneira mais significativa na educação. Segundo Elias (1994), onde quer que haja uma interdependência funcional entre indivíduos, existirá o equilíbrio de poder, sejam fortes, significativos ou influenciáveis.

Os “encontros permanentes” (ENTREVISTADA A) entre os Orientadores Educacionais da SME e das escolas denotaram, segundo Elias (1994, p. 46), somente o conjunto das relações que proporcionarão um panorama equilibrado da função. A sinalização do equilíbrio da função não garante que no momento seguinte não haja desintegração das funções existentes.

A mesma entrevistada deixou evidente em sua narrativa a condução do grupo de Orientadores Educacionais no sentido de atuar nas questões amplas da escola, contribuindo assim para o protagonismo do grupo de forma interdisciplinar, integrada e coletiva com os demais elementos envolvidos no processo pedagógico.

[...] nunca foi podada a nossa participação na escola, porque eu tinha essa vontade e questão de ampliar a minha participação

pedagógica na escola. Então, assim, eu não encontrei um empecilho para isso ser realizado. Ao mesmo tempo que tinha o fechamento na área da Orientação Educacional, tinha uma orientação para ampliar a sua visão na escola, sua participação, o seu espaço de atuação (ENTREVISTADA A).

Na parte da narrativa “não encontrei nenhum empecilho” (ENTREVISTA A), reafirmou, segundo Elias (1999), a possibilidade de mudanças mesmo sem a ausência de conflitos e tensões entre as funções.

No centro das mudanças sociais, segundo Elias (1994), estão os impulsos na direção de uma especialização, de uma diferenciação de todas as atividades sociais, fazendo com que os indivíduos se tornem dependentes de um número crescente de pessoas.

Um aspecto importante a ser considerado nesse processo de mudanças com relação à função da Orientação Educacional diz respeito às divergências dos aspectos legais da formação e habilitação dos Orientadores Educacionais apontadas por Spricigo (2012) e sobre as alterações das Novas Diretrizes Nacionais de Pedagogia (Resolução CNE/CP N.º 01/2006).

Essa Resolução estabelece a licenciatura em Pedagogia, sem as habilitações específicas. Realiza a formação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a organização da educação básica. Ainda estabelece a docência como requisito básico para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério, não sendo mais privativas dos licenciados em Pedagogia a formação das funções acima supracitadas (PARECER CNE/CP N.º 3/2006).

Contribuindo ainda para esta reflexão, Pimenta et al. (2017), aponta, entre outros, os estudos de Leite e Lima (2010) e Libâneo (2010) sobre as fragilidades e insuficiências dos cursos de Pedagogia na formação do pedagogo e/ou professor. Observou-se que os cursos centram a formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental e para a educação infantil de maneira generalizada, superficial e fragmentada.

Desta forma, os estudos apontam para a necessidade urgente de mudança nas Diretrizes Curriculares para os cursos de Pedagogia, pois, desta maneira, a formação oferecida não contribuirá para uma ação competente em busca de uma educação de qualidade para todos.

Outro aspecto observado é quanto à realização de concurso em algumas redes de ensino, ofertando vagas para pedagogo e em outras, como Duque de Caxias, no último concurso em 2015, ainda foram oferecidas vagas específicas para Orientadores Educacionais e Pedagógicos.

Entretanto, na SME não existe mais uma equipe ou coordenadoria específica da Orientação Educacional desde o ano de 2013, governo do prefeito Alexandre Cardoso. A Orientação Educacional foi integrada a Supervisão através da CSOE (Coordenadoria de Supervisão e Orientação Educacional). Conforme apontado anteriormente, o trabalho específico da função do Orientador Educacional nas unidades ficou comprometido, visto que a CSOE passou a evidenciar mais as questões relacionadas a Supervisão Escolar, realizadas pelos Orientadores Educacionais e Pedagógicos. As reuniões e visitas não foram mais direcionadas ao grupo específico de Orientadores Educacionais.

O crescente número de Orientadores Educacionais vindo de formação diferenciada conduzirá o grupo a diferentes configurações. Neste processo, até que ponto os aspectos apresentados contribuirão para manutenção ou extinção da função do Orientador Educacional, ou ainda para efetivação da função do pedagogo.

3.3 A Função da Orientação Educacional como cargo público

O termo função é conceituado por Elias (1999) como sendo as relações das ações entre os indivíduos organizados segundo a influência que exercem uns pelos outros. A manutenção da função é garantida pela interdependência que estabelecem nas suas ações.

Como destaca Elias (1994, p. 21), cada pessoa em uma sociedade “tem uma função, uma propriedade ou trabalho específico, algum tipo de tarefa para outros.” Neste sentido, o Orientador Educacional a partir da década de 90 no município de Duque de Caxias, foi reconhecido no quadro de profissionais da educação.

A narrativa da entrevistada “C” evidenciou a mudança ocorrida com o fato de Duque de Caxias ter sido o precursor da realização do concurso que contemplou o Orientador Educacional como cargo público.

[...] Em 1993 nós éramos os primeiros Orientadores concursados em Duque de Caxias. [...] E, aí nós chegamos concursados e assim mudou! [...] Aqui na prefeitura de Caxias, antigamente, era tudo indicação de algum político, diretor indicado e ele também escolhia a sua equipe, um professor que tivesse Pedagogia para ser Orientador Educacional, outro para ser Orientador Pedagógico e assim era formada a equipe, quando veio o concurso nós ganhamos nosso espaço (ENTREVISTADA C).

Ao narrar, “[...] nós chegamos concursadas e assim mudou!” (ENTREVISTADA C), exemplificou as pressões exercidas pelo grupo de Orientadores Educacionais que não eram indicados politicamente em relação ao grupo de indicados para exercer a função, originando, segundo Elias (2001), equilíbrio de poder e impulso para mudança.

As indicações políticas não foram realizadas após o concurso e esta situação não foi muito confortável para aquelas pessoas que estavam desempenhando o cargo e que haviam sido enquadradas por possuir habilitação antes do concurso, originando desta forma uma tensão, segundo relato da entrevistada F.

A minha experiência na minha primeira escola não foi uma das melhores. Por quê? Eram cargos por indicação. A diretora indicava, a Secretaria fazia a indicação e naquele momento já não era mais indicação, então as pessoas temiam a chegada das pessoas novas (ENTREVISTADA F).

A parte da narrativa “naquele momento já não era mais indicação” (ENTREVISTADA F), expressou, conforme as ideias de Elias (1999), a mudança ocorrida com a diferenciação e integração da chegada dos novos Orientadores Educacionais, resultando numa nova configuração que não foi planejada ou pretendida.

Desde o ano de 1986, o prefeito de Duque de Caxias foi eleito democraticamente através do voto popular. Em 1992, ano da realização do concurso, tinha como governo o prefeito José Carlos Lacerda, que substituiu Hydekel de Freitas Lima após assumir o Senado Federal com a morte de Afonso

Arinos. Já em 1993, ano da convocação dos aprovados no concurso para Especialistas em Educação, o prefeito eleito era Moacyr Rodrigues do Carmo, que ficou no cargo até o ano de 1996.

Grispun (1996) estabelece como um dos aspectos da dimensão política do trabalho do Orientador Educacional que “ele reconhece a importância e a influência das relações interpessoais na estrutura familiar e escolar” (GRISPUN, 1996, p. 73). Neste sentido, a entrevistada “C” salientou em sua narrativa a importância dada as relações interpessoais na ação dos Orientadores Educacionais.

Orientador Educacional, na sua maioria são pessoas assim, mais sensíveis, pessoas que gostam de estudar, que tentam buscar essa empatia com o grupo. Trabalha a relação do grupo, trabalha essa relação da escola, tão importante, às vezes a pessoa não se importa muito com isso, até mesmo o jeito de você conversar com pai do aluno [...] (ENTREVISTADA C)

Neste processo, segundo Grispun (2001), a Orientação Educacional deve contribuir para reflexão sobre o ato de ensinar. É preciso compreender o aluno, respeitando sua singularidade e fundamentalmente acolher e inserir o mesmo no contexto escolar.

A entrevistada “B” nos levou a concluir que o respeito ao ritmo de cada aluno e a valorização do conhecimento prévio que cada um traz de sua realidade são outros aspectos a serem considerados na dimensão orientadora, que objetiva construir pontes para aquisição de novos saberes.

O OE nas escolas, na SME, foi aquele elemento, aquele ator que trouxe humanização e passou-se a ver os atores da escola enquanto pessoas, enquanto pessoa humana em todo esse contexto (ENTREVISTADA B).

Para Porto (2009), o Orientador Educacional deve estar muito atento às relações quando surgirem conflitos ou obstáculos na comunicação. Sua atuação deve facilitar e transpor as barreiras criadas entre o pensar e agir, criando um clima de diálogo transparente nas relações no contexto escolar.

Em consonância com as ideias defendidas por Freire (1992), de uma prática fundamentada no diálogo e respeito, a entrevistada “B” marcou na narrativa dos

termos “humanização”, “atores da escola enquanto pessoas”, a valorização pela vida e da igualdade respeitando as diferenças.

A instituição da função da Orientação Educacional como cargo público conferiu ao grupo um equilíbrio de poder na construção do seu espaço de trabalho, originando uma nova configuração sem dever favor aos políticos.

[...] quando veio o concurso nós ganhamos nosso espaço e apesar de pertencermos à equipe diretiva que está no nosso Regimento, não estávamos à mercê e nem a serviço do diretor. Éramos concursadas e podíamos estar trabalhando, fazendo um serviço nosso, trabalho diário e tínhamos que ser respeitadas. Não podíamos ser trocadas ao bel-prazer, porque a direção não gostou, porque não era mais indicação, antigamente era tudo indicação (ENTREVISTADA C).

O uso das narrativas “não estávamos à mercê e nem a serviço do diretor”, “tínhamos que ser respeitadas” (ENTREVISTADA C), revelaram o equilíbrio de poder que o grupo de Orientadores Educacionais estabeleceu em sua nova configuração, apesar da indicação das direções, reforçando a ideia de Elias (1999) de que a influência da indicação dos diretores não era maior que a influência exercida dos Orientadores Educacionais no exercício de suas funções.

A influência do aspecto legal da Orientação Educacional foi apontada como determinante na instituição do Orientador como cargo público.

O concurso específico nos deu um certo empoderamento porque nós tínhamos uma lei a nos favorecer, enquanto outros cargos não tinham. Nós tínhamos uma lei, inclusive até o nosso hino, nós temos um hino da Orientação Educacional e podíamos estar com suporte legal brigando por isso, brigando no bom sentido, marcar o nosso espaço, mudar aquela coisa, aquele ranço que o professor achava como se nós estivéssemos do outro lado e que não poderia contar com a nossa força, quando no dia a dia da escola a gente mostrava isso (ENTREVISTADA D).

A lei 5692/71, segundo Grispun (2006), era o “suporte legal” apontado pela entrevistada “D”, que favorecia a existência da Orientação Educacional na sua obrigatoriedade, ainda que entendida contraditoriamente como atendimento no momento histórico-político de sua implantação e desenvolvimento, enfatizava o enfoque psicológico, servindo desta forma ao sistema.

Na configuração do Orientador Educacional enquanto cargo público e quanto ao movimento das tensões entre Orientadores Educacionais e Pedagógicos, a pesquisa aponta a mudança referente ao lotacionograma.

Nós, juntamente a equipe de Orientação Educacional, realizamos um levantamento e conseguimos acabar com a questão do lotacionograma de que nem toda a escola precisaria de Orientador Educacional já que tinha o Pedagógico e que o número deveria ser paritário, tantos Orientadores Educacionais tantos Pedagógicos e que a necessidade seria de números de turmas para atendimento (ENTREVISTADA D).

O termo lotacionograma se refere a um instrumento de organização gráfica cujo objetivo é dispor uma visão exata dos recursos humanos. Na rede municipal de Duque de Caxias as unidades escolares estão organizadas por grupos conforme o quantitativo de alunos (matriculas) e, desta forma, a SME estabelece a distribuição e o quantitativo de professores especialistas, Orientadores Educacionais e Pedagógicos em cada unidade escolar.

Depreendemos que os novos Orientadores Educacionais junto à equipe de Orientação Educacional da SME somaram esforços para reorganizar o lotacionograma, rompendo com uma narrativa “de que nem toda escola precisaria de Orientador Educacional” (ENTREVISTADA D). Organizaram a necessidade de Orientadores Educacionais por “número de turmas”, refletindo ser necessária cada escola ter em seu quadro tanto Orientadores Educacionais quanto Pedagógicos. Conforme acrescenta Elias (1994, p. 29), a mudança não pode ser explicada unicamente pela necessidade de um ou outro profissional, mas pela relação entre as duas funções.

O lotacionograma utilizado hoje em 2021 é o mesmo que está em vigor desde 2016 e a paridade, ou seja, a igualdade na lotação em relação ao número de Orientadores Educacionais e Pedagógicos nas unidades escolares. Contudo, essa paridade ainda não é garantida na sua totalidade, conforme o exemplo abaixo.

Quadro 2. Lotacionograma

N.º alunos	Classificação	O. Educacional	O. Pedagógico
CRECHE E CCAIC		1	
01 – 150	GRUPO 1	1	1
151 – 300	GRUPO 2	1	1
301 – 500	GRUPO 3	1	2
50 – 750	GRUPO 4	2	2
751 – 1000	GRUPO 5	3	3
1001...	GRUPO 6	3	3

Fonte. SAGP, 2020.

No processo desta configuração, a entrevistada “D” apontou a importância dada pelo grupo quanto a formação continuada e acompanhamento do seu trabalho.

E a gente foi tentando, solicitando também a mesma reciclagem, o mesmo processo de formação continuada oferecida ao professor também para Orientador Educacional. Inclusive a equipe até foi contemplada com visitas, porque a um tempo não precisava, era uma visita mais burocrática, de documentos, diários (ENTREVISTADA D).

As visitas e as formações oferecidas confirmaram o entendimento por parte da SME e do grupo de Orientadores Educacionais sobre o que Grispun (2001) revela sobre a dimensão pedagógica da função da Orientação Educacional, de estar envolvida em questões mais amplas do contexto escolar, como, “a questão das faltas”, “por quê a evasão”, “trabalho de diálogo e reflexão”, reforçados nas narrativas da entrevistada “D”.

A extinção das visitas por parte da SME para acompanhamento do trabalho dos Orientadores Educacionais a partir de 2013 nos remete novamente a Elias (1999, p. 45), abordando a condição das mudanças como um movimento constante e exemplificado como “máquina de moto perpétuo”.

A Orientação Educacional deve responder, segundo Grispun (2001), como poderá contribuir para redução do fracasso escolar e sob os aspectos que interferem na aprendizagem. Ao narrar sobre o Conselho Tutelar quanto ao encaminhamento da frequência dos alunos, reflexão sobre a evasão, a entrevistada “D” denotou o entendimento quanto a essa questão muito presente no processo de aprendizagem. Apresentou o Conselho Tutelar como um órgão público que contribui para o funcionamento da função do Orientador Educacional.

O Conselho Tutelar trata a questão das faltas, porém não é só levantar a falta e mandar para o conselho, mandar para o responsável, é preciso está analisando por quê a evasão? Por que a criança não está indo na escola? E aí precisava de um trabalho de diálogo, de reflexão e dentre essas caminhadas nós fomos conquistando o grupo de profissionais, garantindo o grupo de estudo, garantindo a questão do relatório, que tanto OP quanto OE precisam ler, rever, assinar. A gente precisa estar ali enxergando o aluno em cada relatório. E aí a coisa foi se fortalecendo, a necessidade de os profissionais estarem caminhando em parceria, um contribuindo com o outro (ENTREVISTADA D).

A mesma narrativa apontou como movimento de mudança para o grupo de Orientadores Educacionais a conquista dos GE's (grupo de estudos) e relatórios descritivos como espaços de discussão e atuação da função orientadora para tratar da evasão, faltas, reprovação e tantos outros assuntos presentes no processo de ensino e aprendizagem.

A Rede Municipal de Educação em Duque de Caxias vem garantindo em seu calendário escolar, um (1) GE (grupo de estudo) e três (3) dias para preenchimento de relatórios descritivos dos alunos a cada bimestre, elaborados segundo o Regimento Escolar, numa perspectiva de avaliação formativa e processo global e contínuo.

Para Grispun (1994, p. 13), o processo de subjetividade e intersubjetividade são obtidos através do diálogo nas relações. Este processo é evidenciado no preenchimento dos relatórios descritivos quando a entrevistada “D” narrou que “o Orientador Educacional [...] precisa estar ali enxergando o aluno em cada relatório.” Neste sentido, a tarefa do Orientador Educacional vai muito além do que simplesmente assinar os relatórios dos alunos.

Para a entrevistada “D”, apesar de o Orientador Educacional estar contemplado enquanto cargo público, o que ela evidenciou foram muitas experiências de submissão dos Orientadores aos projetos autoritários da SME e de direções não eleitas.

Portanto, eu penso que para haver uma abordagem mais crítica na atuação da Orientação Educacional não basta apenas que esse profissional seja oriundo de um concurso público, é preciso pensar um conjunto de relações e entre elas, com certeza, a gestão democrática entendida como experiência da escola enquanto espaço público de fato (ENTREVISTADA D).

Quanto as funções, segundo Elias (1999, p.50), a gama de decisões e a extensão de seu alcance são determinadas pela integração que a originou, porém, as relações de interdependência entre elas, garantirá a sua continuidade ou reprodução.

A entrevistada “D” ao narrar a necessidade de “[...] uma abordagem mais crítica na atuação da Orientação Educacional e “[...] é preciso pensar um conjunto de relações”, evidenciou o entendimento da interdependência da função da Orientação educacional com outros profissionais para sua manutenção.

Segundo Grispun (2006), a Constituição de 1988 nasceu de uma ampla participação popular principalmente na área da educação. Neste sentido, encontramos a participação da FENOE (Federação Nacional dos Orientadores Educacionais) defendendo a luta por uma educação democrática e uma sociedade mais justa e humana.

Ficou claro na narrativa da entrevistada “D” que a instituição da função do Orientador Educacional como cargo público contribuiu para o comprometimento do grupo com uma prática democrática.

[...] algumas experiências democráticas e participativas nas escolas e que foram produzidas sem sombra de dúvida, a partir da chegada desses novos concursados, que introduziu em suas práticas a compreensão então de atuar em um cargo público e de refletirem nessa condição a importância da construção de uma visão mais democrática sobre o seu trabalho (ENTREVISTADA D).

Entendendo, segundo Elias (1999), *poder* como a capacidade de exercer controle numa dinâmica imanente da configuração que os indivíduos formam em

conjunto, a entrevistada “D” demonstrou esse entendimento quando aponta a questão do regimento interno e da equipe diretiva na sua narrativa.

[...] houve uma mudança na reformulação do Regimento e os OE's e OP's passaram a ser identificados como integrantes da chamada Equipe Diretiva da escola. Eu particularmente acredito que essa mudança foi muito ruim, outorgou, reforçou uma visão de separação entre os que dirigem a escola e os que são dirigidos. E colocou os OE's e OP's nesse espaço de Equipe Diretiva numa rede onde os diretores não eram eleitos (ENTREVISTADA D)

As partes da narrativa da entrevistada “D”, de “passaram a ser identificados como integrantes da Equipe Diretiva” e “separação entre os que dirigem a escola e os que são dirigidos”, exemplificaram, conforme para Elias (1999), as relações de poder entre as funções dos Orientadores e dos demais envolvidos no contexto escolar. Essa relação de poder não foi evidenciada pelas demais entrevistadas e nos remete ao mesmo autor de que “mesmo dentro de um mesmo grupo, as relações conferidas a duas pessoas e suas histórias individuais nunca são exatamente idênticas” (ELIAS 1999, p. 27).

A reivindicação para eleição de diretores municipais foi uma luta constante do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação e só recentemente, a partir de 2015, a rede municipal passou a indicar seus diretores através da eleição direta com a participação de toda comunidade escolar. A última eleição para diretores aconteceu em 2019 e algumas direções foram reconduzidas pela SME por falta de chapa para concorrer à eleição.

3.4 Estratégias de Formação dos Orientadores Educacionais

As pressões exercidas pelo SEPE para que o governo realizasse o concurso, exemplificaram o poder, segundo Elias (2001), como conceito de relação, que está localizado no centro do processo de configuração que se apresenta de maneira flutuante e elástica. As mudanças observadas na função do Orientador Educacional a partir da formação do novo grupo de Orientadores Educacionais concursados, nos remete ao mesmo autor que aponta a troca de posição nos círculos sociais, a

começar das questões financeiras e das funções profissionais que fundamentam o campo social.

Neste sentido, o autor, tentando explicar o movimento de mudanças e transformações da sociedade da época do rei Luís XVI, no tocante à destituição de funções da nobreza, nos leva a compreender o movimento das mudanças na função do Orientador Educacional em Duque de Caxias.

A formação docente deve estar alinhada com as alterações sociais e estruturais pelas quais o mundo vem passando. O educador tem uma função milenar que foi alterada, aperfeiçoada e passou por um processo de ampla evolução, juntamente a sociedade e com a forma como as crianças e adolescentes eram vistos pela sociedade em que viviam. Ao discorrer sobre o tema, Perrenoud (2018) chama atenção para a formação dos professores modernos, que estão sujeitos às mudanças de sua própria profissão, influenciados pela sociedade.

As pressões exercidas pelo novo grupo reivindicaram a formação como meio de mobilizar a prática reflexiva e ação permanente de avaliar a função da Orientação Educacional.

Entendendo o conceito de *formação*, segundo Nóvoa (1995), como um processo de construção da identidade profissional e ações por um trabalho reflexivo e crítico sobre as práticas, a narrativa da entrevistada “E” apontou para a formação no sentido de crescimento na profissão e manutenção da função.

[...] a formação em qualquer profissão é excelência, [...] ele precisa estar buscando uma formação contínua, porque (...) tudo muda! (...) o Orientador Educacional que não se movimenta, não busca, não faz a sua formação, vai perder o espaço (...), o nosso aluno é outro, a nossa família é outra (ENTREVISTADA D).

A formação inicial era considerada suficiente para preparação das funções dos indivíduos durante todo o período de sua vida profissional, porém os avanços do conhecimento e a sua relação com o desempenho profissional trouxeram a necessidade de constante atualização e desenvolvimento. Neste sentido, a narrativa da entrevistada “D” encontrou consonância com as ideias de Rodrigues e Esteves (1993).

A formação não se esgota na formação inicial, devendo prosseguir ao longo da carreira, de forma coerente e integral, respondendo às necessidades de formação sentidas pelo próprio e as do sistema educativo, resultado das mudanças sociais e/ou do próprio sistema de ensino (RODRIGUES E ESTEVES, 1993, p. 41).

Grispun (2001) aponta para a necessidade de mudanças de paradigmas da Orientação Educacional em busca de novas e melhores formas de atender o aluno e sua família. Essa necessidade de mudança foi confirmada pela entrevistada “D” em sua narrativa “tudo muda”, “o nosso aluno é outro.” Temos hoje, uma escola com questões muito sérias e precisamos intervir em diversas dessas situações.

Existe a necessidade, segundo Perrenoud (2018), de questionar e adquirir consciência sobre todos os costumes e hábitos que geram ações tidas como automáticas, realizadas sem um processo correto de crítica e análise e que podem impactar no desenvolvimento profissional, na relação entre o professor e o aluno, e até mesmo no desenvolvimento pessoal desse educando.

A emancipação profissional é apontada por Nóvoa (1991) como resultado da formação continuada que adota como referências as dimensões coletivas das práticas. Desta forma, ressaltou-se a importância das formações proporcionadas pela SME, onde havia a oportunidade de discutir os direitos dos alunos, como atuar nos casos de violência que chegavam à escola de uma maneira evidente e tantas outras questões que se apresentavam no cotidiano escolar.

[...] a gente tinha uma dúvida, era um campo novo, eram portas novas de atuação e a gente às vezes se sentia meio perdida. Então nós tínhamos todas essas orientações, todos esses cursos de formação e com o passar do tempo a gente também ouvia, como já falei aqui, os outros. A gente ia aprendendo como abordar essas questões com os alunos na escola (ENTREVISTADA A).

Para Nóvoa (1991), a formação abre caminho para mudanças através de possibilidades de recomeço e renovação. Quando a entrevistada “A” narrou “campo novo”, “ouvira [...] os outros”, “a gente ia aprendendo” ressaltou a prática mediadora de produção de conhecimento adquirida nas experiências de vida e identidade dos professores. Uma tese apresentada pelo mesmo autor sobre a formação profissional diz quanto a assumir forte competência prática centrada na aprendizagem dos alunos e estudos de casos (NÓVOA, 2011).

O município de Duque de Caxias, com suas características e diferenças distintas de seus quatro distritos, faz com que cada comunidade escolar seja única e particular. Por isso a troca entre os Orientadores, isto é, a socialização das suas experiências é muito importante para a aquisição de conhecimento que enriquece a função.

Essa formação acontecia através da realização de reuniões mensais ou bimestrais pela equipe de Orientação Educacional da SME. Nos encontros ou reuniões de pequenos grupos havia muita troca de experiências, informações, orientações e busca de parcerias que davam muito suporte ao trabalho da Orientação Educacional nas escolas. “Hoje, a realidade da escola obriga-nos a ir além da escola. Comunicar com o público, intervir na sociedade” (NÓVOA, 2011).

No período de 1994 a 1996, no governo do prefeito Moacyr Rodrigues do Carmo e da secretária de educação, professora Maria Hélia Lacerda, a Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde realizou a formação ADOLESCER, muito interessante no sentido de estudar sobre a fase da adolescência, principalmente para os Orientadores Educacionais que trabalhavam com o segundo segmento do ensino.

Nós trabalhamos também a questão do adolescente, quem ele é, o que está passando, como está se situando, tudo que estava acontecendo de transformação no mundo e as transformações que o adolescente passa (ENTREVISTADA A).

O trecho da narrativa “[...] transformações que o adolescente passa” nos transporta a Grispun (2001, p. 29) quando aborda a extensão do trabalho da Orientação Educacional no sentido de ajudar o aluno por inteiro, com utopias, desejos, paixões e entender as relações que acontecem com esse adolescente e os outros.

A criação do ECA fez com que “a questão do adolescente” (ENTREVISTADA A) recebesse uma atenção especial, no sentido de conhecer melhor essa fase do desenvolvimento humano, com seus mitos e desafios. A faixa etária de atendimento do ECA vai de 0 até 17 anos e 11 meses.

O ECA e o Conselho Tutelar foram situações novas que surgiram no cenário educacional nacional e Duque de Caxias precisou conhecer, analisar e estudar para que o Estatuto fosse efetivado. Nas formações oferecidas os Orientadores

Educacionais foram articulando o documento com este Conselho Tutelar no sentido de pedir ajuda e respaldo para garantia dos direitos dos alunos.

A Educação Especial e a Inclusão foram outras questões evidenciadas nas formações.

[...] quem era esse aluno especial que estava começando a participar das escolas? Porque antes o aluno não tinha esse espaço, ele agora precisava ser incluído, mas quem é esse aluno? Quais são as causas que modificam seu comportamento que faz com que ele difira? Como tratar esse diferente? Como lidar com esse diferente na escola? A questão da aceitação dos demais foram outros pontos [...] (ENTREVISTADA A).

A LDB 9394/96 deu respaldo para desconstruir a narrativa “antes o aluno não tinha esse espaço” (ENTREVISTADA A) no capítulo III, artigo 4.º, onde diz ser dever do Estado garantir “o atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A entrevistada “E” listou alguns exemplos de estratégia de formação da Orientação Educacional, objetivando refletir sobre a prática da função.

Então nós já tivemos grandes palestrantes, cursos, pós-graduação e grandes contribuições de seminários, inclusive fora do Rio de Janeiro. Nós participamos muitos anos da ASFOE lá em Vassouras (...), era um encontro maravilhoso que fortaleceu muito o nosso trabalho, tinha o lado de pesquisa e o lado de reflexão (ENTREVISTADA E).

Ao narrar “grandes contribuições”, a entrevistada “E” revelou a avaliação positiva das estratégias de formação direcionadas a função dos Orientadores Educacionais.

A “pós-graduação” relatada pela entrevistada “E”, como um espaço de formação que trouxe um impacto positivo na atuação dos Orientadores Educacionais de Duque de Caxias, foi o curso de Psicopedagogia oferecido pela UNIABEU (Associação Brasileira de Ensino Universitário) em parceria com a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias (PMDC) durante os anos de 2001 a 2002, no governo do prefeito José Camilo Zito dos Santos e que teve como Secretária de Educação a professora Roberta Barreto.

Os encontros da ASFOE (Associação Sul Fluminense de Orientação Educacional) que aconteceram em Vassouras e os Seminários de Orientação Educacional realizados em Duque de Caxias, também ainda durante o segundo mandato do governo do prefeito José Camilo Zito dos Santos, apontados pela entrevistada, foram decisivos no sentido de fortalecer o trabalho do grupo, direcionando-o sempre para pesquisa e reflexão quanto a sua função e atuação.

Considerando, segundo Grispun (2005), a complexidade do ato de educar, a “pesquisa” e “reflexão” são aspectos imprescindíveis para um atendimento pleno do aluno frente a um mundo cheio de desafios e contradições.

Entendendo as relações de interdependência, o processo de formação também foi oferecido aos gestores, contribuindo para o reconhecimento da função da Orientação Educacional.

[...] eles implantaram a formação para os diretores para mudar aquela visão que havia uma dicotomia entre a Orientação Educacional e a Orientação Pedagógica, acabou isso! [...] o próprio diretor que passou a ser chamado gestor precisa estar nas discussões, precisa estar dialogando. E outro grande ganho [...] para escola, para educação, foi o PPP, a construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico (ENTREVISTADA E).

As partes da narrativa “mudar aquela visão” e “precisa estar dialogando” evidenciam o equilíbrio abordado por Elias (2001) que acontece no campo das tensões entre as funções do Orientador Educacional e os outros elementos da equipe com suas especificidades.

O Projeto Político Pedagógico foi um elemento importante apresentado nas formações, como integrador e orientador das funções da escola e de cada profissional. Sua relevância corrobora com as ideias de Nóvoa (1991) sobre o processo de formação, pois compreende as produções coletivas e colaborativas dos profissionais como fundamentais em sua estrutura.

Projeto Político e Pedagógico nos direciona para o conceito abordado por Libâneo (2004), de que o PPP é um documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola. Esta conceituação é reforçada pelo Regimento Escolar que ainda aponta para a “construção coletiva”, em seu Cap. III, art. 70.

Art. 70 – O PPP constitui-se na organização do trabalho escolar como um todo, conferindo a unidade escolar, identidade e autonomia no desenvolvimento da sua ação educativa (p. 24).

[...]

Art. 72- O PPP será elaborado coletivamente com a participação de todos os seguimentos da comunidade escolar, inclusive o Conselho Escolar (REGIMENTO ESCOLAR DE D. DE CAXIAS, 2004, p. 24).

A Proposta Pedagógica da Rede referenda o termo *construção coletiva* quando apresenta como meta do trabalho da Orientação Educacional a superação do trabalho fragmentado na escola, tendo como uma das estratégias a construção *participativa* do PPP.

Eu ainda acredito muito nisso! Ainda sou uma defensora dessa ideia de que a escola tem que ser pensada a partir de referenciais políticos, filosóficos, sociológicos e penso que essa é uma função faz parte do nosso campo de atuação, atuarmos de forma articuladora na construção do PPP. [...] a gente percebe que uma parte significativa das escolas da rede não construiu de fato seu PPP e de forma participativa com a comunidade escolar (ENTREVISTADA D).

A lei 9394/96 regulamentou a gestão democrática das escolas públicas e em seu art. 12 prevê que as instituições de ensino podem executar sua proposta pedagógica, destacando nos art. 13 e 14 a necessidade de participação dos profissionais da educação e da comunidade escolar a sua elaboração, articulada com as políticas nacionais e diretrizes dos estados e municípios.

O governo do prefeito Moacyr do Carmo (1991 – 1994) foi apontado como um período de ações formativas muito importantes para o processo de formação do grupo de Orientadores Educacionais com a participação efetiva da UFRJ.

[...] a secretaria implementou algumas ações formativas bastante interessantes! Como, por exemplo, o convênio com universidades públicas, eu me lembro da UFRJ no campo da formação dos Orientadores Educacionais e Pedagógicos, formação continuada. Eu me lembro de um projeto, por exemplo, onde nós e os professores da UFRJ, estudamos política educacional, planejamento participativo na escola, discutimos na LDB e houve muito investimento na nossa participação, a importância da nossa função na construção do projeto político pedagógico nas escolas. Na época, o PPP foi apresentado inclusive como plano global (ENTREVISTADA D).

O reconhecimento dado pela SME ao trabalho do grupo de Orientadores Educacionais mais uma vez foi revelado nas narrativas da entrevistada “D” em “[...] houve muito investimento na nossa participação e “a importância da nossa função [...]”. Neste sentido, Elias (2001) aborda, como resultado das mudanças nas funções, o aumento de oportunidades de uns e redução de outros.

O reconhecimento e entendimento sobre a função do Orientador Educacional nos governos seguintes ao do prefeito Moacyr do Carmo, segundo a narrativa da entrevistada, seguiu outro movimento de mudança.

Nas gestões seguintes eu não me recordo de projetos significativos, ao contrário, a SME veio atuando percebendo a nossa função como dos OP's, como se nós fôssemos correios de transmissão junto as escolas, como linhas condutoras dos seus projetos junto às unidades de ensino. Então a Secretaria de Educação quando queria implementar algum programa, algum projeto, nos chamava para apresenta-lo para que fosse replicado na escola, sem muita possibilidade de discussão sobre ele. Prevalece (...), então, essa visão implementadora da Orientação Educacional e Pedagógica junto às escolas a partir de projetos que não eram elaborados por nós (ENTREVISTADA D).

O entendimento apontado pela entrevistada em “[...] correios de transmissão” e “[...] sem muita possibilidade de discussão”, trouxe uma reflexão a respeito do controle em torno da função do Orientador exercido pela SME, podendo resultar em sua manutenção ou extinção.

Esta situação também nos remete a Grispun (2001) quando aponta a lei 5692/71 definindo a questão da Orientação Educacional em sua implantação e desenvolvimento de enfoque psicologista e de controle, em uma trajetória que *serviu* muitas vezes para o sistema excludente e pouco emancipatório.

A entrevistada “D” identificou nas formações a prevalência de uma visão burocrática acerca do papel da Orientação Educacional.

Eu me lembro de muitas reuniões para os quais nós éramos chamados para ser explicado como proceder junto ao Conselho Tutelar, como preencher determinadas fichas[...] (ENTREVISTADA D).

A Orientação Educacional muitas vezes ficava debruçada em intermináveis levantamentos e preenchimentos burocráticos, e faltava tempo para o desenvolvimento da ação efetiva de um trabalho com alunos, professores e responsáveis. Outro aspecto apontado pela mesma entrevistada quanto ao processo de formação dos Orientadores foi a alteração das concepções teóricas.

[...] nós aceitamos participar de uma confusão teórica, de uma confusão prática. Numa gestão, por exemplo, a formação era na linha construtivista e nós íamos para escola implementá-la, numa outra decidiu-se que era uma linha sócio interacionista, aí nós éramos chamados para aprendermos alguns referenciais para implementarmos práticas sociointeracionistas na escola. Eu penso que isso foi sendo desqualificador do nosso trabalho, porque os professores percebem essa confusão da qual a gente vem participando (ENTREVISTADA D).

Em 1990 foram iniciadas as discussões para implantação do Ciclo de Alfabetização em Duque de Caxias, através do Projeto Repensando a Alfabetização, com os estudos da Psicogênese da língua escrita de Emília Ferreiro. A revelação dos processos de aquisição da leitura e escrita propôs um novo olhar sobre a alfabetização. Em 1993 essas discussões foram realizadas com os Especialistas de Educação e aconteceu a implantação do Ciclo de Alfabetização.

O lançamento da Reorientação Curricular “Escola em Movimento” em 1996 apresentou uma visão construtivista sociointeracionista, baseada nas ideias de Piaget e Vigotsky. O desenvolvimento cognitivo se dá pela interação social dos indivíduos que trocam experiências e pensamentos, gerando novos conhecimentos.

Em 2002 foi ofertado aos Professores Especialistas que atuavam com o ciclo de alfabetização o PROFA (Programa de Formação de Professores Alfabetizadores) e de 2006 até 2009 o FAP (Formação em Alfabetização Plena).

A Proposta Pedagógica da Rede relacionou alguns Projetos desenvolvidos entre a SME e os Orientadores da Rede no período de 1997 a 2002. Neste processo de formação tivemos os seguintes projetos. Família Presente, Evasão Ausente; Sexualidade e Vida, A Visão Educacional do ECA, Informação Profissional face à realidade-Rumos e Desafios; Acompanhamento dos Alunos com Dificuldade de Aprendizagem; TDAH (Déficit de Atenção e Hiperatividade); PROSA (Programa de

Saúde do Adolescente) e Cotidiano Escolar e Violência na Baixada Fluminense –
Em busca da Paz.

4 NOVOS PERCURSOS-NOVOS DESAFIOS

O grande desafio para a educação na atualidade consiste em abrir-se para as mudanças constantes e lidar com uma sociedade, segundo Bauman (2007), alienada e alienante, fragmentada e desprovida de valores que, mergulhada no consumismo, valoriza mais o “ter” do que o “ser”.

Para Grispun (2006), as mudanças ocorrem através da busca por novas alternativas de educação que atendam as demandas dos avanços científicos e tecnológicos ou através da construção coletiva de uma educação que tem como ponto de partida as demandas sociais.

Neste capítulo, abordamos as ações da Orientação Educacional que reflete um compromisso político. Apresentamos a atuação da Orientação Educacional atualmente e as expectativas de trabalho frente aos desafios da modernidade que influenciam e refletem sua função e os campos de atuação.

4.1 O Orientador Educacional e o contexto escolar

Antes de abordar sobre o papel do Orientador Educacional no contexto escolar, é preciso realizar uma contextualização sócio-histórica sobre como ocorreu a formação da escola e da figura do aluno ocidental. Durante muitos anos, ainda nos primeiros passos dos homens enquanto sociedade, acreditava-se que apenas o tamanho e o corpo físico de um indivíduo eram alterados com o passar dos anos, transformando meninos em homens (PASCOAL, 2006).

Porém, muitos anos se passaram até que fosse compreendido que o desenvolvimento humano vai muito além da altura e do crescimento dos músculos e ossos. Para Ariès (1981), o papel das crianças começou a ser questionado após o século XII. Isso porque apenas os jovens e adultos tinham uma importância crucial para a sociedade que tinha a sua base totalmente ligada a execução de tarefas pesadas e tomadas de decisão, em que ambas não poderiam ser plenamente executadas por crianças.

É apenas nessa época, meados do século XVIII, que a figura da criança toma certa importância para a sociedade. Isso porque as crenças compartilhadas nesse período relacionavam a criança como uma pura e direta criação de Deus, que deveria ser amparada, protegida e apoiada, valorizando ainda mais o conceito de família e tornando quase que institucional a existência de afeto nesse grupo social. A criança deixa de ser vista como um ser adulto em dimensões menores e passa a ser compreendida como um indivíduo em formação que precisa ser conduzido até a fase adulta, onde poderá seguir seus próprios caminhos e constituir sua família (PASCOAL, 2006).

Logo, é apenas após esse lento e conflitante período que Heywood (2004) narra que se inicia a história das unidades escolares mais parecidas como as que conhecemos hoje e a escola inicia o processo que resultaria na sua grande importância como pilar social, da forma como é atualmente. Tendo em vista os avanços científicos e sociais, e o reconhecimento do aluno como ser em construção, nascem funções além das que compreendem a figura do professor, como diretor, Orientador Educacional e outros.

Pascoal (2006) descreve que deve haver um trabalho conjunto entre o Orientador Educacional, os professores, orientadores pedagógicos e da direção escolar, sendo esse o caminho para a melhoria da qualidade das aulas, das metodologias de ensino e a formação acadêmica e psicossocial dos alunos. Logo, não deve se sustentar uma relação de "chefe" e "subordinado" entre o coordenador e o professor, mas sim de ajuda e direcionamento.

Assim, o profissional que ocupa o cargo de Orientador Educacional tem como principal função viabilizar a conexão, a comunicação e o trabalho em equipe entre todos os agentes que atuam na unidade escolar, sempre com o objetivo de melhorar as relações de ensino e aprendizagem (PASCOAL, 2006).

Sendo o Orientador Educacional um parceiro dos educadores no contexto escolar, também possuem suas funções atreladas às dificuldades enfrentadas por eles. Essas dificuldades estão sendo intensificadas com a consolidação da "internet", onde os meios digitais invadem as salas de aula e podem ser inimigos do ensino, caso não sejam utilizados da maneira correta. Além disso, há outras novas problemáticas, como a necessidade de lidar com uma gama grande de

diversidade social e a desmotivação apresentada por uma parcela considerável dos alunos (SPRICIGO, 2012).

Placco et al. (2012) são os responsáveis por trazer à discussão, na década de 90, os primórdios da ação dos Orientadores Educacionais nos ambientes escolares, onde agiam como supervisores e fiscalizavam as ações e metodologias dos professores. Apenas após a efetivação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que essa realidade foi alterada.

A Orientação Educacional deve estar direcionada para a formação da cidadania, a apropriação crítica do conhecimento e do desenvolvimento de todas as potencialidades pelo educando. Sobre o processo e resultados da atuação da Orientação Educacional, a entrevista “B” aponta.

O caminhar tem sido difícil e isso muito por conta das dificuldades sociais e dos recursos escassos. O tempo passa e não se tem o resultado esperado que ainda se soma a falta de valorização. [...] a gente não tem valorização de espécie nenhuma, então assim, a gente vai vendo um cenário de muita luta e pouco valor (ENTREVISTADA B).

Os desafios da Orientação Educacional de atender as expectativas dos alunos são grandes frente a realidade apontada por Bauman (2004), de relações cada vez mais descartáveis, marcadas pela falta de empatia e banalização da violência e exclusão. O aluno deve ser protagonista da ação educativa, refletindo de forma crítica, criativa, multiplicador e transformador desta realidade apresentada.

Essas problemáticas enfrentadas pelo sistema educacional do Brasil, faz com que as funções do Orientador Educacional se tornem ainda mais necessárias no apoio e direcionamento dos professores, bem como na viabilização da comunicação e da conexão entre todos os agentes que atuam na unidade escolar em questão.

O Orientador Educacional, segundo Domingues (2015), tem uma importante missão no processo da formação continuada docente, isso porque seu papel no ambiente escolar se relaciona também sua gestão. O autor defende que a gestão efetiva do espaço escolar, no que se refere as funções características do Orientador

Educacional, incluem a garantia da atualização e formação continuada dos educadores, que compõem o corpo docente da unidade educacional em questão.

Sendo a escola e o ambiente educacional, espaços de construção social, é preciso que haja uma conexão e uma interdependência entre as áreas de ação, de modo que a atividade coletiva resulte em um ensino de qualidade e um clima organizacional positivo. Logo, tendo como objetivo final essa missão, a Orientação Educacional e o corpo docente devem estar alinhados e unidos em prol da atualização constante das metodologias e dos novos estudos exercidos no campo educacional (SPRICIGO, 2012).

Para Libâneo (2004), é função do Orientador Educacional garantir que o corpo docente da unidade escolar em que atua esteja sempre atualizado e agindo de forma autônoma e protagonista no espaço escolar, não apenas participando de reuniões e efetivando o conhecimento dos alunos, mas inteirados nas problemáticas da escola e sendo partes que agregam na resolução de problemas.

Justificando a necessidade de formação continuada para a garantia de um sistema de ensino de qualidade e que não seja nivelado pelo mínimo necessário, Pascoal (2006) chama atenção para o fato que se enganam aqueles que acreditam que a formação docente deve terminar no fim do curso de licenciatura, ou tão pouco em programas de pós-graduação.

O mesmo autor ainda defende a ideia de que a formação docente continuada deve ocorrer diariamente, dentro e fora do espaço escolar. Isso porque esses educadores precisam estar constantemente se atualizando, não apenas no que se refere aos conteúdos teóricos e práticos das matérias que lecionam, mas principalmente sobre metodologias de ensino, desenvolvimento humano, estratégias de aprendizagem, ferramentas de ensino, gerenciamento de conflitos, inclusão escolar e outros assuntos pertinentes e complementares.

A ação da Orientação Educacional, segundo Grispun (2001), deve ultrapassar os muros da escola, uma orientação voltada para o mundo, que atenda a demanda das situações que aparecem no contexto social e refletem no contexto escolar.

4.2 Ação e Atuação da Orientação Educacional

Os seres humanos precisam ter um conjunto específico de habilidades para sobreviver neste mundo competitivo e calcado no progresso. Esse conjunto é desenvolvido única e exclusivamente pela educação de qualidade e acessível a todos, sem distinção, principalmente, de classe social (PASCOAL, 2006).

A educação, segundo Perrenoud (2018), desempenha um papel vital no crescimento de diversos fatores positivos. Uma população educacionalmente desenvolvida e com acesso à educação de qualidade, estará ciente do cenário socioeconômico do país, poderá ajudar em seu progresso e contribuir para o bem-estar social. O autor ainda aborda o papel fundamental da educação no tocante às decisões das representatividades políticas, contribuindo para um sistema democrático mais sólido e conciso.

Para Pascoal (2006), a não escolarização das pessoas ou a ausência de acesso a um nível educacional mínimo, resulta na falta de possibilidades sobre esses fatores, já que não estão em um ambiente de aprendizado e desenvolvimento. A educação deve mostrar a importância da democracia e construir cidadãos mais conscientes de sua atuação sociopolítica.

Mas, a educação não deve vir isolada de outras ações afirmativas e de inclusão governamental, tampouco se sustenta pura e simplesmente gerando cidadãos mais qualificados (PERRENOUD, 2018).

A qualificação, assim compreendida, expressa relações de poder no interior dos processos produtivos e na sociedade; implica também o reconhecimento que escolaridade e formação profissional são condições necessárias, mas insuficientes, para o desenvolvimento social. Somente políticas e ações concretas, que possibilitem real desenvolvimento social e econômico (distribuição de renda, reforma agrária, reforma do sistema de saúde e educacional), podem estar superando desigualdades e construindo condições sociais que redundam em cidadania.

De acordo com Grispun (2006), o Orientador Educacional precisa continuar a refletir sobre as demandas da sociedade atual: avanços tecnológicos, desigualdade, violência, diversidade e outros. A autora entende que atuar como

Orientador Educacional hoje é um trabalho muito mais abrangente do que em décadas passadas, no sentido de sua dimensão pedagógica, já que adquiriu um caráter mediador junto aos demais agentes educacionais, atuando com todos os protagonistas da escola.

Nosso papel no contexto atual, deslocou-se dos alunos-problemas para todos os problemas dos alunos da escola e refletindo, analisando, interferindo sobre esses problemas em tempos de globalização e da pós-modernidade (GRISPUN, 2005, p. 73).

O trabalho da Orientação Educacional deverá possibilitar a totalidade deste aluno, desenvolvendo sua singularidade, autonomia e solidariedade. Neste sentido, sua ação deverá abordar temas diversos, interagindo com a própria sociedade em seu contexto social, político e econômico.

O foco inicial desta atuação profissional, segundo Garcia (2003), era atender o aluno-problema e adequá-lo ao sistema/escola, percebendo o total desserviço e alienação que prestava a Orientação Educacional, encarado em sua função. Com a ascensão de novos teóricos e filosofias da formação educacional, procurou-se tomar novos rumos no entendimento de como atuar no contexto escolar. A Orientação Educacional, refletindo sobre sua dimensão pedagógica, passou então a discutir diversas questões relativas à realidade escolar: currículo, objetivos, procedimentos, avaliação, metodologia, trazendo o aluno para o centro desta discussão junto às famílias.

Garcia (2003), defende a construção de uma competência orientadora que nunca se desfaz do compromisso político com a criação de uma escola de qualidade e inclusiva para todos. O trabalho do Orientador Educacional aparece, então, com a responsabilidade de ser contínuo, dinâmico e permanente, abordando e refletindo sobre as questões sociais que surgem no decorrer do processo social deste aluno, exercendo, assim, seu papel pedagógico-social.

Por isso, a atuação da Orientação Educacional deve refletir sobre as consequências do processo modernizador apontada por Bauman (2005), que tem direcionado para o resultado desastroso da vida humana, de abandono e exclusão do mundo social e da própria humanidade.

A educação, segundo Freire (2011), será revolucionária e libertadora se puder libertar o oprimido através da dialogicidade, a partir de uma visão crítica do

mundo. A educação com dimensão de desalienação do indivíduo é algo defendido também pelo filósofo húngaro István Mészáros na obra *A Educação para além do capital* (2005). Mészáros (2005) entende a educação como uma tarefa de transformação social, ampla e emancipadora. A transformação social radical é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo.

No Brasil, a partir das tensões da década de 80, a sociedade brasileira esteve em processo de democratização do país, exigindo novas posturas dos profissionais da educação. Neste sentido, de acordo com Grispun (2001), os Orientadores Educacionais se reorganizaram para traçar novos rumos em sua função e campo de atuação. Vale destacar, neste processo, segundo Elias (1994), que as mudanças na sociedade não é uma ação isolada de indivíduos, mas mudança na vida conjunta de muitos.

As relações entre os sujeitos, segundo Elias (2001), são evidenciadas nas redes de interações e nas estruturas sociais e é através das relações sociais (jogos) que envolvem emoções, vivências, perdas, conquistas e existências que as figurações se constroem historicamente.

Para o mesmo autor, os processos sociais são baseados nas atividades dos indivíduos pelas suas disposições básicas ou necessidades. E são essas disposições que nos orientam e nos unem de diferentes formas. Assim, as redes de interdependência dão origem a diferentes configurações e grupos que realizam determinadas atividades.

Baseando-me na ideia de Elias (1996) de que existe uma contínua interação entre indivíduos e sociedade num processo dinâmico e contínuo de mudança permanente e transformações de realidades, interesses e funções, podemos considerar que este processo foi evidenciado no campo de atuação dos Orientadores Educacionais na rede municipal de Duque de Caxias.

Um dos compromissos da atuação do Orientador Educacional, segundo Grispun (2001), deve ser o de pesquisar a realidade social dos alunos. Em 1993, com a chegada dos novos Orientadores Educacionais em Duque de Caxias, começou-se a atuar no sentido de sensibilizar os professores a compreenderem o comportamento e a realidade dos alunos.

[...] porque esse aí passa a mão na cabeça do aluno! Contudo, quando você começa atuar, quando você começa a fazer lá a pesquisa da sua realidade, da vida daquele aluno, aquele aluno indisciplinado, que chama atenção, violento, aí você vai começando e dialogando com o professor, vai mostrando que essas informações que o professor nos dá são importantíssimas e vai se colocando próximo dele numa linha assim de diálogo (ENTREVISTADA E).

Para Mészáros (2005), é preciso pensar uma alternativa educacional que seja formulada do ponto de vista da emancipação humana, que rompa com o circuito de reprodução do capital, de forma duradoura e concreta. Isso significa criar uma forma de consciência social que liberte dos limites restritos do controle do capital.

Segundo Garcia (1986), cabe ao Orientador Educacional através do diálogo trazer a realidade do aluno para o currículo. A Orientação Educacional deve considerar o aluno com suas histórias de vida, suas expectativas com a escola e o contexto que está inserido.

O saber sobre o aluno concreto, confrontado com as teorias do desenvolvimento e de aprendizagem, vai possibilitando a criação coletiva de uma teoria mais adequada ao aluno brasileiro, e a construção de uma prática pedagógica que atenda melhor o aluno real (GARCIA, 1986, p. 18-19).

Ressaltamos que a consideração do *aluno real* fará com que o processo de ensino-aprendizagem ocorra de maneira horizontal, que reconhece o aluno como parte deste processo. A discussão e reflexão sobre o *aluno real*, ou seja, sobre a realidade dele em todos os aspectos, foi fomentada pelo grupo e SME através de ações que proporcionaram a troca e o crescimento. Muitos problemas foram chegando às escolas, como, violência, abuso e outros, e desta maneira a Orientação Educacional foi buscando parcerias para sua atuação.

E essa situação da Orientação Educacional [...] foi saindo dos muros da escola. A busca de parcerias [...] de fono, psicólogo, de assistente social em várias universidades, centros acadêmicos, porque foi uma época em que a violência tanto na escola e a violência doméstica também estavam crescendo muito e nós precisávamos dar conta disso. Ah! não tem a ver com a escola? Tudo refletia na escola! O aluno não era do Orientador Educacional não! [...] E a gente tem que procurar atuar junto nas discussões e

buscando soluções. Aí o campo da Orientação Educacional foi ampliado porque nós começamos a ser vistos como profissional da escola e não como a tia que escuta [...] (ENTREVISTADA E).

A Orientação Educacional que acompanha os movimentos de mudanças “deve continuar existindo com novas percepções e significados, ajudando a superar os desafios” (GRISPUN, 2005, p. 91). O entendimento da atuação da Orientação na busca por novos paradigmas é reforçado quando a Entrevistada narra que “[...] foi saindo dos muros da escola”, “busca de parcerias” e “tudo refletia na escola”.

Grispun (2006) aponta que o aluno é o foco de toda escola, que ela existe em função dele e para ele. A parte da narrativa “o aluno era da escola” (ENTREVISTADA E) reforçou a ideia de um trabalho que envolvia toda a comunidade escolar e não apenas a atuação do Orientador Educacional. Uma mudança reafirmada no campo de atuação da Orientação Educacional, segundo a Entrevistada “A”, foi deixar a função exclusivamente psicológica e passar a ver também a pedagógica, vendo assim o aluno na totalidade.

[...] O Orientador Educacional tinha a função muito de ver a questão psicológica do aluno e como eu falei a gente foi percebendo que não era só isso, nós não tínhamos uma formação psicológica, nós éramos um profissional pedagógico (ENTREVISTADA A).

A percepção do grupo em “[...] nós éramos um profissional pedagógico” pode ser considerada, conforme as ideias de Elias (1996), impulsos de mudança da função da Orientação Educacional em Duque de Caxias. Quanto ao acompanhamento pedagógico, o grupo era orientado pela SME em como e para onde encaminhar os alunos que necessitavam de uma avaliação médica ou psicológica. Percebendo a dimensão pedagógica da função, os Orientadores Educacionais começaram a olhar os alunos como um ser individual e que no processo de ensino e aprendizagem cada um tem seu jeito e ritmo próprios. Neste sentido, questões importantes foram levantadas.

De que forma esse aluno realiza essa aprendizagem? O que tem atrapalhado essa questão? Por que ele não tem conseguido realizar essa concentração? Por que ele não tem conseguido avançar? (ENTREVISTADA A).

Para responder essas perguntas era necessária a efetivação de um trabalho integrado entre Orientador Educacional e Pedagógico que enriqueceu o atendimento totalizado ao aluno da rede municipal de Duque de Caxias.

[...] a troca é substancial, a troca é muito importante. Então quando você tem um olhar do Orientador Pedagógico somado ao Orientador Educacional você acrescenta, você soma (ENTREVISTADA A).

A reflexão coletiva a respeito das práticas educacionais, segundo Grispuin (1994), contribuirá para uma educação de excelência que atenda às necessidades dos alunos. A ação integrada entre Orientação Educacional e demais profissionais foi reforçada com a criação do “elemento elo” pela SME, que direcionou uma Orientadora Educacional da equipe interna para trabalhar junto ao Conselho Tutelar da época, visando melhorar os encaminhamentos feitos pelas escolas.

A gente via enquanto Secretaria de Educação e implementadora nela que uma criança com problema que poderia ser encaminhada por essa escola ficava esperando por muito tempo para tal procedimento [...]. E aí, nem sempre era satisfatório as coisas ocorridas entre Conselho Tutelar, Educação e Escola. Muitas vezes a escola não conseguia se fazer entender em sua necessidade e por falta da formação do Conselheiro que não a entendia. E a Secretaria de Educação viu que seria necessária sua atuação e essa atuação foi dada como? Através de um “elemento elo” que estaria dando esse suporte ao Conselho Tutelar por conta da demanda que chegava das escolas (ENTREVISTADA F).

Desta forma, o Conselho Tutelar passou a ser um novo campo de atuação e as mudanças foram grandes nesse sentido. Com a demanda crescente do número de casos encaminhados pelas unidades escolares, a SME percebeu a necessidade de se ter um pedagogo integrando a equipe de trabalho do Conselho Tutelar, neste caso o Orientador Educacional.

A Orientação Educacional estava em outro espaço e momento, fazendo valer seu trabalho. Atualmente a rede de Duque de Caxias possui 6 Conselhos Tutelares.

Segundo Pascoal et al. (2008), a Orientação Educacional deve contribuir para a organização e dinamização do processo escolar, planejando e participando efetivamente de todas as decisões que refletem o processo educativo. A atuação

do Orientador Educacional deve estar fundamentada em outros conhecimentos, como, por exemplo, a psicologia, a sociologia, história e outros. Neste processo, a Entrevistada “F” aborda algumas atividades da atuação da Orientação Educacional e o trabalho conjunto com outros órgãos no atendimento aos alunos.

Na escola você participa do COC, você participa de reunião de pais, já no Conselho a gente tem os nossos parceiros. A gente tem os nossos parceiros, como, o CREAS, o CRAS, a Secretaria de Saúde, Assistência, Ministério Público. A gente trabalha direto com o Ministério Público e para Defensoria (ENTREVISTADA F).

O Conselho de Classe (COC) e “reunião de pais” (ENTREVISTADA F) são espaços garantidos a cada bimestre no calendário escolar da rede, e que para Orientadores Educacionais são momentos de reflexão e tomada de decisões coletivas sobre a vida escolar do aluno.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) narrado pela Entrevistada apresenta-se como uma das políticas de atendimento municipal que atende pessoas que vivenciam situações de violações de direitos ou de violências e objetiva ofertar ações de orientação, proteção e acompanhamento às famílias com um ou mais membros em situação de risco pessoal e social, ameaça e violação de direitos.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), também apontado na mesma narrativa, oferece serviços, programas e benefícios com a finalidade de prevenir situações de risco e fortalecer os vínculos familiares e comunitários. A Orientação Educacional sempre caminhou no sentido de mostrar a importância de sua função e no processo de mudanças, diferentes e novos campos de atuação surgiram e continuarão a surgir. Neste sentido, encontrará diversos espaços para sua atuação.

Nossa, muitas mudanças! A Orientação Educacional sempre precisou lutar muito para manter seu lugar enquanto profissional, sempre com um olhar diferenciado marcou e marca presença onde estiver, fazendo acompanhamento dos alunos, professor, família, todos os profissionais da escola, todo o coletivo de profissionais. Agora o leque, de opções abriu muito, então a gente passou olhar a construção do conhecimento dos alunos, desde a educação infantil até a segunda fase dos anos finais do Ensino Fundamental e EJA, alfabetização, dificuldades escolares e de aprendizagem,

orientação profissional, de relação com o trabalho. Então o campo de atuação do OE ficou muito abrangente. O OE agora está em tudo, está em todos os campos. Nossa! O relacionamento interpessoal, as escolas polvilham disso! (ENTREVISTADA B).

“O Orientador Educacional agora está em tudo”. Esta narrativa da Entrevistada B denotou a abrangência do trabalho da Orientação Educacional, pois, de acordo com Grispun (2001), a escola “vive” não só problemas relativos a ela, mas também os oriundos da própria sociedade, como, violência, pobreza, desemprego, moradia, dificuldades na saúde, drogas etc.

Hoje vivenciamos, segundo Bauman (2005), uma desordem causada pela fluidez de um mundo líquido, impregnado de uma ideologia consumista individualizada que está em constante mudança. A Orientação Educacional precisa mais do que nunca trazer para o debate questões tão presentes neste mundo globalizado, como, a corrupção, depressão, suicídio, diversidade sexual, homofobia e outros que emergem. Diversos espaços se apresentam na atuação de uma Orientação que “está em tudo” (ENTREVISTADA B).

[...] Começaram a valorizar o trabalho do pedagogo que interferiu na parte do planejamento, na organização da escola na totalidade e hoje a demanda é muito grande em todos os setores. [...] O Orientador em sua essência é trabalhar o relacionamento, seja entre aluno e aluno, professor e estudante, professores, equipe e professor, secretaria, equipe fora da sala, da limpeza, da cozinha. Trabalhar esse relacionamento para que as pessoas convivam bem e em harmonia (ENTREVISTADA C).

Segundo a Entrevistada “C”, as mudanças foram surgindo quando em sua ação a Orientação Educacional passou a olhar a escola em vários aspectos. Sob este olhar, percebemos o surgimento, segundo Elias (1996), das interdependências entre os indivíduos a partir das necessidades recíprocas e socialmente geradas como divisão de trabalho, competição, ligações afetivas e outras.

Podemos verificar no ambiente escolar as configurações de grupos interdependentes de pessoas sendo crescentes com funções específicas e especializadas, como, por exemplo, professores, diretores, Orientadores Educacionais e outros. A Entrevistada “F” em sua narrativa reforçou a expansão no campo de atuação dos Orientadores Educacionais.

Nós temos Orientador na escola, no Ministério Público, nos Conselhos [...]. O Orientador Educacional está pronto para trabalhar com a saúde, a Secretaria de Administração, a Assistência. Eu penso que não existe mais um lugar certo para Orientação Educacional. [...] o Orientador Educacional pode estar trabalhando em qualquer lugar. [...] o trabalho do Orientador Educacional não se resume mais a escola. Ele já partiu para todas as instituições que a gente tem na nossa sociedade (ENTREVISTADA F).

O ECA foi um instrumento que contribuiu muito para esta expansão, pois, onde existe uma criança ou um adolescente, ali existe um campo de atuação. Desta forma, a Entrevistada F ao narrar que “[...] o trabalho do Orientador Educacional não se resume mais a escola” nos leva a compreender e evidenciar as possibilidades e mudanças nos campos de atuação em sua abrangência. Os resultados de uma ação orientadora, segundo Porto (2009, p. 72), baseia-se na reflexão permanente do seu fazer e direcionam a necessidade de mudanças permanentes.

4.3 Expectativas de Atuação do Orientador Educacional

Os desafios propostos pela contemporaneidade, segundo Porto (2009), levarão a Orientação Educacional a repensar as perspectivas de sua ação e função, visando a democratização do ensino. O compromisso da ação Orientadora deverá estar pautado no acesso, permanência e qualidade da educação.

Quanto as expectativas de atuação, um aspecto que mais uma vez volta à tona refere-se à possibilidade de eliminação da função da Orientação Educacional.

Penso que a Secretaria de Educação de Caxias na gestão passada, quando extinguiu o setor específico da Orientação Educacional e unificou com os Orientadores Pedagógicos, prevaleceu, no entanto, a estrutura que era dos Supervisores. Esse exemplo é perfeito para apresentar, escancarar a visão que vem se construindo na rede sobre o papel do Orientador Educacional de que ele pode ser facilmente substituído, as suas ações podem ser exercidas por outro profissional, no caso pelo Orientador Pedagógico. E aí de fato para transmitir o que a Secretaria quer, qualquer um pode fazer! (ENTREVISTADA D).

Em “[...] suas ações podem ser exercidas por outro profissional” e “eliminação da função” traduzem uma questão séria trazida para reflexão na narrativa da entrevistada “D”, e nos remete a Elias (2001) que aborda sobre as relações de poder implícitas nas relações dos indivíduos, resultando na manutenção ou eliminação das funções que os sujeitos exercem uns para os outros.

Por outro lado, um dos principais desafios da função está justamente no fato de a ocupação e suas reais responsabilidades não serem bem definidas, ocasionando em um acúmulo de funções e na péssima distribuição de tarefas. Além disso, essa realidade contribuiu para a perpetuação da ideia de que o coordenador seria uma figura autoritária e de supervisão, quando, na verdade, tem a função de procurar alternativas para melhorar e facilitar as relações no ambiente educacional (SPRICIGO, 2012).

Num discurso de valorização desses profissionais, os cargos de Orientação Educacional e Pedagógica ainda existem nas unidades escolares de Duque de Caxias. Apresentamos a seguir o quadro que mostra o quantitativo de Orientadores em relação aos distritos.

Quadro 3. Quantitativo de Orientadores Educacionais e Pedagógicos em Duque de Caxias.

Local	Orientador Pedagógico	Orientador Educacional
1.º Distrito	88	73
2.º Distrito	87	67
3.º Distrito	59	48
4.º Distrito	30	24
CRECHES	26	22

Fonte: Mapa estatístico das escolas municipais de Duque de Caxias (abril de 2021).

O município de Duque de Caxias sempre foi apontado como referência por valorizar o trabalho pedagógico exercido pelos Orientadores Educacionais e Pedagógicos. Porém, não podemos deixar de considerar preocupante o desmonte da equipe de Orientação Educacional no governo do prefeito Alexandre Cardoso

Outra questão apontada pela mesma entrevistada, que reflete na atuação da Orientação Educacional, é sobre o esvaziamento do currículo nos cursos de Pedagogia.

Com as mudanças no currículo da Pedagogia eu penso que as especificidades do OP e do OE não têm sido devidamente discutidas, reformuladas, pensadas, enfim, eu lamento muito isso porque temos visto nas escolas a presença de um pedagogo generalista que está trazendo pouco elemento de formação para pensar a escola, particularmente de pensá-la numa perspectiva emancipatória (ENTREVISTADA D).

A política federal, apresentada na Resolução CNE/CP n.º 01, de 15 de maio de 2006 em seu artigo 10, extingue todas as habilitações em cursos de Pedagogia anteriores a ela. A partir de então, administração ou Gestão Escolar, Orientação Educacional, Coordenação Pedagógica e Supervisão Pedagógica passam a ser ministradas ao nível de pós-graduação em instituições credenciadas e autorizadas pelo Ministério da Educação. Neste caso, qualquer profissional da área educacional ou não, poderá ter a habilitação de Orientador Educacional.

De acordo com Pimenta et al. (2017), as DCNs de 2016 para o curso de graduação em Pedagogia com predominância no currículo, na formação de professores para os anos iniciais e educação infantil, revelam a tendência de eliminação de uma função Orientadora que se desfaz pelo discurso da alienação.

[...] porque o que a gente tem observado nos colegas que tiveram formação generalista, é pouca referência teórica no campo da sociologia, da economia, da política, principalmente o pessoal que vem das pós-graduações e isso é uma questão bastante séria. Aí o que a gente vê nas escolas: a prática da Orientação Educacional muito voltada para as condutas de ajustamento, para as práticas de ligação do conflito. Quem discorda das questões é visto como uma pessoa que quer atrapalhar, portanto, precisa de uma conversa reservada com os Orientadores e não de um debate público na escola. Neste caso, há de se romper com a visão de que o conflito é algo negativo e a todo momento deva ser evitado. Muitas vezes o comportamento indisciplinado do aluno traduz uma resistência, uma crítica à organização da escola (ENTREVISTADA D).

Quando a entrevistada D narrou “[...] romper com a visão de que o conflito é algo negativo” nos remete a Porto (2009), que aponta sobre o afastamento desta

reflexão pelo grupo de Orientadores Educacionais, em virtude da rotina do fazer diário. A prática mais comum é a do encaminhamento para modificação do comportamento do aluno que causa o conflito, sem a reflexão do porquê desse comportamento, que pode estar sinalizando uma resistência a forma como a escola está organizada.

Ainda sobre as expectativas de atuação da Orientação Educacional em Duque de Caxias, segundo a entrevistada “D”, existe a necessidade de estudo e pesquisa desse campo.

O nosso campo de atuação está aí para ser explorado, ele ainda se constitui como uma possibilidade concreta de atuação crítica. E nós atuamos em uma rede pública que atende filhos de trabalhadores e também que trabalham, jovens adultos, idosos e pessoas das quais não é possibilitado uma experiência da escola como um direito social, como espaço de socialização de construção de conhecimentos que possam ser potencialmente úteis e necessários para reflexão crítica da nossa realidade social. Penso que tem muita coisa ainda a ser constituída na escola e que nós precisamos mostrar a que viemos (ENTREVISTADA D).

“A escola como um direito social” nos reporta a Grispun (2001, p. 87), que aponta sobre a dimensão política e social da educação de transmitir o conhecimento socialmente acumulado e favorecer socialização dos alunos, preparando-os para ações na sociedade. Neste sentido, a Orientação Educacional deverá estar comprometida com a democratização do ensino.

A autonomia na produção crítica de práticas pedagógicas de algumas escolas em Duque de Caxias de não aceitar o papel de implementadoras da SME, ou seja, de não realizar projetos elaborados por elas, como já apontado anteriormente, é algo a ser considerado nas expectativas de atuação.

É fácil perceber na nossa realidade de Caxias que as escolas que são reconhecidas pela produção de práticas pedagógicas mais críticas, mais inovadoras, tem em sua composição Orientadores com uma visão também mais crítica, [...] profissionais que não aceitam o papel de implementadores da Secretaria de Educação (ENTREVISTADA D).

“Práticas Pedagógicas mais críticas, mais inovadoras”, apontadas na narrativa da entrevistada “D” dizem respeito, segundo Libâneo (1994), às

tendências, correntes pedagógicas e pensamentos filosóficos, isto é, a forma como a educação é compartilhada, visando ser ferramenta de transformação social.

Nesta perspectiva de práticas pedagógicas críticas, segundo Porto (2009), faz-se necessário refletir sobre o papel que foi delegado a Orientação Educacional ao longo dos anos. Nos campos de atuação da Orientação Educacional é necessário sempre ressignificar suas práticas e ações a partir das críticas do seu surgimento e intenções, gerando desta maneira novas possibilidades no processo natural de mudanças e transformações.

Segundo a entrevistada “B”, os problemas e dificuldades continuarão cada vez maiores, e novos campos de atuação vão surgir. Para isto será necessário a garantia do concurso, a valorização e ampliação do grupo.

Se continuarem os concursos públicos para categoria, a gente vai ter oportunidade de continuar o caminhar com outros e novos profissionais, porque a cada dia, antigas questões retornam e lá estamos nós de novo, precisando de paridade na lotação das escolas e tendo que provar nosso valor no dia a dia. Precisa de muito entusiasmo para quem está e fôlego para quem está chegando! [...] Ele sozinho não vai dar conta se não tiver apoio, se não tiver como caminhar (ENTREVISTADA B).

O trecho da narrativa utilizada pela entrevistada “B” em “[...] antigas questões retornam” depreende os pontos de luta por direitos da categoria do grupo de Orientadores Educacionais. Remetemos a Elias (1994) que aborda sobre essas “questões” como situações contínuas no processo de relação entre os profissionais da educação.

A entrevistada “C”, quando narrou a respeito das expectativas de atuação da Orientação Educacional, apontou a necessidade de política pública de investimento na formação dos especialistas e demais profissionais, principalmente para os novos concursados.

[...] eu percebo isso, que os professores novos [...], os Orientadores estão com muito pouca experiência ou quase nenhuma [...] a gente vai ter que ensinar, porque a própria prefeitura não está dando capacitação para que essas pessoas. [...] (ENTREVISTADA C).

O trecho da narrativa “pouca experiência ou quase nenhuma” utilizada pela entrevistada nos reporta a Porto (2009), que defende a necessidade de

aprimoramento da formação do grupo de Orientadores Educacionais, sem se limitar à formação acadêmica, mas investir em treinamento em serviço e no desenvolvimento das competências e habilidades.

A Orientação Educacional em sua atuação deverá cada vez mais se envolver em todo o contexto escolar, deverá pautar suas ações nas discussões da Matriz Curricular para a rede de Duque de Caxias e no Projeto Político Pedagógico.

A Orientação Educacional precisa sempre estar lutando pelo seu espaço. Sempre buscar e mostrar com excelência como é importante que cada um tenha a sua especificidade. Psicólogo tem a especificidade, o psicopedagogo, o OP, o diretor e o Orientador Educacional. Também se ele buscar, se ele se envolver em todo o contexto da escola como eu citei anteriormente na construção do projeto político pedagógico [...] que não é um mero documento [...]. Não adianta a gente enxertar pensadores, buscar, mas ficar um instrumento de gaveta! E a gente está num movimento agora muito grande na rede de Caxias que é a discussão da Matriz Curricular. Então o que a gente quer para nossa escola? Qual o currículo atuante vivo na escola? [...] a escola em 2021 pós-pandemia! Que escola é essa? (ENTREVISTADA E).

Para Grispun (2001, p. 91), o currículo é um dado principal do enfoque pedagógico e faz toda referência ao trabalho da escola. Assim, deverá o Orientador Educacional articular, mediar, considerar interesses, necessidades, pretensões, perspectivas e aspirações.

Quando a entrevistada utilizou o termo em sua parte da narrativa, “documento de gaveta”, nos reporta para Grispun (2001) que aponta para o Projeto Político Pedagógico como um instrumento que deve ser articulado com a participação de todos e deve refletir a busca por soluções da realidade existente, não sendo reduzido a um documento que fique guardado ou apenas escrito.

A entrevistada “A” teve dificuldades de visualizar expectativas futuras para a Orientação Educacional porque ao longo dos anos a falta de políticas públicas que auxiliam o trabalho e as perdas da categoria, para ela, refletem muito na liberdade e autonomia do trabalho da Orientação Educacional em sua totalidade.

A gente não consegue visualizar muito bem esse amanhã, porque o rumo que a Orientação Educacional tem nas nossas escolas têm se tornando muito longe... não tem muito como visualizar isso, porque profissionalmente nós estamos perdendo nossos espaços, ... Você trabalha, se dedica, se movimenta e não está tendo

respeito pelas políticas educacionais que estão acontecendo aqui em Duque de Caxias (...) Como que você não é considerado professor, não está sendo considerado na hora de se aposentar ou de você exigir os seus direitos e está perdendo seus espaços. Então, o que se espera desse profissional daqui em diante? Nós que chegamos nos anos 90 estamos no final da nossa carreira, nós já vivemos uma vida nessas escolas e está sendo muito sofrido essas perdas de direitos que estamos passando (ENTREVISTADA A).

Nos últimos anos, o grupo de Orientadores em Duque de Caxias, especialmente a partir do governo Alexandre Cardoso (2013) e agora mais veementemente no governo do prefeito Washington Reis (2017), perdeu muitos direitos que eram garantidos no seu plano de carreira, como, por exemplo, aposentadoria especial aos 25 anos de trabalho, licença para estudos e outros. Essa situação para a entrevistada “A” tem refletido sobre a atuação da Orientação Educacional no município. A educação sofre muitos ataques do governo autoritário, controlador e antidemocrático. Hoje a função Orientadora é uma ação de resistência de continuar efetivando as ideias de emancipação de Paulo Freire no âmbito escolar.

4.4 Nova Configuração-Nova Escola-Novos Tempos

Em suas produções, Libâneo (2012) discorre sobre o futuro do educador enquanto profissional, nas salas de aula do mundo. Isso porque, o advento que compreende a Revolução Tecnológica tende a colocar a “internet” como uma fonte ilimitada e segura de conhecimento. Desta forma, um dos maiores desafios enfrentados pelos educadores do século XXI é o de utilizar a sua formação para se munir de conhecimentos acadêmicos, de serem capazes de se transformarem e se moldarem para o que seria necessário para executar a missão de ensinar os alunos modernos: realizar autocrítica, autoanálise e cultivar hábitos e costumes positivos.

As mudanças da contemporaneidade já há algum tempo desafiam a educação no sentido de usar a tecnologia a favor da aprendizagem dos alunos. E no atual cenário mundial de pandemia esse desafio ficou ainda mais evidente.

No desenvolvimento da pesquisa encontramos a questão da pandemia COVID 19, por isso, consideramos abordá-la como mais um momento em que a ação da Orientação Educacional será direcionada de modo a mediar a garantia da aprendizagem dos alunos.

Conforme a Agência Nacional de Saúde (ANS, 2020), esta nova realidade desenhada pela pandemia da COVID-19 obrigou as instituições de ensino em todo o país a implantarem o sistema de ensino remoto, de modo a suprir a demanda educacional de milhões de estudantes. Revisitou novamente o debate público sobre a necessidade de políticas públicas voltadas para educação que considerem a implementação das tecnologias como suporte pedagógico.

De modo geral, essas práticas já ocorrem na educação brasileira ainda que de modo muito variáveis. De tal forma, a informática está presente nas instituições escolares brasileiras como objeto de suporte pedagógico pelos menos desde o início dos anos 1990 (SPRICIGO, 2012).

No que diz respeito à educação, a nova realidade tem sido muito diferente da que estávamos acostumados. Foi necessário nos adaptarmos e adequarmos às novas metodologias de ensino digitais ao ensino híbrido. A Orientação Educacional, visando acompanhar as transformações e para mediar o processo de ensino e aprendizagem dos nossos alunos, necessitará se reinventar.

Devido ao momento atípico que estamos vivenciando por conta da pandemia, foi adotado o distanciamento social para frear a contaminação do vírus, suspendendo as aulas presenciais em 2020. Para a entrevistada “A”, quando retornarmos voltaremos diferentes, porque tudo isso mudou e mexeu muito com todos.

Bem, nós vamos voltar um dia para escola, eu espero que seja em breve que a gente possa retornar. Agora eu fico imaginando, como que vai ser esse retorno? A gente vai ter trabalho com os alunos? Vamos sim! Vamos ter que ter um trabalho com os alunos. A gente vai ter que organizar, ter que conscientizar, porque nós vamos ter que voltar. Nós vamos voltar diferentes, porque isso transformou muito a gente (ENTREVISTADA A).

As ações da Orientação Educacional estarão voltadas no sentido de minimizar as lacunas da aprendizagem dos alunos e as questões psicológicas e emocionais resultantes deste período de afastamento social, de aulas remotas e

ensino híbrido. Vai ser preciso efetivar um trabalho de conscientização pela vida e resgatar o desejo de aprender em nossos alunos.

Nós temos que ter cuidado com o outro. Vamos ter que ter respeito pelo espaço e continuar tendo todos esses cuidados, ainda mais se voltarmos antes da vacina. A gente ainda não sabe como tudo vai acontecer. De qualquer maneira, nós vamos ter que ter cuidado com o espaço, com as pessoas e conosco. Isso tudo vai ser necessário, um período de conscientização, muitas conversas (ENTREVISTADA A).

O ensino remoto e híbrido, com seus desafios e possibilidades, será responsável pelo surgimento de várias demandas. Os alunos em 2020 permaneceram no ensino remoto, onde o acesso foi realizado através das mídias sociais, como, WhatsApp, Facebook, ou através da plataforma Classroom.

Essas tecnologias permitem que, mesmo distantes, professores e alunos possam trabalhar em regime colaborativo. É nesse sentido também que Paulo Freire entende a contribuição que as tecnologias podem oferecer. Para Freire (2011), o uso das tecnologias deve estar a serviço de um autêntico processo de aprendizado libertador.

Não é possível à sociedade revolucionária atribuir à tecnologia as mesmas finalidades que lhe eram atribuídas pela sociedade anterior, conseqüentemente, nelas varia, igualmente, a formação dos homens. Neste sentido, a formação técnica-científica não é antagônica à formação humanista dos homens, desde que ciência e tecnologia, na sociedade revolucionária, devem estar a serviço de sua libertação permanente, de sua humanização. Desde esse ponto de vista, a formação dos homens, para qualquer que fazer, uma vez que nenhum deles se pode dar a não ser no tempo e no espaço, está a exigir a compreensão: a) da cultura como superestrutura e, não obstante, capaz de manter na infraestrutura revolucionariamente transformando-se, “sobrevivências” do passado; e b) do que fazer mesmo, como instrumento da transformação da cultura (FREIRE, 2011, p. 98).

Compreende-se que na visão freiriana exercer o controle sobre a tecnologia é “pô-la a serviço dos seres humanos [...] em defesa da liberdade, sem a qual o sonho da democracia se esvai” (FREIRE, 2011, p. 68).

Os campos de atuação se multiplicarão no sentido de atender as famílias, alunos e professores neste contexto de pandemia da COVID 19, onde as questões

emocionais, financeiras, de violência, negligência, medo, desânimo e outras estarão muito presentes no cotidiano escolar. A escola e seus agentes estarão diferentes.

O ser humano que eu era no início 2020, hoje eu sou outro, vendo tantas perdas de tantas vidas sendo ceifadas por um vírus que surgiu. [...] veio de uma situação que ninguém entendia e a gente teve que se reinventar com o ensino *online* e dependendo das comunidades essa reinvenção precisava de meios mais modernos que nós não encontramos e que os campos de atuação vão se multiplicar para ouvir essa família, para ouvir o próprio professor. [...] o nosso aluno em 2021 vai ser um aluno totalmente diferente (ENTREVISTADA E).

Neste sentido, segundo Porto (2009), será fundamental que a escola não perca sua dimensão humana. A Orientação Educacional deverá atender esse novo momento, sua atuação será de constante tentativa de humanização do trabalho em todos os aspectos. Muitas das situações da pandemia serão apresentadas na escola e com certeza serão encaminhadas e recebidas pelo Conselho Tutelar.

A gente sabe que durante essa pandemia tem gente passando fome, abusado sexualmente, apanhando e em tudo isso se existiu uma criança no meio dessa situação ela vai cair aonde? No Conselho Tutelar. [...] eu tenho certeza de que no ano de 2021, não com a proporção de 2020, mas o nosso trabalho vai dobrar. Após a pandemia, as coisas vão começar aparecer (ENTREVISTADA F).

O ensino híbrido que está sendo utilizado neste novo momento, aonde parte da turma está em aula presencial e outra sendo atendida de forma remota, nos remete a Grispun (2001), quando aborda novas formas alternativas de educação. Esta nova forma de ensino deve ser encarada como fio condutor de um processo de colaboração, que amplia e dinamiza o processo educativo.

Sobretudo agora, a Orientação Educacional deverá pensar e repensar a tecnologia, o ensino híbrido, a questão da evasão, a situação dos alunos que não tem acesso tecnológico, a questão das famílias que estão sem renda, sem condições básicas de sobrevivência, contribuindo para que o nosso aluno esteja em grande risco e vulnerabilidade social.

Segundo Pascoal (2006), as condições familiares não devem ser ignoradas, também deve ser considerado aqueles estudantes que possuem algum modo de

acesso, mas estão submetidos a condições que não são favoráveis à aprendizagem. Enfim, este tempo atual exige uma educação em que as tecnologias possam atender às demandas educacionais das diferentes realidades do nosso país tão desigual. Isso implica em práticas pedagógicas inclusivas que facilitam a interação entre professores e alunos.

Mudanças significativas estarão presentes em todos os aspectos da vida social. Para Grispun (2001, p. 168), uma Orientação Educacional Nova, para Novos Tempos, é sobre como fazê-la mais atuante, mais participativa e coerente com o seu contexto social.

Todos os agentes educacionais devem, portanto, tentar priorizar uma educação sob uma perspectiva multiforme e suscetíveis as variações (SPRICIGO, 2012). Ou seja, é necessário o enfrentamento da nova realidade por meio da superação dos obstáculos trazidos pela manutenção de antigas práticas pedagógicas e mover-se em busca da construção de um novo conhecimento. Nesse sentido, somente se apoderar e usar as ferramentas e potencialidades que as tecnologias da informação trazem não significa novas formas e práticas pedagógicas aplicadas ao ensino.

Talvez por isso, Paulo Freire (2011, p. 68) não assume diante das tecnologias um posicionamento em “demonizá-la, nem, de outro, divinizá-la”. Ao analisar historicamente a inserção das tecnologias, na prática, escolar percebe-se que utilização delas continuou a atender um mesmo objetivo, isto é, de serem uma ferramenta para auxiliar o professor a ensinar, fundamentada na pedagogia da transmissão de conteúdo. Paulo Freire tem outra visão acerca das tecnologias, enxergando-as como meios para o aprendizado e não como fins.

O professor não deve utilizá-las como uma mera reprodução no contexto normal de sala de aula. O uso das tecnologias pede do docente uma análise mais ampla sobre a “práxis” educacional. Para Freire (2011), o professor atua como mediador do aprendizado e a quem caberá pensar em estratégias e técnicas de aprendizado. As tecnologias jamais devem esvaziar a atuação do professor.

Uma urgente atenção deve ser dispensada pelos agentes públicos para políticas de democratização do acesso à “internet” e à educação. Do mesmo modo, devem ser incentivadas e promovidas Políticas Educacionais e de formação e valorização dos Orientadores Educacionais para a utilização dos recursos

tecnológicos de modo a atender eficazmente às expectativas do ensino. Estar em consonância com esses postulados é ir ao encontro do pensamento de Paulo Freire de uma educação transformadora, capaz de libertar os indivíduos das mais diversas situações de opressão.

Convergir os esforços para uma política pedagógica que vá além da sala de aula, porém, pode não ser tarefa tão simplificada, ou simplista. Não à toa, Croti et al. (2014) dizem que o papel do Orientador Educacional vai além do pedagógico; precisa motivar a equipe na totalidade para o intuito de se esforçarem e desenvolver as competências, crenças e valores necessários para a melhoria continuada e gradativa do ensino.

Para Libâneo (2009), as instituições escolares têm o propósito de formar os cidadãos por meio do ensino e aprimoramento dos valores institucionais que regem a sociedade na totalidade. Além disto, apropriar-se do saber é a forma que se tem de instrumentalizar a produção científica e cultural brasileira – daí dizer que tem papel significativa na formação sociocultural da população.

Diante de um sistema excludente que objetiva não desenvolver as possibilidades de reação das amarras da exploração e do descuido, encontramos a figura do Orientador Educacional cuja tarefa é formar cidadãos que sejam críticos sobre quem são, conscientes de seu papel social. Dedicar-se a estas questões parece ser para Spricigo (2012) o grande “mister” do Orientador Educacional, que deve estar atento ao seu papel de formador não só do aluno, mas da maneira estruturante com que faz a escola crescer e se desenvolver, em sua totalidade: alunos, professores, prédio e conteúdo.

Os novos tempos são de rupturas e de incertezas; mudanças estão acontecendo e ainda continuarão a acontecer (PASCOAL, 2006). É preciso estar atento para não transformar o professor como meio e a tecnologia o fim do processo ensino-aprendizagem.

É necessário salvaguardar a figura do Orientador Educacional enquanto participe proativo do processo educativo, capaz de orientar e mediar os processos de ensino e construção do conhecimento através de uma relação dialogal com seus educandos, conhecendo suas particularidades, aliando tecnologia e conhecimento de modo a produzir criticidade e conscientização nesses sujeitos.

5 CONCLUSÃO

É preciso sempre alimentar a esperança de que a mudança é possível. De que as injustiças, as desigualdades, a miséria, possam um dia senão desaparecer completamente, ao menos ser amenizada ou corrigida (FREIRE, 1992).

Chegamos ao momento de avaliarmos o estudo que através das etapas desenvolvidas, sobretudo as narrativas de cada participante com caminhos percorridos em sua trajetória na função de Orientadora Educacional, nos direcionou responder à questão norteadora da pesquisa. Quais as mudanças na função e no campo de atuação da Orientação Educacional em Duque de Caxias?

O desenvolvimento de cada seção desta pesquisa foi planejado no sentido de atender ao seu objetivo geral: analisar as mudanças vivenciadas na função e no campo de atuação do Orientador Educacional no município de Duque de Caxias, através das narrativas autobiográficas dos agentes envolvidos que foram aprovados em 1992, ano do 1.º concurso público de especialistas da rede municipal de educação de Duque de Caxias.

Consideramos o valor de cada narrativa, revelando sua singularidade, valores, sentimentos e interpretações, expressos em cada memória individual e coletiva, contribuindo para o registro da trajetória da Orientação Educacional em Duque de Caxias.

Acreditamos que a pesquisa tem um valor social, visto que obtivemos como resultado das narrativas autobiográficas o registro da construção histórica dos primeiros Orientadores Educacionais aprovados no primeiro concurso público do município de Duque de Caxias. Desta forma, este registro público servirá de fonte de informação para todos os novos profissionais desta rede de ensino. Essa história poderá ser revisitada e recriada. Essas experiências servirão como referência para outras que, possivelmente, surgirão.

Valorizar a narrativa das experiências, das memórias passadas é também promover a prática de uma educação libertadora que propicia a valorização do outro

na construção das identidades sociais, possibilitando sempre a narrativa de todos, no compartilhamento de histórias que transformam.

Considerando a concepção de Elias (1994) sobre as mudanças na sociedade, estarem baseadas nas atividades dos indivíduos que, através de suas disposições básicas, suas necessidades, são orientados uns pelos outros e unidos uns aos outros de diferentes formas que se modificam, sem serem planejadas, podemos considerar que em relação as mudanças na função da Orientação Educacional em Duque de Caxias o estudo aponta que o 1º concurso público para Orientadores Educacionais em Duque de Caxias em 1992, teve um papel fundamental para o fortalecimento do grupo na construção da identidade e valorização de sua função. Identificamos que o SEPE foi responsável pelas pressões exercidas à prefeitura de Duque de Caxias, no sentido de reconhecer a importância da função dos Orientadores Educacionais no quadro de funcionários das escolas desta rede de ensino.

Podemos dizer que a Orientação Educacional passou de cargo político, com função fiscalizadora e de ajuste de comportamento para exercer um cargo público com uma função comprometida com a democratização do ensino, visando o atendimento global do aluno, numa dimensão pedagógica. Nesta perspectiva a função Orientadora em Duque de Caxias buscou um trabalho integrado com outros profissionais, evidenciando uma formação que atendesse as demandas do aluno como um ser histórico, crítico e social. Desde então, a Orientação Educacional em Duque de Caxias esteve atrelada a articulação do Projeto Político Pedagógico, currículo, discussão sobre o fracasso escolar, aprendizagem e tantos outros aspectos do contexto educacional. As interações da Orientação Educacional e Pedagógica se complementam e devem continuar acontecendo de forma integrada e harmoniosa em prol do benefício de toda ação educativa.

Em relação ao campo de atuação, os participantes do estudo apontam a grande abrangência do mesmo, sendo evidenciado em todos os problemas da sociedade e que refletem na escola. “A Orientação saiu dos muros da escola e hoje está em tudo!” Pessoalmente acredito que os campos de atuação só aumentarão e as mudanças na função e no campo de atuação da Orientação Educacional em Duque de Caxias evidenciaram avanços e retrocessos.

A Orientação Educacional, segundo Grispun (2006), veio sofrendo mudanças quanto a sua função e atribuições ao longo do contexto educacional, político e econômico. Com isso a importância de analisar essa profissão em todas as dimensões, como, o mundo e suas transformações, educação, trabalho, valores, desafios e as mudanças que vão surgindo, foi necessária no sentido de estar sempre comprometida com a atuação de uma prática renovada, atenta aos interesses coletivos e emancipadores.

Expresso o meu sentimento de satisfação e pertencimento a este grupo na realização desta pesquisa, consciente dos desafios e do exercício constante de reflexão que não se esgotam frente a função de uma Orientação Educacional que insiste em contribuir para uma prática educativa inclusiva e democrática, acreditando sempre que “mudar é difícil, mas é possível” (FREIRE, 2010).

A trajetória da Orientação Educacional em Duque de Caxias não se esgota com esta pesquisa, outros caminhos estão sendo percorridos, mudanças, avanços e retrocessos ainda poderão ser evidenciados, assim, possibilitamos sua continuidade. A preocupação quanto ao esvaziamento do currículo dos cursos de Pedagogia é um aspecto preocupante, além do baixo percentual da figura do Orientador Educacional nas redes de ensino no território nacional. Por isso, recomendo nos próximos estudos nesta área de análise da função e campo de atuação da Orientação Educacional em Duque de Caxias, discutir os reflexos dessa formação dos Orientadores Educacionais neste processo.

Finalizo, baseando-me nas ideias de Elias (1994), da existência contínua e permanente de mudanças na sociedade, novas interações, configurações e funções surgirão conforme os interesses e as necessidades dos indivíduos neste processo. Assim a Orientação Educacional deve continuar a repensar as perspectivas de sua função e campo de atuação estando sujeita a este processo de mudanças.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Do universo à jabuticaba**. Ed Planeta do Brasil. São Paulo, 2010.

_____. **O que é religião**. Edições Loyola. São Paulo, 1999.

ANS. **Prevenção é a principal medida para o combate à Covid-19**. Agência Nacional de Saúde, 2020. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/coronavirus-covid-19/coronavirus-todas-as-noticias/6085-prevencao-e-a-principal-medida-para-o-combate-a-covid-19>>. Acesso em: 07 jun. 2021.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução Dora Flaksman, 2.^a edição, Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

BAUMAN, Zygmunt- **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 1.^a edição, 2004.

_____. **Vidas Desperdiçadas**, Rio de Janeiro. Jorge Zahar editora, 1.^a edição, 2005.

_____. **Vida Líquida**, Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editora, 2.^a edição, 2007.

BUENO, Belmira. **Autobiografias e formação de professoras: um estudo sobre representações de alunas de um curso de magistério**. São Paulo; 1996. Tese (Livre docência) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

_____. **O método autobiográfico e os estudos com histórias de vida dos professores: a questão da subjetividade - Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.28, n.1, 2002.

BUENO, Belmira; CATANI, Denice; SOUSA, Cynthia (Orgs.). **A vida e o ofício dos professores**. São Paulo: Escrituras, 1998.

BUENO, Belmira; CATANI, Denice; SOUSA, Cynthia; SOUZA, M. Cecília. **Docência, memória e gênero: estudos alternativos sobre formação de professores**. Psicologia USP. São Paulo, v. 4, n. 1/2, p. 299-318, 1993.

_____. **Introdução a sociologia**. Lisboa. Edições 70, 1999.

CATANI, Denice. *A didática como iniciação: os relatos autobiográficos e a formação de professores*. In: _____. **Ensaio sobre a produção e circulação dos saberes pedagógicos**. São Paulo; 1994. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. p. 28-57.

CATANI, Denice; BUENO, Belmira; SOUSA, Cynthia. **O amor dos começos**: por uma história das relações com a escola. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.111, p. 151-171, 2000.

CROTI, A; LKESHOJI, E.A. B; RUIZ, A.R. **Gestão escolar**: reflexões e importância. Presidente Prudente. GeoAga, 2014.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado**. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

DELORY-Momberger, Christine. **Leshistoires de vie. De l'invention de soiauprojet de formation**. Paris, Anthropos, 2000/2004.

_____. **Abordagens Metodológicas na pesquisa biográfica**. Universidade Paris 13 - Tradução de Anne Marie Milon Oliveira - Revista Brasileira de Educação, vol. 17, n.º 51, 2012.

DOMINGUES, I. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. Cortez Editora, 2015.

DOMINICÉ, Pierre. *O processo de formação e alguns dos seus componentes relacionais*. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.). **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde. Departamento de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988a. p. 51-61.

ELIAS, Norbert. **Escritos e ensaios**: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. 2006.

_____. **A Sociedade de Corte-investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Tradução Pedro Sussekind - prefácio Roger Chartier - Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. 1, 1993.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vol. 2, 1994.

FERRAROTI, Franco. *Sobre a autonomia do método biográfico*. In: NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) **O método (auto) biográfico e a formação**. Lisboa: Ministério da Saúde. Departamento de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988-2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Editora Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. **Pedagogia da Esperança: um encontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz Terra, 1992.

_____. **Pedagogia do Oprimido**. Revisada e atualizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, F. de; GALVÃO, C. **O uso de narrativas autobiográficas no desenvolvimento profissional de professores**. *Ciências & Cognição*; Ano 04, vol. 12, 2007. Disponível em: <www.cienciasecognicao.org>. Acesso em: jun. 2013.

GARCIA, Leite Regina. *Afinal, onde está a escola?* In: **Jornal A Página da Educação**, n.º 18, Ano 11, Porto/Portugal, 2002.

_____. **Novos Olhares sobre Alfabetização**. Cortez, 2001.

_____. **Orientação Educacional: o trabalho na escola**. Coleção Educar 12, edições Loyola, 1994.

_____. **A sala de aula como espaço de pesquisa pedagógica – repercussões na formação de professores**. Trabalho apresentado no II Congresso Internacional sobre Formação de Professores nos Países de Língua Portuguesa. São Paulo, 1997.

_____. **A formação da professora alfabetizadora:** reflexões sobre a prática. São Paulo, Editora Cortez, 1986.

GEERTZ, Clifford. **The interpretation of cultures.** New York: Basic Books, 1973.

GOODSON, Ivor (Ed.) **Studying teachers' lives.** London: Routledge, 1992.

GRINSPUN, M.P.S. **A orientação educacional.** São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **A Prática dos Orientadores Educacionais.** São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Supervisão e Orientação Educacional.** Edição. São Paulo: Cortez, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

HEYWOOD, D. C. **Uma história da infância:** da Idade Média a época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre. Artes Médicas, 2004.

HUBERMAN, Michaël. *O ciclo de vida profissional dos professores.* In: NÓVOA, António (Org.) **Vidas de professores.** Lisboa: Porto Editora, 1992, p. 31-61.

JOSSO, M.C. *Da formação do sujeito ao sujeito da formação.* In: NÓVOA, Antônio, FINGER, M (Org.). **O método autobiográfico e a formação.** Natal, RNEDUFRN. São Paulo; Paulus, 1988/2010.

LEI FEDERAL Nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm. Acesso em: março de 2021.

LIBÂNEO, José C. **Democratização da Escola Pública a Pedagogia Crítico Social dos Conteúdos.** São Paulo: Loiola. 15ª edição, 1994.

_____. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. 5 ed. Goiânia, Alternativa, 2004.

_____. **Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa:** unidade de ensino e modos de investigação. Cadernos Pedagogia Universitária-Universidade Católica de Goiás, 2009.

_____. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente.** 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012

MARCUS, George; FISHER, Michael. **Anthropology as cultural critique. An experimental moment in the human sciences.** Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

MATOS, Osmeire Pinheiro. **Supervisão Educacional. Uma reflexão sobre o seu papel na escola hoje.** Appris, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** Trad.: Isa Tavares. 2.^a Ed. São Paulo. Boitempo, 2008 (Mundo do Trabalho).

NELSON, Margareth. **Using oral case histories to reconstruct the experience of women teachers in Vermont, 1900-50.** In: GOODSON, Ivor. Studying teachers' lives, London: Routledge, 1992, p.167-186.

NÓVOA, António. (Org.). **Vida de professores.** Porto, Portugal: Porto Editora, 1992.

_____. **A formação tem de passar por aqui:** as histórias de vida no projeto Prosalus. Cadernos de formação. Departamento de recursos humanos da saúde. Centro de formação e aperfeiçoamento profissional. Lisboa, 1988.

_____. **O passado e o presente dos professores.** São Paulo, Porto Editora, 1995.

_____. **Os professores e suas histórias de vida.** São Paulo. Porto Editora, 1993.

NÓVOA, António; FINGER, Matthias (Orgs.) **O método (auto)biográfico e a formação.** Lisboa: Ministério da Saúde, Departamento de Recursos Humanos da Saúde/Centro de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, 1988.

PASCOAL, M. **O orientador educacional no Brasil: uma discussão crítica.** Rev. Poiésis, Campinas, v. 3, n. 3, p. 114-125, mar. 2006.

PERRENOUD, P. **O trabalho sobre o habitus na formação de professores: análise das práticas e tomada de consciência.** In: PAQUAY, L.; PERRENOUD, P.; ALTET, M.; CHARLIER, É. (org.). *Formando professores profissionais quais estratégias? Quais competências?* 2. ed. rev. Tradução de Fátima Murad e Eunice Gruman. Porto Alegre. ArtMed, 2018. p. 161-184.

PIMENTA, Garrido Selma. **Orientação Vocacional e Decisão.** Loyola, 1998.

PIMENTA, S. G, FUSARI, J.C, PEDROSO, C. C. A, PINTO, U.de A. **Os cursos de licenciatura em pedagogia: fragilidades na formação inicial do professor polivalente.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 43, n.1, p.15-30, jan./mar. 2017.

PLACCO, V. M. N. S; SOUZA, V. L. C.; ALMEIDA, L. R. **O coordenador pedagógico: aportes à proposição de políticas públicas.** Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 42, n. 147, p. 754-771, 2012.

PORTO, Olivia. **Orientação Educacional: Teoria, prática e ação.** Rio de Janeiro, Wark Ed., 2009.

PORTO, Yeda da Silva. **Formação Continuada: a prática pedagógica recorrente.** São Paulo. Papirus, 2000.

PRESKILL, S; JACOBVITZ, R. **Stories of teaching: A foundation for educational renewal.** Upper Saddle River: Merrill Prentice Hall, 2001.

PRIGOGINE, Ilya; STENGERS, Isabelle. **A nova aliança: metamorfose da ciência.** Trad. de Miguel Faria e M. Joaquina M. Trincheira. Brasília: UnB, 1984.

PROPOSTA PEDAGÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS. Volume 2: Proposta Pedagógica – Duque de Caxias, RJ: SME, 2004.

REIS, P. G. R. *El potencial educativo e investigativo de las narrativas.* In: NURIA, C. REIS, P. G. R. **Narrativas de profesores: reflexiones en torno al**

desarrollo personal y profesional. Andalucía: Universidade Internacional de Andalucía, 2012.

REGIMENTO ESCOLAR DO SISTEMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS. Duque de Caxias: SME, 2000.

RESOLUÇÃO CNE/CP n. 1/2006 - MEC - portal mec.gov.br. Acesso em março de 2021.

RODRIGUES, Angela; ESTEVES, Manuela. **A análise das necessidades na formação dos professores.** Porto Editora, 1993.

SPRICIGO, Fabrício. **O Orientador Educacional: atuação, formação profissional e dilemas enfrentados pelo Pedagogo Escolar com o fim das habilitações em Pedagogia.** Revista Linhas. Florianópolis, v.13, n.01, p.187-205, jan./jun., 2012.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia.** 41.^a ed. Campinas, Autores Associados, 1997.

SOUSA, Cynthia; CATANI, Denice; SOUZA, M. Cecília; BUENO, Belmira. **Memória e autobiografia: formação de mulheres e formação de professoras.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 2, p. 61-76, 1996

APÊNDICES

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa: MUDANÇAS NA FUNÇÃO E NO CAMPO DE ATUAÇÃO: Vivências e Experiências dos Orientadores Educacionais em Duque de Caxias. Você foi selecionado por pertencer ao grupo dos Orientadores Educacionais aprovados no primeiro concurso público para Especialistas de Duque de Caxias.

Os objetivos desta pesquisa são: a) analisar as mudanças vivenciadas na função e no campo de atuação do Orientador Educacional no município de Duque de Caxias através das narrativas autobiográficas. b) identificar as mudanças ocorridas com a implantação da Orientação Educacional no município de Duque de Caxias, como cargo público; c) investigar as políticas públicas e educacionais que influenciaram as mudanças na função e no campo de atuação do Orientador Educacional em Duque de Caxias. d) relacionar as atividades desenvolvidas que caracterizaram as mudanças na função e no campo de atuação dos Orientadores Educacionais em Duque de Caxias.

Sua participação nesta pesquisa consistirá na gravação de uma entrevista (Áudio) com o pesquisador, cujas informações coletadas servirão como corpus da pesquisa que serão transcritas na íntegra e após validada pelos participantes da mesma serão apresentadas aos Orientadores Educacionais desta rede, publicadas e arquivadas no Centro de Formação Continuada Paulo Freire.

Os benefícios relacionados com a sua participação proporcionará o registro público, permanente e acessível dos primeiros Orientadores Educacionais na rede municipal de Duque de Caxias nas escolas públicas, visando o atendimento objetivo do acompanhamento da vida escolar dos alunos em seu cotidiano educacional no panorama do Município de Duque de Caxias e as mudanças na função e no campo de atuação

A pesquisa apresenta os riscos inerentes a qualquer pesquisa realizada com seres humanos. Caso por conta da entrevista, você se sinta constrangido, triste, frustrado ou sinta medo de expor a sua atuação profissional, ou qualquer outro, você poderá a qualquer momento, desistir de participar e retirar seu consentimento. Suas informações serão confidenciais, preservando sua auto estima e impedindo o estigma e a utilização das mesmas em algum tipo de prejuízo. Ainda qualquer decorrência negativa causada pelos procedimentos propostos nesta pesquisa é de responsabilidade do pesquisador, cabendo o mesmo prestar a necessária assistência.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor(a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com os pesquisadores responsáveis Jorgete Ramos Massa da Costa e Jurema Rosa Lopes Soares, nos emails jo.massacosta@gmail.com- (21) 99107-1166 e jlopes@unigranrio.edu.br- (21)988893-2314.

Jorgete Ramos Massa da Costa
Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do INES-Rua das Laranjeiras, 232-tel(21)2285-7546, ramal 173 email: cepines@ines.gov.br Rio de Janeiro, ____ de ____ de 2020.

Participante da pesquisa

APÊNDICE B – Roteiro da Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS ORIENTADORES EDUCACIONAIS I- IDENTIFICAÇÃO

- 1) Nome completo: _____
- 2) Data de nascimento: ___ / ___ / ___ sexo _____
- 3) Endereço: _____
- 4) Estado civil: _____
- 5) Curso de formação, ano de conclusão e instituição:

- 6) Lotação atual: _____
- 7) Descreva o cenário encontrado na Orientação Educacional do Município de Duque de Caxias ao chegar em 1993?
- 8) Caracterize as mudanças ocorridas, no município de Duque de Caxias, com a implantação da Orientação Educacional como cargo público.
- 9) Comente sobre as estratégias de formação e orientação da SME (Secretaria Municipal de Educação) ao longo de sua função e campo de atuação?
- 10) Quais as mudanças vivenciadas, por você, no campo de atuação da Orientação Educacional?
- 11) Como você visualiza hoje, o campo de atuação da Orientação Educacional?
- 12) Quais as expectativas para o campo de atuação do Orientador Educacional?

ANEXOS

ANEXO A – Parecer - Autorização para a Pesquisa

INSTITUTO NACIONAL DE
EDUCAÇÃO DE SURDOS -



Continuação do Parecer: 4.215.962

Conselho Nacional de Saúde quanto aos procedimentos éticos, sem apresentar pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1507789.pdf	09/07/2020 14:48:28		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projetoounigranrio_ultimaversao.doc	09/07/2020 14:43:36	JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Jorgete_versao_word.doc	09/07/2020 14:37:13	JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA	Aceito
Cronograma	Cronograma_Jorgete.docx	09/07/2020 14:18:47	JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA	Aceito
Outros	beneficios_riscos_metodologia.docx	23/04/2020 14:46:21	JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_jorgete.pdf	03/03/2020 14:09:21	JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA	Aceito
Outros	carta_jorgete.pdf	03/03/2020 12:50:14	JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA	Aceito
Outros	carta_anuencia_jorgete.pdf	03/03/2020 12:49:42	JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA	Aceito
Orçamento	orcamento_jorgete.pdf	03/03/2020 12:48:35	JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA	Aceito
Outros	termo_protecao_jorgete.pdf	03/03/2020 12:48:06	JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA	Aceito
Outros	Roteiro_Entrevista_Jorgete.pdf	29/02/2020 11:25:44	JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA	Aceito
Outros	Uso_de_imagem.pdf	29/02/2020 11:25:05	JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua das Laranjeiras, n.º232

Bairro: LARANJEIRAS

CEP: 22.240-003

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2285-7546

E-mail: cepines@ines.gov.br

ANEXO B – Autorização da Secretaria Municipal de Educação



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 SUBSECRETARIA DE ENSINO
 CENTRO DE PESQUISA E FORMAÇÃO CONTINUADA PAULO FREIRE

Duque de Caxias, 10 de dezembro de 2019

Parecer nº: 47/19 – CPFPP/SME-DC

Requerente: JORGETE RAMOS MASSA DA COSTA

Universidade ou agência associada: UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO - UNIGRANRIO

Assunto: Autorização de pesquisa

DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com as atribuições deste Centro de Pesquisa, destacamos que as autorizações em nossa Rede são concedidas na condição de que sejam respeitadas as normas de decore e de adequabilidade estabelecidas pela Unidade Escolar, assim como pelo CONEP.

DA ANÁLISE

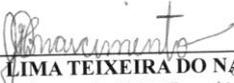
Após a análise do projeto de pesquisa intitulado “ORIENTADORES EDUCACIONAIS: TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DO PRIMEIRO GRUPO CONCURSADO NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DUQUE DE CAXIAS”, cujo objetivo geral é “**Analisar as mudanças vivenciadas ao longo do exercício da função de Orientador Educacional e sua atuação no município de Duque de Caxias, através do registro autobiográfico dos agentes envolvidos**”, constatou-se a necessidade da pesquisa de campo.

Ressalta-se que, para a realização de entrevistas, aplicação de questionários e/ou atividades com estudantes ou qualquer profissional da educação, uso de imagens ou quaisquer práticas outras relacionadas à pesquisa, deverão ser solicitadas autorizações de todos os envolvidos permitindo a utilização dos dados para fins acadêmicos e/ou científicos (termo de consentimento). No caso de menores, **solicita-se a inclusão de uma autorização de seu responsável.**

DA CONCLUSÃO

Com base na avaliação criteriosa das informações apresentadas nos documentos apresentados, **AUTORIZA-SE** a realização da pesquisa. Vale ressaltar que as informações fornecidas ao pesquisador deverão ser arquivadas pelo tempo que determina a legislação e não poderão ser utilizadas em detrimento da Unidade Escolar, Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Duque de Caxias e/ou indivíduos participantes, inclusive na forma de dano à estima, prestígio e/ou agravo econômico/financeiro. Outrossim, o anonimato de tais informações deverá ser garantido durante e após a pesquisa. Caso necessário, a qualquer momento poderemos revogar esta autorização se comprovadas atividades que causem prejuízo às instituições e/ou pessoas envolvidas.

Cordialmente,



GISELLE IRENE LIMA TEIXEIRA DO NASCIMENTO
 Diretora do CPFPP
 Matrícula: 06723-0

Giselle Irene Lima Teixeira do Nascimento
 Diretora do CPFPP
 Matrícula: 06723-0

ANEXO C – Pauta do Primeiro Encontro de Orientadores Educacionais – 1993

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 COORDENADORIA PEDAGÓGICA
 DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

ENCONTRO DE ORIENTADORES EDUCACIONAIS E PEDAGÓGICOS

DATA: 15/04/93

HORÁRIO: 13:30h

LOCAL: SME

A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A Orientação Educacional da Rede Municipal funciona de acordo com os princípios da Orientação Educacional e diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, sob a coordenação da Divisão de Orientação Educacional, nesta Secretaria.

1- ELEMENTOS DA EQUIPE:

- * Um chefe da Divisão
- * Quatro Orientadores Educacionais

2- FUNÇÃO:

De acordo com o Regimento Interno da Divisão e da Proposta Pedagógica da Secretaria, compete a Equipe Inter

na:

- * Implementar
- * Assessorar
- * Coordenar
- * Acompanhar o desenvolvimento e funcionamento do Serviço de Orientação Educacional nas Escolas.

3- ÁREA DE ABRANGÊNCIA:

A Divisão de Orientação Educacional tende em vista a Implementação do Serviço nas Escolas da Rede Municipal, atendendo:

- * Escolas (51)
- * Creches (02)
- * O. Educacionais (70)

4- ASSESSORAMENTO:

- * Reuniões bimestrais
- * Planejamento
- * Avaliações periódicas
- * Atendimentos eventuais
- * Material específico do Serviço
- * Encontro com pequenos grupos

5- ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL DAS ESCOLAS X EQUIPE INTERNA

Participar sempre que solicitado ou necessário, das

- * Reuniões gerais
- * Planejamentos
- * Avaliação dos trabalhos
- * Grupo de estudos
- * Troca de experiências

OBSERVAÇÕES:

Cadastramento dos Orientadores Educacionais:

Período: 19, 20, 22 e 23 de abril de 1993.
 Horário: De 11:00 às 16:00h
 Local: Divisão de Orientação Educacional

Documentos necessários:

Carteira de Identidade - Título de Eleitor - PASEP
 Registro do MEC 9 (Xerox) e CPF

REUNIÃO GERAL

Data: 27/04/93 Horário: 13:30h Local: SNE

Assuntos: Planejamento, Diretrizes da Atuação do O.E. da Rede
 Informações sobre Distúrbios da Linguagem.

Divisão de Orientação Educacional
 SNE/1993

" ESCOLA PÚBLICA, COMPROMISSO DE TODOS."

ANEXO D – Questionário do PROSA


 ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 PROGRAMA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE

Questionário elaborado pelo Programa de Saúde, para Professores, Orientadores e outros profissionais que lidam direta ou indiretamente com adolescentes de levantar as principais dificuldades encontradas para desenvolvermos um trabalho em conjunto de troca de experiências e conhecimentos, que ajudem aos profissionais na problemática da Adolescência.

1- Você gosta de trabalhar com adolescentes?

2- Por que?

3- Qual a maior dificuldade encontrada no seu relacionamento com o adolescente?

4- Qual ou quais desses assuntos gostaria de discutir?

Aspecto Biopsicossocial do Adolescente
 Puberdade (Crescimento e Desenvolvimento)
 Cuidados de Higiene
 Sexualidade
 Anticoncepção
 Gravidez na Adolescência
 Aborto
 Homossexualismo
 Pornografia
 Masturbação
 Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS
 Drogas
 Violência
 Prostituição
 Evasão Escolar
 Outros:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PROGRAMA DE SAÚDE DO ADOLESCENTE

- 5- Explique o por que da sua escolha?
- 6- Acha válido este intercâmbio entre Saúde e Educação?
- 7- Qual a sua expectativa em relação a esse trabalho?

Apresento-lhe os meus agradecimentos e asseguro que as presentes informações, ficarão no anonimato.

Eva da Costa Moreira
EVA DA COSTA MOREIRA
(Presidente da Comissão do Programa
de Saúde do Adolescente)

ANEXO E – Cronograma dos Encontros de 1993

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

CRONOGRAMA DOS ENCONTROS
2º SEMESTRE - 1993

- 31/08 - Informação Profissional
26/10 - A questão da Repetência
30/11 - Organização da Exposição para a II Amostra de Trabalhos
 • Confraternização dos Aniversariantes

AMOSTRA DE TRABALHOS:

- 01/12 - Abertura
02/12 - Visitação e Encerramento

- TEMAS:
- DE X Ensino/Aprendizagem
 - DE X Conselho de Classe
 - DE X Informação Profissional
 - DE X Currículo
 - DE X Repetência/Evasão
 - DE X Reuniões Pedagógicas e Pais
 - DE X Representantes de Turma
 - DE X Outros

ANEXO F – Conclusões dos Grupos de Trabalho - Reunião de 25/05/93

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
 COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO
 DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

CONCLUSÕES DOS GRUPOS DE TRABALHO
REUNIÃO - 25/05/93

I- CONSIDERAÇÕES LEVANTADAS PELOS ORIENTADORES EDUCACIONAIS:

• QUESTÃO DISCUTIDA E TRABALHADA NOS GRUPOS:

De acordo com o texto que caminhos o Orientador educacional deve percorrer antes de efetuar os encaminhamentos?

II- POSICIONAMENTO DOS GRUPOS:

GRUPO 1: COMPONENTES

- Jacy Aves Ansuattigui
- Carmem Regina O. Gonçalves
- Rosângela Lopes da Silva
- Denise Nascimento Marcelino
- Elza Alves P. Lustosa
- Edvonete Marinho da Fonseca
- Sonia M^a de Souza Cazuza Monteiro
- Zonalda Pereira Frauches (SME)

• " PASSOS:

- " Entrar em contato com o Professor e Orientador Pedagógico
- Entrar em contato com o aluno
- Entrar em contato com o responsável "

GRUPO 2: COMPONENTES

- Jorgete Ramos Massa
- Maria Teresa Sarmento
- Nadia Mello Carnera
- Ana Marise Cavalcanti
- Selma da Conceição Rosa
- Sandra Maria Nunes Augusto
- Rosângela Alves Gondim
- Maria Lígia O. de Almeida (SME)

• PASSOS:

- Observar diretamente o aluno tendo em vista organizar uma avaliação.
- Verificar o problema (afetivo, pedagógico ,etc junta - mente com o O.P. e o Professor.
- Recorrer à família para conhecer sua vida social.
- Tentar diferentes alternativas para a resolução do problema "

GRUPO 3: COMPONENTES

- Sônia Regina Santos Moura
- Sônia Maria C. Brito
- Maria José Pereira Combat
- Maria Aparecida Pinho
- Nailda Marinho da Costa
- Ana Rita de Castilho S. Pinto
- Denise da Cunha Maia
- Maria Helena Mury de Figueiredo

- PASSOS:

- "Promover um trabalho integrado com a Direção, Orientador Pedagógico, Orientador Educacional e Supervisão.
- Analisar os conteúdos programáticos.
- Esclarecer e orientar o processo pedagógico junto ao Professor.
- Fazer uma pesquisa pedagógica junto ao aluno, professores, pais, etc..."

GRUPO 4 : COMPONENTES

- Dayse Carla Serra
- Alcione Tebaldi
- Miria A.W. Prata Araújo
- Alcineia M.E. de Oliveira
- Terezinha Ma Freitas Portela (SME)

- PASSOS:

- " Ouvir o Professor
- Entrar em contato com o OP. para que faça uma avaliação das aulas do professor.
- Observação da criança
- Contato com a família
- Avaliação médica."

GRUPO 5: COMPONENTES

- Leonor Cardoso Roza
- Rosane P.C.A. Araujo
- Valéria A. Souza
- Nivalda Bibeiro da Silva
- Olga Lúcia Dias de Souza
- Vera Lúcia Xavier
- Sônia Regina A. Pinto
- Rosângela M. Souza

- PASSOS:

- " Detectar o problema do aluno
- Relatório do rendimento escolar do aluno, atuação em sala
- Verificar em que fator o aluno está inscrito: campo emocional, cognitivo, afetivo
- Passar por um período de observação
- Entrevistar o aluno
- Conversar com os responsáveis
- Se for preciso, encaminhar a outros profissionais, porém o ideal é tentar resolver com a família e dentro da escola."

ANEXO G – Agenda da Reunião dos Orientadores e Diretores - março de 1994

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AGENDA

Data: 1 e 2 de março de 1994

Horário: 8h às 12h

13h às 17h

Participantes: Diretores, Orientadores Pedagógicos e Orientadores
Educaionais das Escolas Municipais.

Tema: Planejamento Curricular.

Objetivos: . Refletir sobre a necessidade da construção de uma filosofia da escola e de sua importância para a elaboração do planejamento curricular.

- . Discutir e formular propostas que auxiliem ao professor na elaboração dos objetivos dos componentes curriculares.

Desenvolvimento:

1º momento: . Leitura do texto "Renovação da prática educativa e planejamento curricular" - Neidson Rodrigues.

- . Divisão dos participantes em grupos para discussão e apresentação das sínteses dos tópicos estudados (1h-30min).

Intervalo: 15 minutos

2º momento: . Leitura do texto "Do contingente e do necessário na Educação" - Neidson Rodrigues.

- . Divisão dos participantes em grupos para discussão e formulação de propostas dinamizadoras dos componentes curriculares para encaminhar a reflexão junto aos professores.

Avaliação.

ANEXO H – Retrospectiva da Equipe de Orientação Educacional

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

À Caminhada
da Orientação Educacional
da Rede Municipal de Duque de Caxias
- 1997/1998 -

A Orientação Educacional em Ação Permanente

Prefeito Municipal de Duque de Caxias

José Camilo Zito dos Santos Filho

Secretária Municipal de Educação

Roberta Barreto de Oliveira

Subsecretária Municipal de Educação

Edite Ferreira Viana

Diretora do Departamento Geral de Educação

Angela R. F. S. Lomeu

Coordenadora Pedagógica

Rosângela Maria Gonçalves de Oliveira

Chefe da Divisão de Orientação Educacional

Rita de Cássia Leite dos Santos

Implementadoras da D.O.E.

Jorgete Ramos Massa da Costa

Julia Paula Moraes da S. Teixeira

Leonor Cardoso Rosa

Regina Maria Gonçalves de Oliveira

Rosicleia Castro de Moraes

Sonia Maria de Souza Cazuza Monteiro

Suedi Maria Fernandes

Zenalda Pereira Frauches

Agentes Administrativos – D.O.E.

Angela de Araújo Fernandes

Cláudia Castro dos Santos

Retrospectiva**97/98**

“... Sinto-me feliz porque sei que meus rastros deixam marcas por onde eu caminho.”

Guido de Azevedo

**Um pouco da história da Orientação Educacional:
Quantos éramos? Quantos somos?**

1989 → 21 Orientadores Educacionais

- Destafz-se a Equipe Multidisciplinar do S.O.E., dando início a uma reestruturação da prática do Orientador Educacional no Município.

1990 → 24 Orientadores Educacionais

- Regulamentação do Plano de Cargos e Salários dos Profissionais da Educação, criando o quadro de Professor Especialista na Rede.

- Realiza-se no Município o enquadramento dos profissionais.

1991 → 28 Orientadores Educacionais

- Reestruturação do cargo de Orientador Educacional nas escolas, devido ao enquadramento.

1992 → 32 Orientadores Educacionais

- Opção de Professor I para Professor Especialista, que levou muitos Orientadores Educacionais a ocuparem seus cargos nas escolas da Rede.

- I Concurso para Especialistas em Educação.

1993 → 70 Orientadores Educacionais

- Muda-se o S.O.E. para D.O.E.

- Posse dos primeiros Orientadores Educacionais concursados.

1994 → 82 Orientadores Educacionais

- Com o concurso há uma "invasão" na Rede de Orientadores Educacionais de outros Municípios.

1995 → 86 Orientadores Educacionais

- 2º Concurso da rede incluindo especialistas

1996 → 88 Orientadores Educacionais

1997 → 107 Orientadores Educacionais

1998 → 122 Orientadores Educacionais

- Posse de orientadores Educacionais concursados em 1995.

O que fez a Divisão de Orientação Educacional?

- Reunião específica de Orientação Educacional no prédio anexo à Catedral Santo Antônio;
- Reuniões de Orientadores Educacionais em pequenos grupos;
- Vistas às Unidades Escolares;
- Participação no Conselho de Assistência Social;
- Seminário de Orientação Educacional em agosto de 1997;
- Painel integrado – A Psicopedagogia em Questão (parceria com a FEBEP);
- Participação em Seminários de O.E., em Vassouras/RJ (1997 e 1998);
- Palestra sobre o uso indevido de drogas (parceria com o CEATA);
- 2ª parte do Projeto Adollescercer, sob a Coordenação da Dra. Eva da Costa Moreira (parceria com a SMS);
- Participação em debates promovidos pela UIERJ e mesa redonda promovida pelos alunos da UNIGRANRIO;
- Palestra sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A D.O.E. esteve presente ainda:

- No Congresso ABEDU;
- No Seminário da OMEP (Direito de Brincar);
- Na elaboração do Projeto Consciência Negra;
- No Fórum de Debates promovido pelo CEATA;
- Em reuniões do Conselho Escolar, realizadas em escolas;
- No Curso de Educação em Saúde (parceria SME e SMS);
- No Curso sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Nas discussões sobre o Regimento Escolar;
- No Encontro das Escolas Conscientes;
- Em cursos promovidos pela EDEM e Escola Parque;
- Nos projetos Reforcando o Círculo e Repensando a Retenção;
- Nos estudos e discussões sobre a reorientação curricular e outros grupos de estudos, promovidos pela SME.

**A Orientação Educacional de Duque de Caxias
ultrapassa os limites do nosso Município**

Orientadores Educacionais apresentam seus Projetos e Trabalhos em
Vassouras/Rio de Janeiro e em Recife/Pernambuco.

A LEITURA E A ESCRITA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Antonio Carlos da Silva

Professor do Departamento de Educação da FINPLEI e
Orientador Educacional da SME de Duque de Caxias

Martha Pereira das Neves Hees

Professora da Faculdade de Formação de professores da UERJ

**IV FEIRA
LATINO-AMERICANA
DE ALFABETIZAÇÃO**
24 DE JULHO A 01 DE AGOSTO 1997

Centro de Educação da UFPE

Recife, 02 de julho de 1997

*"As palavras sabem muito mais longe
(...) (como são fortes as palavras)
Elas dizem coisas que o coração escuta.
Se escritas sobre papel claro,
ficam mais iluminadas e eternas.
Se que as palavras podem abrir novo caminho..."*

Haroldo Mour Campos Queiroz

**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
DIVISÃO DE ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL
ESCOLA MUNICIPAL CARMEM CORREA DE CARVALHO REIS**

Trabalho apresentado no Seminário de Orientação
Educativa em Vassouras, pelas orientadoras
educacionais: MARIA LUCIMAR B. DO
NASCIMENTO E ADRIANA BARBOSA
SOARES, promovido pela ASFOE
(ASSOCIAÇÃO SUL FLUMINENSE DE
ORIENTADORES EDUCACIONAIS).

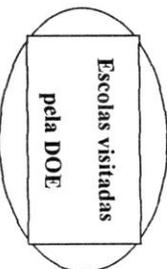
TEMA: A EQUIPE TÉCNICO-
PEDAGÓGICO-ADMINISTRATIVA (ETPA)
TRABALHANDO DE FORMA INTEGRADA
NA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO
POLÍTICO PEDAGÓGICO

MARIA LUCIMAR B. DO NASCIMENTO
ADRIANA BARBOSA SOARES
1997.1

Visitas

As visitas às Unidades Escolares do Município de Duque de Caxias, feitas pela Divisão de Orientação Educacional, acontecem de maneira assidua e têm os seguintes objetivos:

- Assessorar os Orientadores Educacionais;
- Dar e/ou receber informações pertinentes à Orientação Educacional;
- Oferecer subsídios;
- Atender solicitações dos Orientadores Educacionais;
- Participar de eventos e/ou comemorações;
- Apoiar os Orientadores Educacionais na implementação de Projetos nas Unidades Escolares.

E. M. Alto da Boa Vista	E. M. Santa Luzia	E. M. Pres. Costa e Silva	E. M. Santo Izidro
E. M. Laguna e Dourados	E. M. 21 de Abril	E. M. Otaviano Viana Filho	E. M. Santo Amaro
E. M. Visconde de Lavourai	E. M. Brasília	E. M. Maria Araújo	Creche C. João de Oliveira
E. M. Santa Terezinha	E. M. Ana Neri	E. M. Darcy Vargas	Creche Laura Meneses
E. M. Prof. Hilda do Carmo	E. M. Bom Retiro	E. M. México	E. M. Iuris Gama Borges
E. M. Maria Anger			
E. M. Inaculada Conceição			
E. M. Joaquim da Silva Paganha	E. M. Todos os Santos	E. M. Liens	E. M. Prof. Zilda Junger
E. M. Nossa Senhora do Pilar	E. M. Márcio Frias	E. M. Prof. João Faustino	E. M. Anton Dvorsik
E. M. Nisia Vilda Fernandes	E. M. de Educação Especial	E. M. Coronel Eliseu	E. M. Sérgio
E. M. Dr. Manoel Reis	E. M. Gal Sampaio	E. M. Roberto Wegelin	E. M. Gal Mourão Filho
E. M. Francisco Barbosa Leite	E. M. Ministro Santiago Dantas	E. M. Exp. Aquino de Araújo	

A.D.O.E. viu... gostou... e aplaudiu.

- ✓ Registros fotográficos do trabalho realizado na E. M. Nisia Vilela, pela O.E. Raimunda Pereira Leite.
- ✓ Projeto "Escola Aberta para Todas as Letras". Um trabalho de parceria entre as E. M. Santo Izidro, E. M. Brasília, E. M. Coração de Jesus, E. M. Aila Saldanha, E. M. Santo Agostinho, E. M. Santo Amaro, E. M. Tabuleiro, E. M. Montese, E. M. Brasil-Itália, E. M. Raul de Oliveira e outras.
- ✓ Projeto "Manhãs Informativas", realizado na E. M. Rotary com alunos da 8ª série, tendo a frente as O.Es. Andréia Ramos Massa, Neiva Anselmo Valentim e a profa. Teda Lima Jack, além de toda a comunidade escolar. (Temas abordados: sexualidade, afetividade, informação profissional e uso indevido de drogas).
- ✓ Participação dos O.Es. no Curso sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- ✓ A participação da O.E. Marta Mota, da E. M. Minas Gerais em mesa redonda promovida pela UERJ/DOE.
- ✓ Participação da E. M. Jayme Fichman no Projeto "Quem Lê Jornal Sabe Mais", promovido pelo O Globo. Além de ser a primeira escola da rede municipal a participar do Projeto, também foi escolhida para permanecer no trabalho, por mais um ano.
- ✓ Acompanhamento realizado por muitos O.Es. para a manutenção da frequência dos alunos às U.Es.
- ✓ Monitoria realizada na E. M. General Mourão Filho.
- ✓ Referência feita por Regina Leite Garcia, em seu artigo, aos Orientadores Educacionais de Duque de Caxias, no livro: Nove Olhares sobre a Supervisão (Ed. Papirus).
- ✓ Relatórios descritivos realizados na E. M. Marechal Floriano - O.E. Sônia Regina Moura.
- ✓ Oficinas realizadas para a comunidade, pela Creche Profa. Armanda Álvaro Alberto - O.E. Maria Alice.
- ✓ Jornal elaborado pelos alunos da E. M. Santa Luzia.
- ✓ Relatório da E. M. Exp. Aquino de Araújo, sobre a Reorientação Curricular.
- ✓ Trabalho sobre educação e trabalho, realizado pela O.E. da E. M. Vila Operária, tendo como resultado emprego para alunos na própria comunidade.
- ✓ Debate sobre Estatuto da Criança e do Adolescente, realizado na E. M. Santo Izidro, por iniciativa da O.E., juntamente com a O.P.

A.D.O.E. viu... gostou... e aplaudiu.

- ✓ Registros fotográficos do trabalho realizado na E. M. Nisia Vilela, pela O.E. Raimunda Pereira Leite.
- ✓ Projeto "Escola Aberta para Todas as Letras". Um trabalho de parceria entre as E. M. Santo Izidro, E. M. Brasília, E. M. Coração de Jesus, E. M. Aila Saldanha, E. M. Santo Agostinho, E. M. Santo Amaro, E. M. Tabuleiro, E. M. Montese, E. M. Brasil-Itália, E. M. Raul de Oliveira e outras.
- ✓ Projeto "Manhãs Informativas", realizado na E. M. Rotary com alunos da 8ª série, tendo a frente as O.Es. Andréia Ramos Massa, Neiva Anselmo Valentim e a profa. Teda Lima Jack, além de toda a comunidade escolar. (Temas abordados: sexualidade, afetividade, informação profissional e uso indevido de drogas).
- ✓ Participação dos O.Es. no Curso sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- ✓ A participação da O.E. Maria Mota, da E. M. Minas Gerais em mesa redonda promovida pela UERJ/DOE.
- ✓ Participação da E. M. Jayme Fichman no Projeto "Quem Lê Jornal Sabe Mais", promovido pelo O Globo. Além de ser a primeira escola da rede municipal a participar do Projeto, também foi escolhida para permanecer no trabalho, por mais um ano.
- ✓ Acompanhamento realizado por muitos O.Es. para a manutenção da frequência dos alunos às U.Es.
- ✓ Monitoria realizada na E. M. General Mourão Filho.
- ✓ Referência feita por Regina Leite Garcia, em seu artigo, aos Orientadores Educacionais de Duque de Caxias, no livro: Nove Olhares sobre a Supervisão (Ed. Papirus).
- ✓ Relatórios descritivos realizados na E. M. Marechal Floriano - O.E. Sônia Regina Moura.
- ✓ Oficinas realizadas para a comunidade, pela Creche Profa. Armanda Álvaro Alberto - O.E. Maria Alice.
- ✓ Jornal elaborado pelos alunos da E. M. Santa Luzia.
- ✓ Relatório da E. M. Exp. Aquino de Araújo, sobre a Reorientação Curricular.
- ✓ Trabalho sobre educação e trabalho, realizado pela O.E. da E. M. Vila Operária, tendo como resultado emprego para alunos na própria comunidade.
- ✓ Debate sobre Estatuto da Criança e do Adolescente, realizado na E. M. Santo Izidro, por iniciativa da O.E., juntamente com a O.P.

ANEXO I – Depoimento de Zenalda Pereira Frauches

Opinião

A Prática do O. Educacional

Eu tenho muitas dificuldades para falar do que eu realizo ou do que eu acho que vai dar certo. Isto porque o meu trabalho é muito simples; não há muito o que falar.

O caminho profissional que eu escolhi é o caminho do fazer.

Gosto de uma escola alegre, dinâmica, onde todos trabalhem prazerosamente, de maneira integrada, pensando e agindo coletivamente. Gosto de pessoas criativas que agem e não que fiquem chorando, ou lamentando as dificuldades do dia-a-dia.

Ingressei na O. Educacional em 1979 e a escola onde eu fui trabalhar esperava de mim, o que hoje muitos ainda esperam do O. Educacional: que ele resolva todos os problemas da U. Escolar.

Comigo não foi diferente; recebi uma listagem de alunos repetentes com o pedido da direção para que eu os encaminhassem a uma classe de Ensino Especial. Não me apavorei. Procurei conhecer cada aluno na sua totalidade; descobri muita coisa sobre a vida dos alunos. questionei com o professor e com a Equipe a ação pedagógica que estava sendo desenvolvida e a partir daí traçamos um trabalho envolvendo, alunos, Equipe pedagógica, Direção e responsáveis. *o que aconteceu do 1º ao 3º ano da classe especial*

Adotamos uma linha de trabalho de caráter preventivo e não foi preciso encaminhar nenhum aluno. *(a não ser uma aluna c/ problema de surdez)*

Foi uma porta que se abriu para o meu trabalho, que eu cuidei muito para que ela não se fechasse.

Mas isto não acontece em todas as escolas.

Muitos orientadores educacionais saem das faculdades com uma série de informações que eles não conseguem transformar em prática ficando perdidos diante das dificuldades, por mais simples que sejam.

E como não conseguem estabelecer um equilíbrio entre teoria e prática, comumente adotam duas posturas:

Fazem tudo que lhes mandam, ou adotam ^{suas} sua linha puramente psicológica. *priorizando o aconselhamento e o estudo de casos*

Fazem murais; substituí professores; dão aulas de reforço; vão à casa de alunos; encaminham alunos para outros Especialistas; cuidam da disciplina da escola; realizam as dinâmicas dos Conselhos de Classe; entrevistam os alunos, que na visão da escola têm dificuldades para aprender e etc., etc.

Muito trabalho e um resultado, muitas vezes desanimador.

Aceitando esta situação o O. E. está referendando a expectativa que se têm dele como o solucionador de problemas; e se não os resolve passa a ser o responsável pelo fracasso da escola, e é quando se faz a velha indagação: “Onde está o O. E. desta U. escolar que não resolveu isto ou aquilo.”

O O. E. deve estar atento à todas as questões pedagógicas desenvolvidas na Escola. *Tudo tem a ver com o O. Educacional. Horário, matrícula, freq., aprendizagem, avaliações, etc*

Precisa conhecer seus alunos, o grupo a que eles pertencem, qual é a realidade de cada um e a expectativa deles em relação à escola e ao próprio futuro.

Conhecer a realidade não é simplesmente elaborar um questionário e pedir que alunos, professores e pais o respondam para depois engavetá-lo, sem nenhuma utilidade de caráter prático.

O ponto inicial deve ser a reflexão sobre a filosofia da escola. É preciso conhecer o posicionamento da escola em relação às questões gerais:

Como esta escola organiza seu trabalho?

Que conteúdos estão sendo ensinados?

Que pessoas ela pretende formar?

Que visão a escola tem sobre sociedade e educação?

Qual a relação com a comunidade na qual ela está inserida?

Quais as prioridades desta escola?

Que tipo de disciplina é desenvolvida no seu interior?

Que habilidades e comportamentos são exigidos dos alunos em cada disciplina?

Quais as relações entre o corpo docente e discente?

Qual a participação dos pais no processo educativo? as reuniões são proveitosas?

Como é avaliada a ação pedagógica?

Com que finalidade são realizados os Coc?

A O. Educacional precisa indagar, também sobre as mensagens que a escola está passando para seus alunos através do currículo oculto.

O trabalho do O. E. deve ser centrado no currículo tendo o aluno como alvo do processo educativo.

Ele não pode estar ausente às discussões e elaboração do planejamento geral da escola, trazendo para o grupo informações sobre a realidade e dando a sua contribuição como profissional. É importante lembrar, ainda, que o planejamento específico do O. E. não pode estar desvinculado do planejamento da escola.

O Orientador precisa pensar e executar. Precisa levar para as discussões assuntos conflitantes como: sexualidade; trabalho infantil; meninos de rua; os sem terra ; a fome e a miséria; o plano real; repetência, qualidade do ensino; etc., criando condições sérias e responsáveis para que os alunos reflitam sobre estas questões, que devem ser inseridas no currículo.

Cabe ao O. Educacional estimular a solidariedade, o trabalho coletivo, a justiça, a auto-avaliação e a valorização de cada um, como ser humano. Elogiar o que é elogiável e ajudar a melhorar o que deve ser melhorado.

O O. E. deve deixar claro para a escola qual a sua concepção sobre educação e qual a sua linha de atuação. O compromisso dele deve ser com as transformações. A tônica do trabalho deve ser o diálogo. *Como educador o O. E. deve ser crítico, participante e ter uma ampla visão da realidade.*

O sucesso do O. E. não depende somente do que ele realiza mas do que ele contribui para que todos possam realizar. *

Finalizando, proponho uma reflexão sobre o que diz o prof. Moacir Gadott no livro Organização do Trabalho na Escola.

“Nosso trabalho hoje é difícil, pois vivemos a crise da escola, uma crise profunda estampada nos salários, na incapacidade de resolver problemas na própria sociedade que entrega a escola a obrigação de alimentar o aluno, de resolver os problemas psicológicos, de resolver os problemas sentimentais dos pais, etc.

Exige-se hoje da escola o que ela não pode dar.

Mas é com esta escola que vamos ter que trabalhar para construir outra, com uma nova função social, provavelmente mais adaptada às nossas diferentes realidades.”

É nessa transformação o O. E. não pode estar ausente. Tenham boa sorte!

D. de Caxias, 31 de Outubro de 1996.

Zenalda P. Franches - O. Educacional.